

Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)*

I

INTRODUÇÃO

1. OS ARTESÃOS E A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL

Em todos os países, o desenvolvimento do capitalismo exigiu dos artesãos ou trabalhadores rurais a sua transformação a fim de constituírem o tipo de mão-de-obra adequado à fábrica, isto é, indivíduos submissos, diligentes e aptos a responder aos estímulos monetários oferecidos pela nova ordem. Assim, estes aspirantes a operários, ao entrarem na fábrica, tinham de abdicar da sua tradicional autonomia: em vez da velha independência, tinham de adoptar novos comportamentos baseados na pontualidade, regularidade e docilidade. Se a fábrica significava, para os capitalistas, um benefício indiscutível, para os que nela iam trabalhar ela representava, acima de tudo, um ascetismo desconhecido e um regime laboral cruel, bem simbolizado pelas despóticas sinetas que passaram a regular o tempo fabril¹.

Esta transformação acarretou, em Inglaterra, problemas de mão-de-obra que, embora minimizados por alguns economistas modernos, assumiam, aos olhos dos contemporâneos, proporções bem reais. Em 1835, por exemplo, as questões levantadas pelas transformações socioeconómicas eram abertamente reconhecidas:

«Mesmo nos nossos dias, em que o sistema está perfeitamente organizado, e embora o trabalho esteja facilitado ao máximo, é praticamente impossível, após a puberdade, transformar as pessoas vindas de ocupações rurais ou artesanais em bons operários de fábrica. Depois de se lutar algum tempo para vencer os seus hábitos de *indolência*

* Este artigo é parte dum estudo mais vasto sobre a formação da classe operária portuguesa, a publicar em livro. Na elaboração do trabalho agora apresentado foi preciosa a colaboração dada pela Dr.ª Maria de Fátima Bonifácio, que recolheu grande parte das fontes sobre a evolução da indústria e alguns dos jornais operários. O seu contributo não se limitou, porém, a este aspecto: muitas das ideias aqui expostas foram surgindo ao longo de várias discussões então tidas.

¹ Ver E. P. Thompson, «Time, work-discipline and industrial capitalism», in *Past and Present*, 38, 1967.

ou de *indocilidade*, ou eles renunciavam espontaneamente ao emprego, ou então são despedidos pelos contramestres por falta de atenção.»²

Mesmo que tal discurso possa ser interpretado como uma defesa do trabalho infantil, que o era, há nele vestígios de uma real dificuldade em pôr «à rédea curta» operários habituados a outra disciplina.

De facto, os «operários da primeira geração», esses trabalhadores que haviam deixado recentemente a sua pequena oficina ou leira de terra para ingressarem na fábrica, eram ainda, como S. Pollard ressalta, «indivíduos não acumulativos, não aquisitivos, acostumados a trabalhar para subsistir, e não para maximizarem o rendimento»³, constatação a que, entre outros, S. Marglin⁴ também chega, relembando ainda que a primeira geração de operários, muito ligada ao estilo de vida artesanal, optava frequentemente por trabalhar menos, quando os salários lhes eram acrescidos, o que naturalmente seria interpretado, não só pelos seus patrões, como também pelos economistas, como prova da sua incurável indisciplina e/ou estupidez.

Na realidade, essa «preguiça» traduzia uma preferência nítida pelo ócio, em lugar de mais salário, ou seja, não constituía uma inversão insensata das leis do comportamento económico, mas antes um fenómeno perfeitamente natural enquanto fosse o operário a controlar o mercado de trabalho. Ao desenvolvimento do comércio interno e externo britânicos correspondeu, no início, não só uma nítida melhoria dos salários operários, mas a exigência de mais lazer, o que obviamente dificultava a acumulação de capital. Perante tal *impasse*, o capitalista ver-se-ia «forçado» a determinar ele próprio as proporções relativas de trabalho e ócio que os operários teriam de respeitar. A partir de então, os operários passariam a escolher somente entre submeter-se ao patrão e morrer de fome. Haveria melhor organização produtiva para servir este objectivo do que a fábrica? Não era na fábrica, sob o olhar vigilante do encarregado ou do patrão, que o operário perdia, de uma vez para sempre, a liberdade de estabelecer os seus ritmos e processos de trabalho?⁵

Um dos autores que se debruçaram sobre a questão da formação da classe operária, E. P. Thompson, defende, num livro hoje célebre, *The Making of the English Working Class*, que teria sido entre os artesãos, grupo particularmente ameaçado pelas novas tecnologias e formas de organização do trabalho, que primeiro surgira uma consciência afirmativa e antagónica, segura de si e radical, consciência que viria a «fermentar» as aspirações e reivindicações da classe operária nascente, miserável, desqualificada e desorganizada⁶.

² S. Marglin, «Origens e funções do parcelamento das tarefas», in *Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista*, Porto, Escorpião, 1974, p. 28 (sublinhado meu).

³ S. Pollard, «Factory Discipline in the Industrial Revolution», in *Economic History Review*, 16, 1963.

⁴ S. Marglin, *op. cit.*

⁵ Uma visão estritamente economicista das causas do desenvolvimento fabril oitocentista é naturalmente parcial. Como é óbvio, não pretendemos entrar aqui neste debate, mas tão-só chamar a atenção para as determinantes sociais, e nomeadamente para o real contributo que a organização fabril deu à instauração de uma nova disciplina.

⁶ E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Londres, Penguin, 1963; ver também E. J. Hobsbawm, *A Era das Revoluções*, Lisboa, Editó-

O papel que a máquina desempenhou neste processo de «modernização» dos hábitos operários será analisado com mais pormenor no corpo do artigo. Por agora bastará lembrar que antes de Marx já o chamado Comité Sadler («comité sobre o trabalho das crianças nas fábricas») reconheceu clara e inequivocamente que, em última análise, havia sido a máquina que «forçara o trabalhador a aceitar a disciplina da fábrica»⁷. Só depois de eliminada a estrutura corporativa e destruídos quaisquer vestígios e bolsas de resistência artesanais conseguirão os capitalistas fazer que «homens livres» entrem nas suas fábricas. Só através do poder económico e político conseguirão os patrões da indústria pôr termo às instituições associativas tradicionais e às regras do aprendizado.

O controlo do aprendizado constituiu também um ponto fundamental nas lutas operárias iniciais. Os primeiros operários não lutaram só por reivindicações salariais, lutaram também, e principalmente, para que o controlo sobre o mercado de trabalho lhes não saísse das mãos, objectivo evidentemente incompatível com a necessidade da constituição de um mercado de trabalho capitalista.

Valerá talvez a pena referir ainda o estudo de H. Gutman sobre os hábitos de trabalho e, mais globalmente, a «cultura» dos trabalhadores do mundo pré-industrial. Na esteira das investigações de E. P. Thompson, aquele historiador americano tentou analisar as alterações, quer no trabalho quer nos lazeres, que a industrialização provocara nos velhos hábitos populares, tendo argumentado que os trabalhadores traziam para a sua nova situação de trabalho mais qualquer coisa do que a mera presença física, uma vez que transportavam também para a fábrica a sua «cultura» de origem, sendo a forma como se comportavam, uma vez proletarizados, moldada pela interacção entre essa cultura primária e o ambiente particular em que ingressavam⁸. Assim, não nos deveremos ater ao mero estudo das rupturas causadas pela industrialização, mas teremos também de ter em conta as continuidades, ou seja, o que o mundo pré-industrial, «o mundo que nós perdemos», legou à época moderna.

A investigação histórica recente demonstrou que, em todo o lado, a diligência e a regularidade tiveram de ser impostas à força. Para quem viva, como nós, num mundo completamente industrializado pode ser difícil aceitar-se que só com dura repressão tenha sido possível à fábrica florescer. Mas é um facto. Mesmo o paternalista Wedgwood se viu forçado a lutar contra as arreigadas tradições da indústria da olaria, a fim de nela poder introduzir «a pontualidade, a presença regular, as horas fixas, os níveis adequados de cuidados e limpeza, a não efectivação de desperdícios, a proibição da bebida»⁹. Os registos que até nós chegaram de lamentos dos

rial Presença, 1979. Num livro recente, D. Bertaux afirmava que o tema da proletarianização dos artesãos urbanos não havia dado lugar, em França, a nenhuma investigação, o que, sendo um exagero, denota, no entanto, um maior atraso dos estudos franceses nesta área (D. Bertaux, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1978, pp. 171-172. Ver também R. Trempé, *Les mineurs de Carmaux (1848-1914)*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1971, e Y. Lequin, *Les ouvrières de la région lyonnaise (1848-1914)*, Lião, Presses Universitaires de Lyon, 1977).

⁷ Cit. em S. Pollard, *op. cit.*, (sublinhado meu).

⁸ H. Gutman, *Work, Culture and Society in Industrializing America*, Nova Iorque, Vintage Books, 1977.

⁹ Cit. em S. Pollard, *op. cit.*

industriais ingleses pelos hábitos folgazões (em particular o St. Monday) e pela irregularidade no comportamento dos trabalhadores são inúmeros¹⁰.

Os regulamentos escritos, impessoais e curtos, representando bem o novo estilo de relações laborais que se pretendia impor, são também alvo de inúmeros ataques por parte dos operários. Se é verdade que o «sistema doméstico» implicava já um certo grau de controlo sobre os trabalhadores, só com o desenvolvimento do capitalismo surgirá a nova disciplina em todo o seu esplendor. «O conceito de disciplina industrial era novo», lembrava, a propósito, S. Pollard, «e exigia tanta capacidade de inovação como as invenções técnicas da época.»¹¹ Os métodos usados para impor essa disciplina eram simples: a força e uma dura ética do trabalho¹². O trabalho mal feito era punido com suspensões, multas e, no caso dos trabalhadores mais fracos, pura e simplesmente com pancada¹³. A grande ameaça era, todavia, o despedimento (particularmente eficaz num país onde o posto de trabalho era sempre difícil de conseguir). As multas, muito frequentes numa fase inicial da revolução industrial, eram usadas como sanção e serviam para impor um certo nível de qualidade e de regularidade no trabalho ou para reduzir os salários dos operários.

O uso da repressão era assim universal, sendo os incentivos obviamente menos frequentes, especialmente em países em que, sendo grande o reservatório de camponeses, esse exército laboral assegurava ser a ameaça de desemprego, regra geral, mais do que suficiente para que os operários se «convencessem» das vantagens de se ser «bem» comportado¹⁴. Nos países, e nos momentos, em que a mão-de-obra escasseava, os patrões tinham naturalmente diante de si uma mais árdua tarefa¹⁵.

Em resumo, nem a nova tecnologia nem a nova disciplina industrial foram aceites pacificamente por aqueles que a ela foram sujeitos. Os relatos sobre as primeiras agitações operárias, as mais violentas das quais envolviam a destruição de máquinas e fogo posto, são hoje de todos conhecidos. Mais controversa é, no entanto, a apreciação que se faz de tais gestos. E. P. Thompson foi um dos primeiros, se não o primeiro autor a chamar a atenção para o carácter anacrónico e moralizador da maioria das interpretações apresentadas sobre os *ludistas*¹⁶, criticando severamente uma visão da acção operária feita à luz da evolução histórica posterior. «Ao cabo e ao resto», relembra, «nós próprios não estamos na meta final da evolução histórica», pelo que quaisquer moralizações sobre o carácter

¹⁰ Veja-se, entre outros, P. Mantoux, *La révolution industrielle au XVIII^{ème} siècle*, Paris, Genin, 1958; P. Laslett, *O Mundo Que Nós Perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1976; M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève 1871-1890*, Paris, Mouton, 1974.

¹¹ S. Pollard, *op. cit.*

¹² Veja-se, a título exemplificativo, a quase caricatural personagem M. Bounderby, em *Hard Times*, de Dickens.

¹³ A imprensa operária, incluindo a portuguesa, está cheia de queixas contra a pancada dada a mulheres e crianças e ainda, no caso das primeiras, contra os constantes abusos sexuais de que eram vítimas.

¹⁴ O subcontrato e o pagamento de empreitada, tão usados em Portugal, eram formas de fugir (transitoriamente) às dificuldades da criação de uma efectiva disciplina fabril.

¹⁵ Por exemplo, os «preguiçosos» operários de Filadélfia tiveram de pagar pesadas multas antes que o patrão os conseguisse «disciplinar». (H. Gutman, *op. cit.*)

¹⁶ Refere-se à agitação de artesãos especializados, especialmente de pequenas oficinas têxteis, que reagiram violentamente à introdução das máquinas na sua indústria, chegando a destruí-las, em nome de um mítico general Ludd, agitação que teve lugar em Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX.

«progressivo» ou «reaccionário» desses primeiros motins de artesãos são absurdas. Entre nós, por exemplo, mais do que tentar compreender o que foram, na realidade, certas fases «infantis» da consciência da classe operária portuguesa, como seja a «doença» anarco-sindicalista, alguns historiadores têm-se deleitado em moralizar sobre a questão, condenando as posições sectárias, a deficiente compreensão do processo capitalista, ou a miopia política dos dirigentes operários. O exercício é inútil. Esta corrente de pensamento, julgando-se detentora da verdade científica e situando-se no final de uma longa evolução histórica, perde inevitavelmente a complexidade do real. Com efeito, estabelece arbitrariamente rupturas cíclicas e separa radicalmente «novos» e «velhos» objectivos de luta, tudo sem o menor traço de continuidade, postulando uma inexorável evolução das coisas e emitindo juízos de valor sobre a acção operária ¹⁷.

Baseadas numa aceitação acrítica do finalismo marxista, estas posições teóricas são particularmente prejudiciais quando se trata de analisar as atitudes de grupos quase artesanais ou a ideologia anarco-sindicalista, ambas dum ponto de vista marxista-funcionalista, necessariamente «disfuncionais», devido à particular incapacidade para formar um partido operário. Trata-se (e isso mesmo os torna, quanto a nós, particularmente fascinantes) de «vencidos da história»: num caso, o de um punhado de velhos artesãos, que ingloriamente resistem à lógica capitalista; no outro, o de amplas massas operárias sonhando transformar radicalmente a sociedade sem a necessidade de um partido que as ajudasse a tomar o poder e a construir, depois, uma ordem social sem Deus nem autoridade.

Mas regressemos de novo a E. P. Thompson e às suas críticas às interpretações ortodoxas do ludismo. Para este autor teria sido a ideologia fabiana que impedira quer os Hammond quer os Webb de compreenderem verdadeiramente aquele fenómeno, uma vez que o evolucionismo progressista que lhes servia de pressuposto implícito os levava a pensar serem aquelas conspirações operárias necessariamente o fruto de uma minoria de fanáticos e loucos: os participantes nesses estranhos rituais de destruição não constituíam evidentemente antepassados condignos para o glorioso Labour Party, a que pertenciam. Será somente na década de 1960 que a historiografia britânica irá levantar o recatado véu de silêncio que sobre tais turbulentos actos havia caído.

A obra de E.P. Thompson tem, portanto, de ser vista dentro duma controvérsia viva e actual, de que infelizmente têm chegado ao nosso país poucos ecos. É a partir de uma revisão historiográfica que aquele autor vai propor uma nova visão dos acontecimentos ludistas, argumentando que aquele fenómeno só poderá ser compreendido se integrado no contexto histórico em que ocorreu, isto é, num período de gravíssima crise social

¹⁷ Não gostaríamos, neste artigo, de enveredar por uma análise das interpretações dos estudiosos portugueses sobre a classe operária. Mas, a propósito, valerá a pena ver M. Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República*, Lisboa, GÍE/Editorial Presença, 1976, bem como Pacheco Pereira, *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1971.; César Oliveira, *O 1.º Congresso do Partido Comunista Português*, Lisboa, Seara Nova, 1974, e *O Socialismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1973. Para uma crítica a este tipo de interpretação do anarco-sindicalismo consulte-se J. Alier, «Crítica de la interpretación del anarquismo como rebeldía primitiva», in *Cuadernos Ruedo Ibérico*, 43/45, 1975.

em que a velha legislação paternalista havia sido abolida e em que a nova economia política do *laissez-faire* se tentava impor, sobre e contra a vontade das classes trabalhadoras. Daí que seja necessário analisar a oposição dos operários a certas máquinas como constituindo algo de mais profundo do que uma mera fúria de trabalhadores especializados agindo por motivações irracionais. As máquinas simbolizavam, para os trabalhadores que as olhavam pela primeira vez, a emergência de um novo sistema — o sistema fabril, cujas nefastas consequências se faziam desde logo sentir.

Este sistema fabril sofria oposição, não só dos velhos grupos artesanais, mas de muitos outros sectores da opinião pública, com particular relevo para a velha aristocracia fundiária, a quem as novas máquinas roubavam simultaneamente o poder económico e político e os braços baratos a que estavam habituados. Os ludistas dispuseram, de facto, em Inglaterra de um certo clima de justificação moral por parte de muitos sectores que consideravam as máquinas uma obra infernal destruidora de velhas harmonias.

Resta acrescentar não ter sido o ludismo uma oposição cega a toda e qualquer máquina. Muito pelo contrário, quando as máquinas eram pequenas, acessíveis e portáteis, eram até muito bem recebidas¹⁸. Nem representou principalmente ódio à inovação tecnológica *per se*, embora este assunto seja mais complexo do que à primeira vista possa parecer. O que estava em causa era fundamentalmente a liberdade que o capitalista se arrogava de destruir os costumes do ofício, quer através de máquinas, quer através da concorrência crescente de novos braços.

Estamos hoje tão habituados, como nota E. P. Thompson, à noção de que o facto de terem os «ofícios» sido «libertos» das antigas práticas restritivas é, *ipso facto*, um bem e, ainda por cima, um bem inevitável, que nos é necessário um esforço de imaginação para que possamos compreender que o novo industrial, também ele «livre», pudesse ser olhado pelos seus trabalhadores como um indivíduo que subira à custa de práticas, não só «imorais», como «ilegais».

As conclusões de E. P. Thompson quanto à atitude dos trabalhadores ingleses perante o novo sistema social são, como veremos, pelo menos parcialmente, aplicáveis ao caso português. Muito resumidamente, defende este autor que os trabalhadores, e muito especificamente os artesãos, não consideravam o liberalismo como sinónimo de liberdade, mas, pelo contrário, como uma imposição nefanda, não conseguindo mesmo compreender como se poderiam defender práticas tão obviamente «prejudiciais». Esta tese permitirá a Thompson afirmar ser o ludismo uma violenta erupção de sentimentos contra o liberalismo industrial, erupção essa que, embora recorresse frequentemente a um código paternalista ultrapassado, era sancionada pela «cultura» das novas classes trabalhadoras, que assim incorporavam no seu património parte desses valores e aspirações. O ludismo foi, em resumo, uma luta típica de um momento de transição: se olhava, de facto, para trás, para um passado de velhos hábitos fraternos e de direitos tradicionais, constituiu também uma resposta a situações e problemas desconhecidos.

¹⁸ M. Perrot, «Les ouvriers et les machines en France dans la première moitié du XIX^e siècle», in *Recherches*, 32/33, Setembro de 1978.

As reivindicações apresentadas pelos ludistas não se cingiam ao mero restabelecimento dos direitos usuais. Pelo contrário, baseando-se no passado, correspondiam também ao concreto vivido: pediam, por exemplo, uma idade legal mínima, tribunais de árbitros avindores, a obrigação de os patrões darem emprego aos trabalhadores desalojados pelas máquinas e a legalização dos organismos sindicais. Estas exigências continham, evidentemente, a nostalgia duma sociedade ordenada, mas, paralelamente, apontavam para uma ordem em que o crescimento económico fosse regulado, não pelo mero incentivo monetário, mas de acordo com prioridades éticas. Ou seja, se bem que idealizada, a ordem antiga continha em si elementos incompatíveis com o novo modo de produção capitalista, elementos que, ao nível ideológico, serviram de base para uma feroz crítica à nova sociedade industrial e que, portanto, estavam longe de ser totalmente «disfuncionais».

Os artesãos negavam radicalmente a economia política da nova burguesia industrial, que, por se basear na competição ilimitada e desumana, consideravam uma das mais cruéis doutrinas da história. Esses «aristocratas operários», sendo os últimos homens das corporações de ofício, foram simultaneamente os primeiros a criticar a sociedade que diante dos seus olhos se erigia, horrenda, e a sonhar com uma nova ordem social. «Os homens que atacaram a fábrica de Cartwright em Rawfolds», citando mais uma vez E. P. Thompson, «anunciavam uma economia política alternativa, embora ainda num furtivo e confuso encontro.»¹⁹ O ludismo era, em resumo, uma espécie de revolta camponesa de trabalhadores industriais que, em vez de assaltarem castelos ou queimarem searas, se dedicavam a destruir o instrumento que, também ele, constituía e simbolizava a sua destruição. Por conseguinte, podemos afirmar que os movimentos de reacção ao capitalismo nasceram, em Inglaterra, da velha cultura artesanal, ainda em pleno vigor nos primeiros anos do século XIX, da velha cultura quer das lutas, mutualidades e petições quase legais ao Parlamento, quer das reuniões e juramentos secretos em que se planeava a violência anti-máquina.

O ludismo deverá ser analisado na sua total ambivalência — quer nas suas notáveis características de disciplina e capacidade de organização, quer nos *impasses* a que chegou. E talvez possamos então concluir que se tratava, não de um movimento vergonhoso de operários enlouquecidos, mas de uma complexa e autónoma manifestação de cultura operária²⁰.

Enriquecidos pelas experiências parlamentares do século XVII, cultivando, durante todo o século XVIII, as tradições intelectuais e libertárias, com espaço para poder criar mutualidades, sociedades recreativas e clubes, os trabalhadores ingleses não passaram, de uma geração para a seguinte, do campo à fábrica. Viveram a revolução industrial como indivíduos cultos e organizados, reclamando-se da velha tradição do «inglês livre»²¹. Não admira, assim, que fossem os primeiros a gerar uma cultura operária, forte, coesa e militante.

¹⁹ E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, cit., p. 604.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 658.

²¹ Como veremos adiante, ao contrário dos trabalhadores de uma têxtil ou das conservas, também os chapeleiros portugueses formavam uma *élite* culta e organizada, herdeiros da velha tradição da autonomia mesteiral e, por isso mesmo, capazes de resistir, durante um momento inicial, à nova ordem capitalista.

2. O GRUPO PROFISSIONAL DOS CHAPELEIROS

Tentaremos enumerar brevemente alguns traços característicos deste particular grupo operário, grupo sempre minoritário e hoje sem relevo especial na economia nacional²². Trata-se, em primeiro lugar, de um velho ofício tradicional, e de um ofício que havia sido, no nosso país, relativamente privilegiado. Na opinião de Oliveira Martins, a chapelaria havia sido uma das melhores indústrias nacionais, melhor quer pela perfeição da manufatura, quer pela importância da produção²³. Trata-se, além disso, de um caso interessante de transformação de uma velha «arte» popular, pelo que nos é possível analisar o impacto que nela assumiram as novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho, assim como as formas de resistência à proletarianização pelos chapeleiros.

Além disso, este grupo profissional possuía um bom jornal corporativo, publicado ao longo de um período relativamente longo, o que era então raro. As suas lutas foram também registadas, com frequência e bastante pormenor, nas páginas do jornal socialista *O Protesto*, depois *Protesto Operário*. Este facto é de particular interesse para analisar a evolução da consciência operária, em particular as suas atitudes em face do progresso tecnológico e as suas reacções à introdução da maquinaria.

Escolhemos os chapeleiros como um grupo profissional idealmente colocado para uma análise dos comportamentos da «aristocracia operária»²⁴ na conjuntura do Portugal oitocentista. Herdeiros de um passado próspero, em parte resultado da nossa tradição colonial, os chapeleiros ter-se-iam de defrontar, a partir de meados do século XIX e dos sucessivos tratados comerciais do liberalismo, com o declínio do seu ofício e o desmantelamento do saber profissional que lhes havia granjeado a posição particular de que gozavam.

Vários processos havia para abordar a problemática escolhida, mas pareceu-nos que, no quase deserto da investigação sobre o século XIX português, e muito especialmente no que toca quer à sua evolução industrial quer ao seu nascente operariado, o mais útil seria a elaboração, com o máximo de aprofundamento e sistematização possível, de um caso.

É evidente que a opção pelo estudo monográfico se radica na convicção de que é mais vantajoso analisar-se a formação da classe operária

²² Em 1852, os chapeleiros representavam apenas cerca de 4 % da classe operária portuguesa (num total de 15 897 indivíduos trabalhando em estabelecimentos com mais de 10 operários havia 617 chapeleiros; ver anexo 3), percentagem que, nas primeiras décadas deste século, teria descido para cerca de 2 %. (Em 1911 havia 98 511 operários em empresas com mais de 10 operários — ver A. Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Dom Quixote, 1971; segundo o *Inquérito Industrial* de 1917, existiam, nessa altura, 1914 chapeleiros. Estes números não são totalmente comparáveis, pois o último incluía trabalhadores empregues em pequeníssimas oficinas.)

²³ Oliveira Martins, *O Repórter* de 24 de Setembro de 1888. Ver também J. B. Macedo, *Problemas da História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, que afirma ser a chapelaria uma das indústrias de mais larga tradição nacional, e Oliveira Simões, «A evolução da indústria portuguesa», in *Notas sobre Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

²⁴ Para uma definição deste tipo de «aristocracia operária» ver o artigo de Hobsbawm «The labour aristocracy in Nineteenth-Century Britain», in E. J. Hobsbawm, *Labouring Men*, Londres, Weinderfeld and Nicolson, 1904. Para uma distinção entre as «velhas» e as «novas» aristocracias operárias ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, cit., pp. 262-263.

portuguesa a partir de estudos aprofundados dos seus diversos e diversificados estratos do que a partir de um estudo global baseado numa concepção monolítica dessa classe. Quando e como emergiu a classe operária portuguesa não é, na nossa opinião, assunto para debates ideológicos, mas antes terreno para investigação concreta. Além disso, embora se reconheça que a problemática e as conclusões formuladas por autores estrangeiros são relevantes, só um estudo sobre a realidade nacional permitirá levantar questões importantes relativas à especificidade da nossa classe operária. É este o caso, por exemplo, da importância que assumiu a temática do protecționismo, que parece estar ausente das preocupações dos operários ingleses e, por conseguinte, da vasta bibliografia que sobre os mesmos tem sido publicada. Devido à sua riqueza e maior profundidade, aquela bibliografia tem servido como pano de fundo teórico para inúmeras investigações o que não deixará de ter contribuído para limitar o campo de análise.

Ao longo das páginas que se vão seguir procurámos usar o caso dos chapeleiros não só para analisar, no contexto português, as conhecidas resistências à proletarização, mas também para analisar a forma como a política livre-cambista do fontismo foi vista e combatida. A pauta aduaneira é parte importante dos sonhos deste grupo de operários, o que provavelmente aconteceria igualmente com outras profissões especializadas e paralelamente ameaçadas pela abertura das fronteiras ao produto estrangeiro. Finalmente, tentaremos estudar a forma como os chapeleiros reagiram ao progresso tecnológico e, em particular, à introdução das máquinas na indústria.

II

A QUESTÃO DO PROTECCIONISMO E O DESMANTELAMENTO DO OFÍCIO

1. A LUTA PELA PAUTA: A FASE DO CONSENSO

Até 1892, data em que é promulgado o novo regime pautal²⁵, a luta por pautas «justas» contra a invasão do produto estrangeiro é um dos temas que dominam, não só as reclamações dos industriais, como também, o que, à primeira vista pode parecer surpreendente, a vida associativa dos chapeleiros portugueses, constituindo, por um lado, um dos principais factores de mobilização da classe e, por outro, a base para um programa de colaboração com os patrões.

Basicamente, os interesses dos industriais chapeleiros resumiam-se a dois pontos: mercado nacional cativo e isenção de direitos nas matérias-primas importadas. Quanto a estas últimas, é extraordinário verificar o

²⁵ A revisão do tratado de comércio com a França suscitou uma enorme onda de protestos por parte das várias indústrias, entre as quais a da chapelaria, por ter sido concluída em termos que contrariavam as indicações contidas no *Inquérito* de 1881. (Para as indústrias que apresentaram protestos formais ver *O Protesto* de 5 de Fevereiro de 1882.)

grau de dependência do estrangeiro em que esta indústria se encontrava ²⁶. Num documento enviado, em 1881, à Comissão de Inquérito, a Associação Fraternal dos Chapeleiros e Sirgueiros de Lisboa lamentava-se de que o pêlo era a única matéria-prima que se produzia nacionalmente, mas, mesmo este, não chegava para a vigésima parte da exigência do consumo. Por seu lado, as sedas, apesar da protecção que ainda tinham, não conseguiam obter a perfeição nem o preço das francesas. Assim, a nossa indústria de feltro e seda não conseguia, em 1881, enfrentar a concorrência estrangeira, especialmente a francesa, nem em preço nem em qualidade. Por outro lado, apareciam constantemente novos tipos de chapéus que se não fabricavam no País, como sejam os chapéus chamados de fantasia, e isso, na opinião dos relatores, «pela deficiência de conhecimentos e por não haverem aqui os materiais de que podem ser feitos, importando nós tudo que lhes diz respeito».

O depoimento dos representantes patronais da chapelaria ²⁷ confirma o testemunho da Associação Fraternal, especificando, numa longa lista, as importações a que a indústria era obrigada: algodões para os cascos; cassas para outras coberturas; fitas; cetins; marcelina ou *foulards*; forros aderentes (de invenção francesa); forros móveis (isto é, forros móveis com capa de seda); fitas de carneira; pelúcia (cujo fabrico havia sido praticamente abandonado de meados do século XIX em diante); torçal; merino; fumos de casimira; trancinha; elástico de seda; molas para chapéus: catechu de algodão; botões; oleado de seda; laços de sola para chapéus de cocheiro. E concluíam tristemente: «Temos pois que o que é livre no chapéu é o pêlo de coelho e a goma-laca.» Para terminar a lista de desgraças, sucedia ainda que, supreendentemente, muitas destas matérias-primas pagavam, na Alfândega, uma taxa mais elevada do que a que se aplicava aos produtos já manufacturados ²⁸.

Os pedidos de adequação das pautas para uma efectiva protecção da indústria nacional repetem-se ao longo do período estudado com uma monótona frequência, sendo óbvio o carácter «interclassista» da luta ²⁹. A tal ponto o tópico era mobilizador, que a classe dos chapeleiros desenvolveu e demonstrou então, como veremos, um enorme esforço organizativo: em Março de 1882 resolveram enviar ao Parlamento uma representação contra o tratado de comércio com a França ³⁰ e em Abril do mesmo

²⁶ Ver, por exemplo, o relatório do cônsul francês sobre a Exposição Industrial do Porto (1891-92), existente nos Arquivos Nacionais de Paris, e *As Actas das Sessões* da Comissão de Inquérito de 1865.

²⁷ *Inquérito Industrial*, 1881.

²⁸ Ver também a representação apresentada ao ministro da Fazenda, em Abril de 1887, pela «secção» de chapeleiros da Associação dos Trabalhadores em *Protesto Operário* de 15 de Maio de 1887 (n.º 265), em que se afirma pagarem as matérias-primas impostos de cerca de 60 %, 70 % e 80 %, enquanto os chapéus já manufacturados de lã-feltro pagavam apenas 15 % *ad valorem*.

²⁹ Não admira assim o também interclassista carácter de algumas das associações de classe dos chapeleiros na década de 1880, reunindo mesmo em casa de um patrão (*O Protesto* de 19 de Fevereiro de 1882). A luta destinava-se a exigir que o Governo decretasse uma tabela para os chapéus importados sobre a qual recaíssem direitos *ad valorem*, tabela que seria anexa ao tratado, para assim se evitarem fraudes nas facturas (e, consequentemente, se evitar o abaixamento fraudulento desses mesmos direitos) (*O Protesto* de 19 de Fevereiro de 1882).

³⁰ *O Protesto* de 19 de Fevereiro de 1882. Não era só a indústria da chapelaria que reclamava contra o tratado com a França, mas muitas outras, das quais destacamos os têxteis, metalurgia, vidros, etc. (Ver *Protesto Operário* de 5 de Fevereiro de 1882.)

ano recolheram (em ambos os casos por iniciativa da Associação dos Chapelheiros Lisbonenses) 400 assinaturas para um «Manifesto-protesto dos chapelheiros do País»³¹, insurgindo-se contra o Governo, não só em nome dos seus interesses enquanto classe e da sua «dignidade ofendida»³², mas também em nome dos interesses da indústria e da honra nacional.

Mas será nos últimos anos da década de 1880 que a questão da protecção alfandegária assumirá particular agudeza, em virtude da crescente invasão de chapéus alemães e da crise que então assolava a indústria. Para os operários, a crise que atravessavam dificilmente podia ser vista como atribuível ao patrão; pelo contrário, o que eles verificavam, no seu quotidiano, era a ausência de mercados para o produto que fabricavam, o que aparentemente os vitimava tanto a eles como aos industriais, a quem se desculpava afinal a redução salarial e até os despedimentos, uma vez que o grande responsável parecia ser o Governo, que não defendia ambas as partes do inimigo real, ou seja da concorrência externa.

Em 1887, o tema da pauta torna-se o assunto dominante dos artigos publicados no jornal que melhor vocaliza os interesses da *élite* dentro da classe dos chapelheiros, isto é, o jornal socialista *O Protesto*: «Um grande número de industriais chapelheiros», escreve aquele jornal, «tem ultimamente encomendado da Alemanha grande porção de chapéus de lã, que são postos no nosso mercado por um preço vilíssimo, posto que são um produto de inferior qualidade. Estes chapéus vêm por acabar, sendo de crer que os pretendem fazer passar por lã em pasta.»³³ Infelizmente, não se sabe qual a dimensão deste fenómeno de importação de produtos semiacabados; mas o que parece indiscutível é levar tal facto à inevitável desqualificação da mão-de-obra nacional, ao desprestígio da profissão e à desagregação do ofício.

Este aspecto é particularmente importante porque acaba por ser através da importação que os chapelheiros entrevêm, aprendem e sentem na pele a dimensão verdadeiramente capitalista da indústria. Apesar das queixas contra a introdução de máquinas e contra o crescente despotismo patronal a elas associado, a imprensa operária reconhece muitas vezes não ter sido ainda a nossa chapelaria atingida pelo «industrialismo». Em muitos aspectos, os nossos operários chapelheiros da década de 1870-80 estavam ainda mais perto da situação de artesãos do que da de operários modernos. Eles próprios, ou, pelo menos, o seu porta-voz socialista, têm nítida consciência das transformações em curso nos países mais avançados. Em Julho de 1882, o *Protesto Operário* reconhece que «os operários de algumas indústrias que em Portugal estão atravessando o período de transformação do estado individualista para a produção colectivista, tais como a marcenaria, a sapataria, podem ter ainda a felicidade da execução completa duma cómoda, dum par de sapatos ou de um chapéu, fazendo valer assim a perfeição da sua obra». E, referindo-se seguidamente à inevitável parcelização das tarefas acarretadas pela industrialização, diz: «[...] mas, logo que essas indústrias, ou não possam resistir às tendências livre-cambistas dos novos economistas liberais, ou se desenvolvam gradualmente, esses

³¹ *Protesto Operário* de 4 de Junho de 1882.

³² *Ibid.*, id.

³³ *Ibid.* de 13 de Fevereiro de 1887.

operários terão de se sujeitar a aparafusar juntas, a brunir tacões ou a ajeitar abas, eternamente.»³⁴

Foi assim que, em momento de grande importação de chapéus estrangeiros, os chapeleiros tenderam a projectar no «gigante estrangeiro», e não no patrão nacional, o seu ódio. Isto é corroborado pelo *Protesto Operário* de Novembro de 1890, num artigo que dispensa comentários. Após denunciar o aumento da importação dos chapéus alemães, afirma aquele jornal:

«A grande indústria, que, por enquanto, é quase planta exótica nesta terra, vai dando os seus frutos, reduzindo os operários a uma maior miséria, embora por agora só nos ataque sob a forma de produção vinda de fora, quer dizer, sob a pior de todas as formas que pode revestir.»³⁵

Como vimos, tal situação levava inevitavelmente a que o patrão nacional fosse visto como um aliado na luta contra o «gigante estrangeiro». E é também o *Protesto Operário* que escreve:

«Vai prosseguindo triunfalmente a importação dos chapéus estrangeiros fabricados mais especialmente na Alemanha [...] Como se vê, a importação cresce sempre, ao mesmo tempo em que a indústria portuguesa decai, atravessando um período de permanente crise.»

Depois de referir que quanto mais se produz, mais baratos se tornam os chapéus na origem e no destino, pois que o fabricante estrangeiro, aumentando a sua produção, pode produzir mais barato, e após examinar os números relativos ao aumento das importações e a evolução dos preços, o articulista conclui:

«A chapelaria nacional é uma indústria morta. Não conspirou contra a sorte dos operários a grande indústria nacional, mas sofreu a consequência do desenvolvimento do grande industrialismo estrangeiro, servido por fortes máquinas, aplicando matérias-primas mais baratas, aproveitando-se nas fábricas do trabalho das mulheres, porque são mulheres principalmente que na Alemanha se empregam na manufatura dos chapéus de lã. Tão certo é que na sorte dos operários os fenómenos locais são já agora uma causa de secundária importância. A indústria e o comércio revestiram um carácter universalista por tal modo, que já hoje não nos pode ser indiferente o que se passa em nenhum país do mundo. Por muitos anos, os trabalhadores portugueses viveram na doce ilusão de que não lhes chegariam cá os males que nas outras nações tão *intensamente* afligiam os seus camaradas. Isto é um país único, dizia-se. Único pelo seu atraso relativo, conservando a indústria uma feição doméstica, que por alguma maneira poupava o nosso operário à condição de salariado da grande fábrica, de forçado

³⁴ *Protesto Operário* de 16 de Julho de 1882.

³⁵ *Ibid.* de 30 de Novembro de 1890.

da *grande penitenciária capitalista*. Mas agora aí tem. Onde não se constituem grandes companhias nacionais para a exploração do trabalho aparece a concorrência dos produtos similares fabricados no estrangeiro.»³⁶

Este texto revela exemplarmente, não só a consciência que os dirigentes operários tinham já da evolução económica dos países industrialmente mais avançados e das suas repercussões ao nível da indústria nacional, como também das ilusões anteriores quanto à possibilidade de um doce isolamento da indústria artesanal portuguesa perante o exterior. Ao cabo e ao resto, num país periférico como o nosso, eram as mulheres alemãs, empregues na grande indústria da chapelaria, que estavam realmente a «matar» o orgulhoso operário especializado da nossa indústria, encontrando-se, neste caso, os beneficiários da grande revolução industrial fora dos estreitos limites nacionais.

O autor do artigo termina, muito coerentemente, com um apelo a que se «empunhe o martelo e destrua pela base todo o edifício capitalista». Mas tal incitação não podia, evidentemente, ser tomada a sério; contra o «mal» ali diagnosticado, os chapeleiros portugueses limitaram-se, durante anos, não a destruir um edifício capitalista ainda, em larga medida, por construir, mas a pedir a protecção alfandegária que os salvaria da morte, embora contraditoriamente ajudasse a desenvolver aquele «mal».

Durante este período, os chapeleiros mobilizaram-se fundamentalmente em torno da questão da defesa dos seus postos de trabalho³⁷. Por exemplo, em Abril de 1887³⁸ reuniram-se cerca de 150 chapeleiros da fábrica de A. Roxo para repudiarem o direito *ad valorem*³⁹ então em vigor e exigir a aprovação de um direito fixo. Mas, se globalmente é verdade que esta luta os punha ao lado dos patrões, não deixam, por vezes, de surgir algumas contradições. Naquela mesma reunião salienta-se o facto de os operários terem de se unir entre si de forma mais eficaz e abandonar a tática de alianças com os industriais, uma vez que, em muitos casos, estes eram também importadores dos chapéus estrangeiros. O facto de existirem, no seio da classe patronal, algumas firmas simultaneamente importadoras e produtoras não pode, aliás, ter também deixado de criar hesitações e divergências dentro deste grupo. No entanto, a maior parte dos patrões eram decididamente a favor dum protecçãoismo pautal forte.

A realidade da importação de chapéus do estrangeiro serve, por fim, quer como motivo real, quer como justificação ideológica, para a introdução de maquinaria na indústria, tema que desenvolveremos adiante. Por agora bastará citar a justificação que os patrões da Fábrica Social dão aquando

³⁶ *Protesto Operário* de 25 de Maio de 1890 (sublinhado meu).

³⁷ Nada disto é, aliás, específico de Portugal, uma vez que, como é evidente, a maioria dos países em vias de industrialização tiveram de se defrontar com situações semelhantes. Infelizmente, poucos estudos se têm publicado sobre este tema; sabemos, apesar de tudo, que também em França os operários preferiam por vezes incriminar, não as estruturas capitalistas nacionais, mas sobretudo a concorrência estrangeira (M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève*, cit.).

³⁸ *Protesto Operário* de 7 de Abril de 1887.

³⁹ Os direitos *ad valorem* representam uma percentagem do valor da unidade, enquanto os direitos fixos se baseavam numa soma determinada por cada unidade, o que impedia a deturpação, pelos importadores, do valor real das facturas.

da greve de 1877, desencadeada precisamente contra a introdução das máquinas:

«Os proprietários da Real Fábrica Social julgam as máquinas de que dispõem actualmente insuficientes para sustentar a indústria da chapelaria à altura das suas concorrentes estrangeiras. Querem opor à inваção da importação que nos ameaça uma barreira eficaz.»⁴⁰

O baixo preço do produto estrangeiro era invocado pelos patrões como justificação para a mecanização da indústria.

É ainda importante realçar que esta luta pela protecção pautal se ligará, na prática, à politização da luta dos chapeleiros, luta que muitos operários contestavam, obrigando um orador a ter de esclarecer, em 1887, que «política [era] tudo quanto ali se estava fazendo», como, por exemplo, o «reclamar do Governo modificações do tratado de comércio com a França»⁴¹. Entretanto, é inegável que um grupo de «vanguarda», a secção de chapeleiros da Associação dos Trabalhadores de Lisboa, tenta aproveitar a mobilização da classe em torno deste ponto para, entre outras coisas, desenvolver a consciência sindical e política dos chapeleiros. A insistência na necessidade de associação acompanha quase sempre as chamadas de atenção para o problema das pautas⁴².

Em 1889, o tema volta a ocupar um lugar central nas notícias relativas aos chapeleiros. No *Protesto Operário* de Fevereiro de 1889 chama-se a a atenção para o facto, grave, de que «em duas ou três casas das principais neste ramo da indústria, os operários estão já apropriando os chapéus de lã estrangeiros, que são importados em pasta», acrescentando que, «se os operários estivessem associados, talvez pudessem atenuar semelhante concorrência»⁴³. A tal ponto o tema adquire importância que «uma das questões que, segundo parece, deverá figurar no próximo congresso das associações operárias portuguesas, [...] será a questão da reforma das pautas». Em Abril do mesmo ano, o *Protesto Operário* publica um longo artigo em que se reivindica a presença de delegados das associações operárias na comissão oficial encarregada de conduzir o inquérito de 1890⁴⁴.

Neste artigo tentam ainda chamar a atenção para a diversidade de interesses dos patrões e dos trabalhadores, mas acabam por reconhecer a necessidade de uma política proteccionista:

«A isto [às reivindicações operárias] respondem os patrões alegando a falta de trabalho, proveniente da introdução sempre crescente dos

⁴⁰ *Protesto Operário*, n.º 86, de Abril de 1877.

⁴¹ *Ibid.* de 7 de Abril de 1887. A 25 de Abril de 1887, uma comissão de operários filiada na secção de chapeleiros da Associação dos Trabalhadores de Lisboa procurou o ministro da Fazenda a fim de lhe entregar uma representação em que se chamava a atenção daquele político para a forma por que se estavam a despachar na Alfândega os chapéus de lã importados da Alemanha (*Protesto Operário* de 15 de Maio de 1887), donde resultou ter o ministro acedido à nomeação de peritos operários para a classificação dos produtos nas alfândegas.

⁴² *Ibid.* de 12 de Junho de 1887. Como se verá adiante, o ano de 1887 foi um ano de grande actividade organizativa dos operários chapeleiros.

⁴³ *Ibid.* de 3 de Fevereiro de 1889.

⁴⁴ Num longo editorial de 31 de Março de 1899, o *Protesto Operário* considera serem a tecelagem e a fiacção os dois ramos mais atingidos pelo tratado com a França.

produtos estrangeiros no nosso mercado, introdução que despromovem, mas que por detrás da qual se entriçeiraram, rechaçando as reclamações operárias!»

Desabafando a seguir:

«Mas para a crise industrial — para essa, posto que não nos é dado alimentar a esperança de concorrer nos mercados dos outros países, onde a grande indústria prepondera, só vemos como paliativo a protecção, isto é, que os operários percebam que a causa da sua desdita é devida apenas à dominação do capital, à exploração burguesa, de que eles se devem desembaraçar fazendo a revolução socialista.»⁴⁵

A luta pelo protecçionismo pautal, ou pela protecção do trabalho nacional *versus* trabalho estrangeiro, aparece, portanto, como um primeiro passo na longa caminhada pela emancipação operária.

A posição dos articulistas que escreviam no *Protesto Operário* sobre as pautas não era, apesar de tudo, isenta de ambiguidades. Sentindo a necessidade de pagar um tributo (mesmo se meramente verbal) à ideologia iluminista, o articulista do *Protesto Operário* reconhecia sentir pouco entusiasmo pelo protecçionismo, «doutrina económica que reputamos oposta à tendência das modernas sociedades», e admitia que, «em princípio, o livre-câmbio [era] a fórmula mais consentânea com as nossas aspirações». Mas, logo a seguir a este gesto reverencial, afirmava claramente que o operariado português não podia deixar de protestar contra a permanência de um tratado «ruinoso», e ruinoso precisamente por não ser suficientemente protecçionista⁴⁶. As contradições, mesmo no interior do discurso, eram, assim, bem visíveis.

Mas, quando se tratava, não de meros enunciados ideológicos, mas de tarefas ligadas aos problemas concretos com que se defrontavam os operários, o livre-cambismo era sistematicamente combatido. Por exemplo, nas inúmeras petições que os operários chapeleiros enviaram, por esta altura, ao Parlamento, a posição pró-protecçionista é a mais claramente assumida, enquanto o livre-câmbio é denunciado como «uma concorrência que não é estímulo para a vida, mas que é impulso para a morte»⁴⁷.

Resta registar que, mesmo antes da grande desilusão pós-pauta, aparecem, aqui e ali, algumas vozes isoladas, interrogando-se já sobre a verdade dos omnipresentes e omnipotentes malefícios do livre-cambismo. Aludindo a que nem todas as infelicidades provinham do estrangeiro, um chapeleiro interrogava-se, em 1889, sobre se a redução dos salários e o prolongamento do horário de trabalho deveriam ser atribuídos à concorrência estrangeira, respondendo que não, uma vez que o número de horas havia sido sistematicamente aumentado, o que provava que os operários deveriam antes combater os patrões⁴⁸, posição ideológica seguramente mais perto da ortodoxia marxista (veiculada ao nível do topo dos aparelhos políticos e sindicais onde se moviam certos chapeleiros) do que das opiniões expressas pelos operários menos cultos.

⁴⁵ *Protesto Operário* de 31 de Março de 1889.

⁴⁶ *Ibid.*, id.

⁴⁷ *Ibid.* de 20 de Julho de 1890.

⁴⁸ *Ibid.* de 20 de Janeiro de 1889. Não nos alongaremos aqui sobre este tópico, que irá ser analisado adiante.

O tratado de comércio com a França, altamente vantajoso para os grupos ligados à exportação de vinho, era, como dissemos, considerado o grande responsável pela miséria dos chapeleiros portugueses ⁴⁹. De facto, a cláusula de nação mais favorecida também aplicada a favor da Alemanha provocara a invasão do nosso mercado por chapéus alemães, o que afectou particularmente as maiores fábricas das cidades, às quais, em primeiro lugar, a concorrência estrangeira roubava a clientela. Por exemplo, a maior fábrica de Lisboa (a fábrica de A. Roxo) fecha então as suas portas, enquanto as pequenas oficinas só conseguem sobreviver «à custa duma exploração desenfreada» e do emprego generalizado de deficientes matérias-primas, contribuindo desta forma para diminuir o rendimento do operário e, portanto, os seus salários. Os chapeleiros atravessaram então tempos difíceis:

«Aproveitando-se do momento, o pequeno industrial faz selecção, escolhe trabalhadores como o Governo escolhe soldados, aproveitando só os mais fortes, os mais robustos.» ⁵⁰

Os chapeleiros, cada vez mais ameaçados e desesperados, continuam a reunir-se a fim de apresentarem aos poderes públicos as suas reivindicações quanto a pautas. Em Junho de 1890 é submetida aos chapeleiros do Porto a petição a ser enviada ao Parlamento pela comissão de Lisboa, tendo, no mês seguinte, sido a mesma aprovada pelos operários das três grandes cidades onde existiam chapeleiros ⁵¹.

As notícias sobre as pautas enchem então as páginas do jornal socialista. A representação dos chapeleiros ao Parlamento virá a ser publicada, na íntegra, no *Protesto Operário*. Aí se afirmava a certa altura:

«O actual direito *ad valorem*, conforme está estabelecido, dando margem a fraudes que se traduzem principalmente na viciação das facturas, prejudica simultaneamente o Estado, que não recebe quanto devia, e os produtores, que se vêem sem trabalho, posto que os comerciantes, pela essência própria da sua missão, só põem todo o seu interesse na conjugação de bons lucros, vendendo os produtos das fábricas estrangeiras que aqui são postos por preços muitíssimo baixos, sendo ainda pagos a seis meses de prazo. Nestas condições, é claro, a indústria portuguesa não pode competir, sabido como são limitados os seus recursos mecânicos e o capital que para ela converge.» ⁵²

Chegava-se, com a crise financeira e comercial do princípio da década de 1890, ao fim de um período. A partir de então, a política livre-cambista iria ser revista ⁵³

⁴⁹ O tratado representou uma vitória para os exportadores de vinho e uma derrota para os industriais, de entre os quais se destaca a chapelaria (*Protesto Operário* de 31 de Março de 1889). Ver também o artigo de Oliveira Martins contra o tratado em *Política e Economia Nacional*, Lisboa, Guimarães Editores, pp. 104-125.

⁵⁰ *Protesto Operário* de 29 de Dezembro de 1889.

⁵¹ *Ibid.* de 22 de Junho de 1890 e de 6 de Julho de 1890.

⁵² *Ibid.* de 20 de Julho de 1890.

⁵³ Ver, entre outros, Armando de Castro, «Crises económicas e financeiras», in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971; M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*,

2. O PERÍODO PÓS-PAUTA — A FRUSTRAÇÃO

Em consequência da crise de 1891, é publicada, em 10 de Maio de 1892, uma nova pauta que procurará proteger alguns produtos da indústria nacional, entre os quais a chapelaria, pauta que, se alterava a anterior situação, não conseguirá, no entanto, resistir completamente às críticas sucessivas que os interesses ligados ao comércio internacional lhe farão, tendo sofrido posteriormente numerosas alterações e aditamentos e criando aquilo que, mais tarde, Azeredo Perdigão qualificará de «regime misto, desconexo e imoral», destinado a «calar um grupo de reclamantes» oposto a qualquer política de desenvolvimento nacional⁵⁴. No entanto, apesar dessas hesitações e pressões, os efeitos conjuntos, quer da nova pauta, quer da desvalorização da moeda, far-se-ão sentir na esfera industrial, que assiste, nos últimos anos do século passado, a um arranque real, que se prolongará até cerca de 1903⁵⁵.

Publicada que foi a nova pauta, como reagiram os operários chapeleiros, que tanto haviam lutado para que a mesma fosse promulgada? As expectativas eram altas, uma vez que os patrões haviam constantemente prometido aos seus operários aumentar-lhes os salários, caso obtivessem a pauta. Num primeiro momento, alguns industriais de Lisboa concedem-lhes, de facto, um pequeno aumento. Mas foi «sol de pouca duras»; passado apenas um ano esse aumento era-lhes de novo retirado, voltando não só a

Lisboa, A Regra do Jogo, 1976; E. Campos, *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa através dos Séculos*, Lisboa, edição da revista *Ocidente*, 1943. A burguesia industrial não era homogeneamente favorável ao protecçãoismo, na opinião de M. Halpern Pereira. Ver o seu artigo «As origens históricas do subdesenvolvimento português», in *Análise Social*, n.º 53, de 1978.

⁵⁴ Cit. em F. Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Porto, A Regra do Jogo, 1978, p. 108. A República não daria posteriormente lugar a qualquer política mais coerente nesta área, mantendo-se os *impasses* e hesitações anteriores. Só em 1923 serão as pautas modificadas no sentido de fortalecer o protecçãoismo, ao mesmo tempo que tinha lugar uma extraordinária desvalorização do escudo.

⁵⁵ M. Halpern Pereira, artigo citado. Importa ainda salientar que, mesmo antes da concessão da pauta, os industriais portugueses estavam já desejosos de obter, ao nível interno, o condicionamento industrial e o encerramento dos mercados coloniais à produção estrangeira. Uma vez promulgada a pauta, solicitam do Governo que os liberte da concorrência livre. Em 1896, por exemplo, enviam ao Governo uma representação em que transparece claramente a ânsia de partilhar o mercado entre os protegidos pelo poder político:

«[...] não podendo suportar a impertinente concorrência dos próprios colegas, nem podendo suprimi-las por falta de capitais bastante poderosos para essa obra expurgatória, são os mesmos industriais e comerciantes que sugerem ao Governo as conveniências da sua intervenção, [...] pondo freio a uma tal concorrência tresloucada, que a competência pelintra determina, concorrência em cujas arestas, afiadas como navalhas, todos sentem que lhes vão ficando as carnes pouco a pouco.» (*O Chapeleiro* de 1 de Janeiro de 1896.)

Resta acrescentar que os chapeleiros se defrontaram, perante esta questão, com dilemas semelhantes àqueles que haviam tido de encarar por altura dos pedidos protecçãoistas; em ambos os casos se tratava da manutenção dos seus postos de trabalho. Ver a este propósito, *O Chapeleiro* de 20 de Junho de 1909 e de 13 de Setembro de 1914. Sobre as «tendências sociais-imperialistas» ver o artigo incluído em *O Chapeleiro* de 16 de Janeiro de 1910. Afastada a solução da pauta como remédio para todos os males, preconiza-se ali a exploração das colónias africanas como forma de «rejuvenescer» uma tão «decadente indústria». Ver também, sobre a regulamentação de novas indústrias, *A Greve* de 13 de Abril de 1908

auferir os anteriores salários, como a tendência generalizada era até para o abaixamento ⁵⁶.

Em 1894, após a grande derrota da greve do ano anterior, de que os chapeleiros saíram tão «mutilados», são patentes os sinais de desapontamento crescente. Escrevem então:

«Para os senhores industriais, os dividendos das companhias são tudo! Não dizem eles que a protecção não tem dado aos operários um real aumento dos salários, isto apesar de ter subido o preço dos artefactos produzidos no País. Não confessam que as companhias têm ultimamente importado muito maquinismo, de modo que, no futuro, desenvolvendo-se o trabalho, hão-de tirar bons lucros.» ⁵⁷

Na realidade, uma vez obtida a pauta proteccionista, os industriais vão responder ao alargamento do mercado interno, não tanto por um aumento de efectivos operários, mas principalmente através da mecanização e paralelo recrutamento da mão-de-obra não especializada, o que obviamente irá agravar a já débil posição da velha aristocracia chapeleira.

Seria, aliás, extremamente interessante analisar as motivações por detrás da opção dos industriais. Se, até 1892, eles tinham de se defrontar com o produto estrangeiro, após a promulgação da legislação proteccionista, aquele motivo externo aparentemente desaparece. A «racionalidade» de mecanizar tem assim de ser procurada noutra ordem de factores, entre os quais se poderá talvez incluir um certo desgaste e desgosto provocado pelas inesperadas lutas operárias dos anos anteriores. Num país «tradicional», o mero facto de os operários não acatarem dócil e sistematicamente as ordens e os desejos dos patrões transformava os «respeitáveis» chapeleiros, com quem haviam ocasional e cordialmente falado das pautas, em criminosos latentes. Por outro lado, há que ter em conta a possibilidade de a pauta não ter impedido completamente a entrada de chapéus estrangeiros.

Devido a factores vários, a mecanização aparecia, assim, como a melhor solução para a sobrevivência de uma indústria decadente. O alargamento súbito do mercado nacional, verificado em 1892, colocou os industriais perante a alternativa de continuarem a basear a indústria na mão-de-obra tradicional ou de mecanizarem. De certa forma, e paradoxalmente, terá sido o vigor dos chapeleiros um dos factores a contribuir para o crescente investimento em maquinaria ⁵⁸.

Dois anos apenas após a promulgação da pauta os operários queixam-se do facto de os patrões estarem a encher as fábricas de mão-de-obra desqualificada, deixando no desemprego muitos antigos chapeleiros, situação tanto mais escandalosa, do seu ponto de vista, quanto haviam sido estes últimos

⁵⁶ O Chapeleiro de 1 de Janeiro de 1896.

⁵⁷ Protesto Operário de 7 de Janeiro de 1894.

⁵⁸ Ao nível industrial global sabe-se que, desde 1889-90, a introdução de maquinaria se tinha acelerado. A uma fase inicial (entre 1865 e 1876), em que se importaram algumas, poucas, máquinas, segue-se, em 1880, uma nova subida, e, finalmente, no final do século, uma aceleração do ritmo de importações de máquinas, tendo, entre 1896 e 1898, duplicado o seu valor. (Ver M. Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, e M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 279.) Segundo nos informa Armando de Castro, entre 1891 e 1898, importou-se maquinaria no valor de 9000 contos (ver o seu livro *A Revolução*, cit., p. 86).

os principais responsáveis pela obtenção da pauta. Lamentam-se, pois, de que, «depois de dois anos de trabalho e de despesas, as quais foram cobertas pela magra algibeira dos operários, que mal ganhavam para se alimentar, alcançou-se [...] uma protecção como não nos lembra outra igual»⁵⁹, protecção que não teria sido obtida sem o esforço e a determinação dos operários, sendo, assim, natural que dos seus benefícios também eles usufruissem. Mas, incompreensivelmente, os patrões depressa esqueceram a indispensável ajuda, e, «além de não cumprirem o que prometeram, ainda [preparavam] contra os operários o maior cataclismo possível»⁶⁰, isto é, a máquina. A política patronal do final do século levava, assim, a que muitos destes trabalhadores especializados fossem postos à margem, «como cães vadios».

Mais tarde, em resposta ao *Inquérito* de 1909, embora reconhecendo que a pauta «havia sido o mais favorável possível», os chapeleiros acrescentam, um pouco contraditoriamente, que, tendo ela contribuído também para que os industriais mecanizassem, em «nada beneficiaria a classe operária»⁶¹, servindo apenas, como escrevia a Associação de Classe dos Chapeleiros de Braga, para «os industriais se digladiarem, alastrando a mecânica, prejudicando os operários e a indústria, devido à deslealdade com que lutam no mercado»⁶².

A mudança ao nível da composição da mão-de-obra que esta política patronal acarretou foi, como veremos, catastrófica. Os novos operários chapeleiros do século XX não seriam já os filhos e os netos da velha aristocracia chapeleira do Porto e de Lisboa, morta, de facto, pela mecanização, que, ao abrir sem reservas as portas do ofício, fará que camponeses, desejosos de fugir à proverbial miséria dos campos, possam ser transformados em chapeleiros. Não admira assim que em Abril de 1894 começassem a surgir queixas relativas à «afluência de braços vindos da província»⁶³, lamento que se tornará cada vez mais frequente.

À medida que a mecanização prosseguia, os salários baixavam, voltando os chapeleiros «à mesma miséria», se não a uma miséria pior do que a que haviam sofrido durante os períodos em que a indústria atravessara graves crises. Mas agora, e era isso que os escandalizava especialmente, a indústria encontrava-se em fase de prosperidade visível. A pauta serviu, por conseguinte, para inflamar o ódio dos operários. defrontando-se, pela primeira vez, com o patrão nacional, não já enfraquecido pela concorrência externa, mas, pelo contrário, ocupando agora uma posição privilegiada.

Nos princípios deste século, o «desengano» perante a pauta levará gradualmente os operários a olharem para o período anterior como uma idade de ouro, em que o trabalho era suave e a vida feliz. Por exemplo, em Julho de 1909, *O Chapeleiro* escreve, em tom nostálgico, que «conquanto tivessem falta de trabalho no período anterior à pauta, motivada pela importação de chapéus estrangeiros, [...], este era fácil de executar e os preços da mão-de-obra muito bem pagos, pois tinha que ser trabalho bem manufacturado, o qual requeria a devida compensação». O comportamento dos chapeleiros portugueses é semelhante ao dos artesãos ingleses estudados

⁵⁹ *Protesto Operário* de 25 de Fevereiro de 1894.

⁶⁰ *Ibid.*, id.

⁶¹ Resposta da Associação de Classe dos Chapeleiros do Porto à «Inquirição» de 1909 (*Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, 1910).

⁶² *Id.*

⁶³ *Protesto Operário* de 15 de Abril de 1894.

por E. P. Thompson. Tal como estes, também os chapeleiros olhavam os tempos idos com uma grande dose de nostalgia, como se pode verificar através de uma leitura dos seus jornais. *A União*, por exemplo, descreve o passado como «um mar de rosas» e afirma que dantes «havia mais razão para festas», pois os patrões eram mais humanos e ajudavam os seus operários quando doentes ou velhos, chegando até a presentear, no fim do ano, os seus trabalhadores com uma parte do lucro «como recordação de uma fraternidade entre aqueles que os [havia] ajudado na sua empresa»⁶⁴.

É a essa imagem de uma sociedade passada e glorificada que os chapeleiros se irão agarrar, quando ameaçados pela industrialização. Tal visão (e o facto de ela ser ou não glorificada é irrelevante) servir-lhes-á, aliás, de pano de fundo para as críticas que irão formular à desumanidade do sistema capitalista.

A década de 1890 constituiu um período particularmente traumático para os chapeleiros. O patrão, que lhes havia roubado os frutos da pauta, lhe havia reduzido os preços da mão-de-obra e que, ao mecanizar a profissão, ameaçava a sua existência como grupo, era, por fim, visto inequivocamente como o inimigo. Em 1909, os chapeleiros não só lamentavam o erro de se terem deixado conduzir pelos patrões à luta pela pauta, como ameaçadoramente reclamam a sua revogação. O jornal *O Chapeleiro* escreve então:

«A protecção pautal que a indústria da chapelaria vem usufruindo não é exclusiva dos patrões e, como de nada nos serve, reclame-se a sua revogação.»⁶⁵

Os argumentos apresentados para a revogação da pauta são de vária ordem, incidindo particularmente na denúncia da má qualidade da produção, no abaixamento salarial, na má qualidade das matérias-primas e nos despedimentos constantes.

Finalmente, no II Congresso dos Operários Chapeleiros, que se reuniu em Lisboa em Dezembro de 1911, adopta-se uma posição de condenação explícita do protecçãoismo, visto que ele «em nada vinha beneficiar os operários, vítimas do egoísmo do industrialismo, que desacreditava os nossos produtos, pondo à frente das máquinas gente do campo e mulheres sem o menor merecimento»⁶⁶. Cerca de vinte anos depois da promulgação da pauta, a inversão da posição operária tradicional quanto ao protecçãoismo, ainda que mera expressão de raiva impotente, era um facto.

É neste contexto que surgem, durante estes anos, alguns artigos louvando o livre-cambismo, chegando até o jornal da classe a transcrever um artigo d'*O Século* em que se advogava o liberalismo económico mais extremo. Para uma classe que tanto havia elogiado e lutado pela pauta, as seguintes palavras assumem um estranho sabor:

«É nas alfândegas, na celebrada pauta alfandegária, que está o grande mal. Esse é que é o inimigo, e no dia em que a pauta for reduzida a

⁶⁴ *O Chapeleiro* de 4 de Julho de 1909

⁶⁵ *Ibid.* de 24 de Maio de 1909. Ao contrário do que sucedia anteriormente, reconhecem agora claramente a qualidade da produção estrangeira, que entrava nos mercados nacionais «com uma perfeição tão inexcelsível» que difícil é admitir que pudessem ser fabricada por tão baixo preço (*O Chapeleiro* de 26 de Dezembro de 1909).

⁶⁶ *Ibid.* de 31 de Dezembro de 1911.

cinzas principiará para o País uma nova época, cheia de prosperidade e de progresso.»⁶⁷

Da mesma forma, *O Chapeleiro* afirma, em 1909, que a pauta «confundia» e «amesquinha» — a pauta «confundia» porque ainda havia operários que persistiam em ver no proteccionismo uma garantia de emprego e «amesquinha» porque invadia a profissão com «trabalhadores do campo, a quem, com umas explicações, nos substituem no ofício que tanto nos custou a aprender»⁶⁸.

Contudo, entre os pólos opostos da apologia ou da rejeição temos algumas posições intermédias. Por exemplo, num documento elaborado pelos delegados da Associação de Classe dos Chapeleiros do Porto ao Congresso Operário, que ali se reuniu, em 1909, a posição assumida foi a de que, em princípio, o proteccionismo era útil, desde que todos beneficiassem dele. Ora havia sido precisamente uma igualitária partilha que faltara na pauta anterior, vendo-se portanto os delegados operários forçados a combatê-la, visto que a mesma só havia servido para satisfazer os «desejos gananciosos» dos industriais⁶⁹. Tratava-se, afinal, de refazer a partilha, não de eliminar o proteccionismo.

Em resumo, a ameaça feita pelos chapeleiros nos princípios deste século, de que iriam exigir do Governo a revogação da pauta, não deverá ser tomada à letra, pois, melhor que ninguém, sabiam que a ruína da indústria não lhes resolveria o problema⁷⁰. Tal atitude era antes uma expressão de ódio e de desengano e um sinal de impotência na formulação duma estratégia alternativa. Na realidade, quando lhes era pedida uma opinião «responsável», como sucedeu aquando da «Inquirição» de 1909, as respostas revelam uma

⁶⁷ *O Chapeleiro* de 4 de Julho de 1909 (ver também *O Chapeleiro* de 1 e 15 de Agosto de 1909).

⁶⁸ *Ibid.* de 18 de Julho de 1909.

⁶⁹ *Ibid.* de 17 de Outubro de 1909. Seria interessante sabermos como reagiram outros grupos operários à «desilusão» com as pautas; é provável que a raiva dos chapeleiros fosse partilhada por outros grupos socioprofissionais. Ver, a este propósito, um artigo do jornal dos sapateiros de Lisboa, o *Tirapé*, incluído em *O Chapeleiro* de 30 de Janeiro de 1890. Ou a seguinte resposta dos trabalhadores da têxtil à «Inquirição» de 1909, tão semelhante, nos seus queixumes, à opinião dos chapeleiros:

«Antes da reforma da pauta de 1892, a indústria da tecelagem empregava cinco vezes mais pessoal do que actualmente e os industriais [...] lançaram-se na aventura da mecânica, desprezando a indústria manual. Dado que, mecanicamente, a produção é muito maior, sendo a produção de um tear mecânico três vezes superior à de três teares manuais (isto é, nove vezes superior), dois terços dos operários empregados na indústria perderam o trabalho: [a pauta] tornou-se antiproteccionista no que respeita aos operários [...]. Só ajudou uma meia dúzia de ambiciosos que enriqueceram com as lágrimas dos tecelões famintos. A classe dos tecelões morre lentamente, por causa da baixa do preço do produto e da concorrência da mecânica; devia-se portanto autorizar a entrada livre do produto estrangeiro, de maneira a acabar com a horda de ambiciosos que vivem e prosperam à sombra da pauta.» (Citado em M. Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República*, cit., p. 132.)

⁷⁰ Em Janeiro de 1894 foi aprovada em assembleia da classe uma moção protestando contra os ataques à pauta por parte dos grupos ligados ao *import-export*. De cada vez que os grupos comerciais faziam pressão sobre o Governo, no sentido de este voltar a adoptar uma política livre-cambista, é evidente que a aliança do proletariado industrial e dos patrões tendia a reforçar-se.

atitude muito diferente do agressivo livre-cambismo reinante ao nível verbal ⁷¹.

Impotentes para «fazer a revolução socialista e deitar abaixo o edifício capitalista» ⁷², a classe dos chapeleiros limitar-se-ia a uma crítica severa à forma como a pauta havia sido monopolizada pelos patrões, posição que, a curto prazo, seria acompanhada, como adiante veremos, por um objectivo mais importante, isto é, a luta contra a mecanização. E, se o pedido da pauta havia unido patrões e operários, a introdução da máquina opô-los-ia, numa área vital, de forma irremediável.

A luta a favor do protecçionismo contribuiu para uma aliança momentânea entre patrões e operários, ambos defrontando-se com o poderoso «gigante estrangeiro». Num país de capitalismo dependente como o nosso, foram, em grande parte, os operários estrangeiros a ameaçar e a matar os velhos artesãos portugueses. Os «males» do industrialismo chegavam-nos por importação, enquanto os benefícios ficavam pelo estrangeiro ⁷³.

Às altas expectativas criadas pela luta conjunta segue-se o desengano profundo e o tom feroz e amargo, embora vencido, das últimas lutas desta velha aristocracia operária. Se até 1892 havia uma base material para a convergência de interesses entre patrões e trabalhadores contra o Governo e o estrangeiro, o patrão surgia agora na sua dimensão antagónica: não era só o «gigante estrangeiro» que os explorava e os oprimia. Era também, facto inédito e agora bem claro, «a ganância» do patrão nacional. A partir de 1892, o desencanto com a estratégia patronal, e em particular a sua decisão de prosseguir aceleradamente com a mecanização, só servirá para azedar conflitos. Desfeitas as ilusões protecçionistas, será, assim, em grande parte, sobre a máquina que irá recair o ódio operário.

Tentámos, ao longo destas páginas, detectar os factores de convergência e divergência entre patrões e operários. Sem o inimigo exterior, que o livre-cambismo fornecia, a luta de classes surgia, no final do século, a uma nova luz. O protecçionismo então adoptado conduziria ao exacerbamento dos conflitos, permitindo à classe operária nascente a formulação de uma nova estratégia perante o patronato nacional. Fechadas as fronteiras, os antagonismos multiplicavam-se e as ilusões desfaziam-se. Nem todos os males vinham, afinal, do exterior; a pauta revelaria ao proletariado português o verdadeiro rosto de uma burguesia, na verdade fraca, mas que, precisamente por essa razão, não podia repartir benesses. A acumulação de capital tinha uma lógica incompreensível para as suas vítimas.

Antes de nos debruçarmos sobre a questão das atitudes perante o progresso tecnológico, analisaremos ainda o desmantelamento do ofício, as associações de classe e as greves, destacando, em particular, por mais importantes e interessantes, as lutas suscitada pela introdução da máquina e as resistências suscitadas pela implantação da nova organização fabril.

⁷¹ A Associação de Classe de Braga não só reconhece a utilidade da pauta, como pede protecçionismo para os mercados coloniais.

⁷² *Protesto Operário* de 21 de Janeiro de 1894.

⁷³ Esta base material para o «reformismo» parece não ter sido devidamente compreendida por alguns historiadores portugueses, entre eles M. Villaverde Cabral, preocupado sobretudo com a «autonomia» dos objectivos materiais do operariado português. (Ver M. Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República*, cit., pp. 132-133.)

3. O DESMANTELAMENTO DA PROFISSÃO

Tal como no estrangeiro, os chapeleiros haviam desde sempre constituído, em Portugal, uma profissão masculina altamente qualificada, culta e organizada. Vejamos agora com mais pormenor a forma como a industrialização transformou este velho ofício numa profissão desqualificada, com reduzidos salários, sem segurança de emprego, nem autonomia no local de produção.

De 1890 a 1910 assistimos em Portugal à morte dos velhos operários manuais e ao nascimento de um novo tipo de chapeleiros, sem tradições nem qualificações⁷⁴. A máquina havia gerado o seu próprio operariado — ex-camponeses, trabalhadores indiferenciados, mulheres, que ascendiam agora a um emprego fixo e razoavelmente pago, pelo menos em termos da miséria dos campos. Não faltaram assim braços a oferecerem-se. Ao contrário do velho e prestigiado oficial fulista⁷⁵, o novo operário entrava já «alienado», quer do processo de produção, quer do produto do seu trabalho, quer, finalmente, dos seus colegas, transformados em concorrentes reais ou potenciais. As suas aptidões são minimizadas e transformadas em mercadoria comercializável. Se o capitalismo «libertou» o trabalhador, enquanto agente económico, o processo concreto dessa libertação não deixou de acarretar uma dose de sofrimento que, embora de difícil avaliação, importa não esquecer⁷⁶. O desemprego, as crises, a insegurança, a concorrência entre os trabalhadores, são aspectos inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo e causa da identificação que os artesãos assalariados⁷⁷ estabeleciam entre progresso económico e calamidade social.

Analicamente, é possível distinguir-se entre o desenvolvimento do processo produtivo e a forma capitalista sob a qual a revolução industrial oitocentista teve lugar. É a essa distinção, mais fácil de fazer na teoria do que na prática, que os porta-vozes operários se irão agarrar, ao denunciarem a exploração e a brutalidade do novo sistema, enquanto paralelamente exaltavam o desenvolvimento produtivo, tido não só como desejável, mas também como inevitável.

⁷⁴ Seria muito interessante analisar-se, com mais profundidade, quer a questão da hereditariedade profissional dos velhos operários fulistas, quer o problema do recrutamento dos novos operários fabris, o que implicaria um estudo dos arquivos locais, registos civis e eclesiásticos, listas de pessoal nas empresas, etc., o que, de momento, não nos foi possível fazer.

⁷⁵ Ver anexo 1, sobre a hierarquia profissional dentro da profissão dos chapeleiros.

⁷⁶ Criticando o determinismo tecnológico de muitos dos relatos clássicos sobre a revolução industrial, E. P. Thompson formulou, num já antigo, mas interessante artigo («Time, work-discipline and industrial capitalism», in *Past and Present*, n.º 38, 1967), alguns pontos importantes sobre a controversa questão dos níveis de vida na fase anterior e posterior à industrialização. A este propósito E. P. Thompson critica não só os modernos sociólogos, exibindo orgulhosamente um inadequado e universal modelo de crescimento, à mistura com algumas fórmulas abstractas sobre a adaptação da força de trabalho, mas também certos historiadores, alguns deles marxistas, incapazes de se interrogar sobre a forma como a gloriosa evolução do cavalo-vapor havia afectado aqueles que lhe sofreram, na carne, os efeitos.

⁷⁷ Este termo designará aqueles trabalhadores que, detendo ainda um importante capital técnico — o seu saber profissional —, se encontram já distantes da situação tradicionalmente independente dos artesãos, uma vez que são agora assalariados, nalguns casos até em empresas de dimensão razoável. Tal situação é necessariamente transitória e típica de fase anterior à mecanização e desqualificação, provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

Embora não nos possamos debruçar com vagar sobre o tópico, vale a pena registar aqui alguns apontamentos sobre a forma como a evolução da indústria de chapelaria afectou o nível e o modo de vida dos indivíduos que nela trabalhavam. O relatório da Associação de Classe do Porto de 1911 inclui algumas estatísticas, demonstrativas da diminuição do número de operários mais especializados ⁷⁸. Enquanto em 1889 existiam 343 fulistas naquela cidade, na segunda data existiam apenas 171, ou seja, cerca de metade. A Fábrica Social, que chegara a empregar, em 1889, 80 fulistas, tinha apenas, volvidos vinte anos, 22 fulistas ao seu serviço e a fábrica Costa Braga havia reduzido o seu número de 46 para 24 ⁷⁹. Também em Braga se verificara um fenómeno idêntico — antes de 1892 trabalhavam nas treze empresas ali existentes 343 fulistas; em 1909, o número de fulistas era apenas de 163 ⁸⁰.

A contratação das mulheres para desempenhar tarefas tradicionalmente masculinas era um «mal» crescente. Em 1887, o *Protesto Operário* ⁸¹ queixava-se já de que os patrões estavam a contratar mulheres, mas tratava-se ainda de um lamento isolado. Em 1911, a maioria dos chapeleiros do Porto era formada por mulheres — 505 para 148 homens ⁸². Os patrões da chapelaria seguiam, assim, a política laboral geralmente adoptada em situações semelhantes — à mão-de-obra cara e «remexida» dos homens preferiam, logo que possível, as diligentes, dóceis e pouco dispendiosas mulheres.

Especialmente a partir da década de 1890 ⁸³, parece ter-se verificado uma certa redução salarial, embora seja impossível, sem uma investigação mais aprofundada, conhecer-se a sua extensão. É muito difícil formarem-se tabelas salariais, uma vez que a profissão era internamente muito diferenciada e frequentemente paga de empreitada, com base em tabelas de preços da mão-de-obra de difícil interpretação ⁸⁴. Como é óbvio, na fase actual das nossas investigações, mais difícil é ainda qualquer tentativa para se estabelecer a evolução dos salários reais ⁸⁵.

⁷⁸ Se o número de fulistas decrescia, não sucedia o mesmo, em certas fábricas, com os efectivos globais da indústria. É verdade que, na Real Fábrica Social, o número de operários ali empregues passou de 253 em 1890 para 176 em 1911, mas, na Costa Braga, durante aquele mesmo período, os efectivos operários aumentam de 180 para 233 e, na fábrica de Vitorino de Almeida, também do Porto, de 28 para 96, sendo provável que esses aumentos digam respeito a trabalhadores não especializados.

⁷⁹ *O Chapeleiro* de 12 de Novembro de 1911.

⁸⁰ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, de 1910. O mesmo não se verificava no ramo de apropriação, que não havia sofrido alterações significativas no processo de fabrico. Ver anexo 1.

⁸¹ *Protesto Operário* de 28 de Agosto de 1887.

⁸² *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 61, de 1911.

⁸³ Em 1889 temos notícia de tentativas de redução salarial paralelamente a uma imposição de aumento do horário de trabalho (*Protesto Operário* de 20 de Janeiro de 1889); terá sido, no entanto, a partir da publicação da pauta que a situação se agravou.

⁸⁴ A título exemplificativo, vejam-se as tabelas publicadas em *O Chapeleiro* de 27 de Agosto de 1805. Sabe-se que alguns industriais estavam, por essa altura, a tentar impor o salário à jorna, coisa a que os fulistas resistiam (*O Chapeleiro* de 23 de Outubro de 1910).

⁸⁵ Ao calcularem-se salários do século passado, teremos também de ter em atenção a ausência de trabalho regular. A própria noção de regularidade de emprego — um posto de trabalho durante um determinado número de anos, em que se trabalha um número fixo de horas por um salário certo — é uma noção

A secção regular «Pelas oficinas», do jornal *O Chapeleiro*, denuncia constantemente os abusos cometidos nas fábricas, constituindo aquele jornal uma fonte preciosa para analisar o que estava a suceder dentro das oficinas nos começos do século XX. Para citar apenas um caso, na fábrica Eléctrica, onde imperava o odiado encarregado Salé, tenta-se, em 1909, uma reorganização da tabela de preços da mão-de-obra, «uma verdadeira mistificação e um consumado escárnio», naturalmente prejudicial ao operário fulista. Os fulistas têm ainda suficiente força, mesmo que momentânea, para recusar a «armadilha», comentando o jornal: «[...] os nossos companheiros, conquanto não reclamem aumentos, também não querem mudança de costumes nem regimes de trabalho [novos].»⁸⁶ Ou seja, como qualquer velha aristocracia operária ameaçada pelo avanço da industrialização, o que os chapeleiros desejam acima de tudo é a manutenção das regalias antigas, neste caso, a conservação das velhas formas de pagamento que lhes eram benéficas.

Este carácter aristocrático fica bem patente se compararmos os seus salários com os de outros trabalhadores. Sabemos que numa das fábricas de chapéus do Porto que responderam ao *Inquérito* de 1865 (que diz pagar salários médios em relação aos outros industriais) os homens adultos recebiam 300/400 réis diários, enquanto um oficial de latoaria, também do Porto, diz ganhar cerca de 160 réis diários, o que, mesmo tendo em conta «a mesa e roupa lavada», era certamente muito menos⁸⁷.

Uma das formas frequentemente usadas para diminuir os salários era a prática de descontos por «fraudes» na contagem dos objectos manufacturados, quer deixando de fora alguns dos objectos efectivamente produzidos, quer não pagando pura e simplesmente um determinado número de chapéus, invocando que estavam defeituosos. As queixas contra este abuso patronal surgiram, em particular, n' *O Chapeleiro*⁸⁸, mas aparecem também noutros jornais.

Mas não são só os jornais operários que registam o abaixamento do nível de vida dos chapeleiros. Também o Eng. Ferreira Girão, autor de uma monografia oficial sobre a indústria chapeleira, se inquieta com a deterioração das condições de vida dos chapeleiros nortenhos:

Nestas condições, quando, em algumas indústrias, como na de chapelaria, o operário tão mal remunerado é, mormente o da fula, devido principalmente à grande oferta de braços e concorrência dos industriais, barateando os produtos para nos mercados os colocarem, que de prático e justo poderemos tentar para salvaguardar os capitais empregados e melhorar a crítica situação dos operários?⁸⁹

Qualquer diminuição nas tabelas do preço de mão-de-obra levava os chapeleiros, nomeadamente os subgrupos pagos à peça, a trabalhar «à

moderna. A deterioração do nível de vida teve também lugar através da redução dos dias de trabalho por semana. Ver, por exemplo, o que se passou na fábrica Costa Braga em *O Chapeleiro* de 6 de Agosto de 1911.

⁸⁶ *O Chapeleiro* de 31 de Dezembro de 1909.

⁸⁷ *Actas das Sessões da Comissão de Inquérito*, 1865.

⁸⁸ Se é verdade que este tipo de fraudes é muito mais frequente no século XX do que no anterior, temos algumas referências no *Protesto Operário* a práticas deste tipo ainda no século XIX (por exemplo, *Protesto Operário* de 17 de Fevereiro de 1889).

⁸⁹ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 61, de 1911.

porfia» a fim de alcançarem o anterior nível salarial, verificando-se, desta forma, uma intensificação dos ritmos de trabalho. Sabemos, por exemplo, que, antes de 1892, um fulista que produzisse 35 chapéus por semana ganhava aproximadamente 4000 réis, enquanto, para auferir um salário semelhante, ele tinha, em 1910, de produzir cerca de 44 chapéus, isto é, mais 9 chapéus⁹⁰. Por outro lado, o horário de trabalho aumenta: em 1894, o horário passará, na fábrica A. Roxo, de 10 para 12 horas⁹¹.

Finalmente, alguns autores, entre os quais M. Halpern Pereira e M. Villaverde Cabral, têm argumentado que os últimos anos do século XIX foram, em Portugal, desfavoráveis aos consumos populares⁹². Além da deterioração da sua posição relativa, os chapeleiros eram provavelmente afectados também pela descida global do nível de vida operário. Em 1909, um fulista ganhava, em média, 650 réis. Mas, por esta mesma altura, um soldador da indústria conserveira de Setúbal, este sim pertencendo a uma indústria em fase de expansão, recebia entre 1000 e 1500 réis diários. Podemos, portanto, concluir que, nos princípios do século XX, os fulistas, anteriormente no topo da hierarquia chapeleira e operária, faziam já parte dos grupos operários «médios», ou seja, das profissões colocadas entre as «vanguardas o seu tanto aristocráticas» e o «operariado superexplorado da têxtil»⁹³.

III

AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

1. A ORGANIZAÇÃO DOS CHAPELEIROS

A organização dos chapeleiros é muito antiga. Durante o século XIX, este grupo profisional tentará adaptar as velhas associações de cariz mutualista à nova situação em que o desenvolvimento do capitalismo os colocava.

Um esboço de diferenciação dentro da organização parece ter ocorrido durante a segunda metade do século XVIII, embora seja difícil datar tal facto com segurança⁹⁴. Na realidade, na reforma dos regimentos de 1767, o

⁹⁰ *O Chapeleiro* de 4 de Julho de 1909 e de 30 de Janeiro de 1910.

⁹¹ *Protesto Operário* de 21 de Janeiro de 1894.

⁹² O pão aumenta entre 1892 e 1900 cerca de 25 %, em parte como consequência da célebre «Lei da Fome», de 1889, o que teria contribuído para uma deterioração do nível de vida das classes trabalhadoras.. Ver M. V. Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República*, cit., A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, p. 188, e também Miriam H. Pereira, «Niveaux de consommation, niveaux de vie au Portugal (1874-1922)», in *Annales*, 2-3, Março-Junho de 1975, que afirma que, em Lisboa, o consumo anual de carne *per capita* passa de 49 kg em 1887 para 25 kg em 1911 e 15 kg em 1921. Para uma visão diferente da forma como o protecçãoismo cerealífero afectou o preço do pão, ver J. Reis, «A Lei da Fome: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)», in *Análise Social*, n.º 60, 1979.

⁹³ M. V. Cabral *O Operariado nas Vésperas da República*, cit., pp. 111-112. Um trabalhador da construção civil, um tabaqueiro ou um metalúrgico auferiam, por esta mesma altura, salários entre 700 e 900 réis.

⁹⁴ Anteriormente, na altura da regulação da Casa dos Vinte e Quatro por D. João III (1539), os «sirigueiros de chapéus» surgem no ofício de São Miguel-o-Anjo, enquanto os «sombreireiros» pertenciam à bandeira de Santa Rufina e Santa Justa.

ofício já não é o conjunto dos oficiais, é sobretudo o grémio dos patrões, «se bem que na pequena loja esse patrão seja o companheiro qualificado e responsável dos outros profissionais, o seu amigo e mestre»⁹⁵. Nos numerosíssimos ofícios citados por Paul Langhams⁹⁶ não se encontra a designação de «chapeleiro». Até à extinção da organização corporativa dos mestres, ocorrida em 1834, é possível que o termo não tivesse sequer chegado a entrar na terminologia regimental, aparecendo o ofício de chapeleiro mencionado sob a designação de «sirgueiro», termo por que era conhecido, segundo o *Dicionário de Moraes*, «o que, em Lisboa, vendia chapéus».

Extinta a organização corporativa dos mestres, a primeira referência que se encontra a uma forma organizativa de chapeleiros reporta-se a 1853. Tratava-se da Associação Fraternal de Chapeleiros e Sirgueiros de Lisboa, ao que parece, a segunda organização deste tipo a surgir após a revolução liberal, logo após a Associação Tipográfica Lisbonense⁹⁷. O título (e sobretudo o artigo 3.º dos respectivos estatutos) sugere que já nem todos os sirgueiros eram chapeleiros, isto é, já nem todos os vendedores de chapéus eram simultaneamente produtores, embora a inversa não seja necessariamente verdade. Por outro lado, em documentação posterior, o termo *sirgueiro* deixa por completo de andar associado ao ramo da chapelaria. Obviamente, esta Associação nada tinha ainda duma moderna associação de classe, constituindo apenas uma espécie de caixa de socorros mútuos. De acordo com o seu artigo 3.º, «faziam parte da Associação os donos das fábricas de chapéus; os donos de lojas em que se vendem chapéus; os sirgueiros de agulha; os operários e aprendizes das mesmas artes»⁹⁸.

Os mestres «carapuceiros» não estavam organizados conjuntamente com os sombreiros, mas com os alfaiates. Ver J. M. Esteves Pereira, *A Indústria Portuguesa: Subsídios para a Sua História*, Lisboa, Guimarães Editores, 1979, e P. Langhams, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2 vols., 1943, 1946. Segundo o *Dicionário de Moraes*, sombreiro era o «fabricante ou vendedor de sombreiros» ou «chapeleiro». Pelo alvará de 1771, que reorganizava as bandeiras por conveniência da representação adequada dos ofícios na Casa dos Vinte e Quatro, os sirgueiros mantinham-se na bandeira de São Miguel, mas, ao contrário do que acontecia ainda na regulação de 1539, já não formavam um único ofício, aparecendo separados em «sirgueiros de chapéus» e «sirgueiros de agulha».

⁹⁵ P. Langhams, *op. cit.*

⁹⁶ *Id.*, *ibid.*

⁹⁷ F. Emídio da Silva, *O Operariado Português na Questão Social*, Lisboa, 1905. Haveria que estudar melhor estas primeiras organizações de trabalhadores, pois as versões de que dispomos nem sempre são concordantes. Segundo César Oliveira, por exemplo, os primeiros grupos profissionais a organizarem-se, após a extinção da organização corporativa, teriam sido os alfaiates e os tipógrafos (ver César Oliveira, *O Socialismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1973, p. 115). Alguns autores (de Campos Lima e César Oliveira) têm defendido a tese de que a data de 1838 — ano em que se funda a Sociedade dos Artistas Lisbonenses — marca uma nova fase na organização dos trabalhadores portugueses. Baseando-se na opinião de Goodolphin, Campos Lima considera que aquela associação operária representava um grande esforço de mobilização autónoma por parte do operariado, num meio em que tal era particularmente difícil, devido quer à «relutância dos patrões», quer ao «vício inveterado do operário preferir agremiar-se nas irmandades». (Ver Campos Lima, *O Movimento Operário em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972, p. 73.)

⁹⁸ A ordem por que se encontram mencionados os membros reflecte obviamente a posição subalterna dos operários e aprendizes. Independentemente do sentido «antigo» atrás referido, e ainda segundo o *Dicionário de Moraes*, o termo *sirgueiro* designaria «aquele que trabalha em obras de fio e cordões de seda ou lã». Não se percebe bem a junção, numa mesma associação, de ofícios que já nada tinham a ver um com o outro, a não ser talvez como reminiscência duma tradição consignada nos antigos regimentos.

Temos depois notícia de uma Associação de Trabalho dos Chapeleiros Lisbonenses, em 1865, uma espécie de cooperativa de produção, destinando-se igualmente a socorrer os seus associados. Nos respectivos estatutos, a designação genérica de *chapeleiros* dá lugar à menção específica das duas funções especializadas que aquela engloba, indicando já uma certa divisão do trabalho. Com efeito, diz o artigo 1.º que fazem parte da Associação «todos os chapeleiros que sejam oficiais de fula e propriage e os donos de lojas ou fábricas que também estejam nas mesmas condições».

Referindo-nos agora ao Porto, sabe-se que, na sequência de uma longa crise de desemprego, os chapeleiros desta cidade fundam em 1868 a sua primeira organização, sob o nome de Montepio União dos Chapeleiros Portuenses⁹⁹. Sabe-se igualmente, o que nos permite relativizar a importância destes agrupamentos iniciais, que o número de operários que compareceram à primeira reunião foi extremamente reduzido¹⁰⁰. Nascida como resultado da crise dos anos 1860-70, como «amparo dos despedidos», aquela organização tenderá a centrar as suas lutas, durante o *boom* resultante da Guerra Franco-Prussiana¹⁰¹, no controlo do mercado de emprego, tentando impedir que os patrões contratassem aprendizes¹⁰². Algum tempo depois intervém por altura das greves, colaborando igualmente na redacção das petições então enviadas ao Governo sobre a matéria das pautas.

O facto de, durante este período, não poderem as associações de classe ter um estatuto legalizado¹⁰³ obrigou a que muitas das suas atribuições efectivas não pudessem figurar no articulado das funções. De facto, mais tarde, o jornal *O Chapeleiro Português*, clarificando o contexto em que esta particular associação se criara, dizia o seguinte:

«Tendo, a bem dizer, que sofismar as leis draconianas do tempo, a fim de poderem formar um organismo colectivo [...] os chapeleiros daquela época [...] realizaram o esforço mais tenaz e mais heróico de que há memória, entre nós, na história das associações profissionais, organizando um Montepio, cujo regulamento era um verdadeiro modelo de tática e perspicácia e no qual conseguiram compendiar os mais belos e nobres princípios da velha Internacional dos Trabalhadores.»¹⁰⁴

⁹⁹ *O Chapeleiro* de 24 de Maio de 1909. Pertencia provavelmente a esta antiga AC o estandarte que regularmente saía para a rua, por ocasião dos aniversários comemorativos daquela organização (*O Chapeleiro* de 29 de Outubro de 1905) e noutras ocasiões solenes, como, por exemplo, por altura dos funerais dos sócios, que a podiam solicitar para cobrir os caixões (*O Chapeleiro* de 1 de Setembro de 1912). Ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, cit., para uma descrição dos estandartes das *trade-unions* inglesas.

¹⁰⁰ As quotas semanais eram de 60 réis, por sócio, tendo o Montepio decidido pagar aos desempregados um subsídio de 150 réis por semana.

¹⁰¹ Ver o artigo de Maria de Fátima Bonifácio sobre a evolução desta indústria em «Textos GIS», a publicar brevemente.

¹⁰² *O Chapeleiro* de 29 de Maio de 1910.

¹⁰³ O decreto regulador das associações operárias sairá somente em 1890 (10 de Fevereiro) e autorizará apenas as associações de socorros mútuos. A lei que regulará as associações de classe sai em 9 de Maio de 1891, com a exigência de serem os seus estatutos aprovados pelo Governo. No caso das sociedades cooperativas havia já legislação anterior (de 2 de Julho de 1867). (Ver Campos Lima, *op. cit.*, pp. 97-98.)

¹⁰⁴ *O Chapeleiro Português* de 2 de Outubro de 1921.

Quer o rótulo das associações, quer os seus estatutos, podem, de facto, induzir-nos em erro sobre as suas funções reais, sendo, pois, necessário lembrarmos-nos de que, uma vez extinta a organização corporativa e sendo ainda ilegais os sindicatos, os operários utilizaram frequentemente a capa legal dos montepios e mutualidades como locais de resistência ¹⁰⁵. De resto, seria frequentemente a partir das antigas organizações que as futuras associações de classe se desenvolveriam, provindo muitos dos seus dirigentes daquele organismo ¹⁰⁶.

Quando, em 1872, se constituiu a Fraternidade Operária, os chapeleiros criam imediatamente uma «secção» dentro daquela organização. Em poucos dias, mais de uma centena de chapeleiros aderiu, proporção elevada perante o total ¹⁰⁷, mantendo sempre a secção uma certa autonomia em relação ao Partido Socialista, em vias de formação. Vários autores portugueses têm apontado o ano de 1871 como a data do aparecimento das primeiras organizações autónomas de trabalhadores em Portugal ¹⁰⁸. A ser isto verdade, podemos, portanto, concluir pela precocidade das organizações dos chapeleiros ¹⁰⁹, herdeiros, como acabámos de ver, de uma tradição associativa que lhes vinha da era pré-industrial ¹¹⁰.

A Comissão de Inquérito de 1881 distingue entre os «Representantes da Chapelaria» e a Associação Fraternal dos Chapeleiros e Sirigueiros de Lisboa, representando os primeiros apenas as grandes fábricas, com um mínimo de 40 a 50 empregados, e constituindo os segundos, não uma associação de classe, uma vez que falam de si mesmos como sendo «os miseráveis industriais», mas possivelmente uma associação de tipo corporativo, englobando principalmente os chapeleiros da pequena produção oficial ¹¹¹.

Em 1887 depara-se-nos uma denominada secção de chapeleiros, integrada na Associação dos Trabalhadores de Lisboa, organismo ligado ao Partido Socialista. Conforme se pode verificar pela leitura dos jornais, é esta secção, uma das mais antigas da Associação, que, durante a década de 80, dirigirá a vida organizativa dos operários chapeleiros, coordenando

¹⁰⁵ Para uma situação semelhante ver, sobre as lutas na província de Cádiz, T. Kaplan, *Orígenes Sociales del anarquismo en Andalucía*, Madrid, Grijalbo, 1977.

¹⁰⁶ Para Inglaterra ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, cit., p. 461.

¹⁰⁷ O Chapeleiro de 15 de Outubro de 1905.

¹⁰⁸ Ver, por exemplo, M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, cit., p. 255.

¹⁰⁹ Precocidade que não era, de forma alguma, uma característica nacional: também em França, a federação dos chapeleiros é uma das primeiras, se não a primeira, das federações operárias que se formam (datada de 1880) (M. Perrot, *op. cit.*), sendo o fenómeno semelhante em Inglaterra (E. J. Hobsbawm, *op. cit.*).

¹¹⁰ Segundo J. Fontana, teria sido a ausência, em Espanha, de formas organizativas forjadas pelos artesãos, juntamente com uma fraca implantação do jacobinismo francês (e a inexistência dum movimento do tipo do inconformismo religioso inglês) no operariado espanhol, que explicariam, em parte, a relativa lentidão e fraqueza do movimento proletário daquele país. (J. Fontana, *Cambio económico y actitudes políticas en la España del Siglo XIX*, Barcelona, Ariel, 1975, 2.ª ed., p. 94.)

¹¹¹ Ignora-se qual o enquadramento dos operários das grandes fábricas durante este período. Dispomos apenas de uma vaga referência, no caso dos operários da fábrica de A. Roxo (e mesmo esta foi fornecida pela entidade patronal), a um «montepio geral de todos os chapeleiros», acrescentando-se que «em tempos tinha havida uma caixa auxiliar, mas os sócios recusaram-se a pagar a quota semanal de \$040 réis». Neste depoimento é ainda referida a existência, na fábrica, de uma filarmónica e de uma sociedade cooperativa de consumo.

e dirigindo o movimento grevista e intervindo pontualmente em problemas concretos que se levantavam nas fábricas, como, por exemplo, a tentativa de forçar os patrões a uma distribuição equitativa do trabalho. No entanto, a secção não tinha ainda uma existência estruturada e forte, ressurgindo ciclicamente com renovado, mas frágil vigor, por ocasião de cada conflito e «hibernando» em períodos de maior acalmia social ¹¹².

A propaganda então efectuada a favor da necessidade da organização operária baseava-se, fundamentalmente, no espectro do desemprego. Foi justamente por essa altura que eclodiram, no Porto, os primeiros conflitos ocasionados pela introdução de máquinas, encontrando-se, portanto, os chapeleiros particularmente sensibilizados pelo problema. É então que se nos depara, na imprensa consultada, e em particular no *Protesto Operário*, a enunciação dos diversos campos de intervenção sindical, lançando aquele jornal, em Agosto de 1887 ¹¹³, um enérgico apelo para que os chapeleiros entrem para a respectiva secção da Associação dos Trabalhadores.

No intuito de constituir «um refúgio para os casos de falta de trabalho», a secção organiza também uma cooperativa de produção. Ao longo de todo o período estudado temos notícia de várias tentativas para formar cooperativas de produção, muitas delas tendo um fim inglório: por exemplo, logo em 1864, no seguimento da greve desse ano, tentou-se organizar um colectivo autogestionário de chapeleiros, num claro gesto de resistência à proletarianização e à submissão que lhe era intrínseca. A maioria das cooperativas nascerá, de facto, de crises de desemprego, como, por exemplo, a cooperativa que a secção de chapeleiros da Associação dos Trabalhadores constituiu em 1877 ¹¹⁴.

Após, pelo menos, duas tentativas falhadas ¹¹⁵, depara-se-nos, na primeira década do século xx, uma cooperativa portuense alargada, que engloba vários tipos de unidades, quer estabelecimentos comerciais, quer «casas» industriais. Nesta Casa do Povo Portuense ¹¹⁶, como foi designada, estava também incluída uma cooperativa de produção de chapeleiros (A União) ¹¹⁷, que parece ter tido maior êxito que as anteriores. Em Lisboa, no início do século, funcionavam, pelo menos, duas — uma, mais exclusivista, a antiga A Social ¹¹⁸, e outra, A Popular, mais aberta, porque mais livre das antigas tradições corporatistas ¹¹⁹.

¹¹² *O Chapeleiro* de 15 de Outubro de 1905.

¹¹³ Veja-se, a título meramente exemplificativo, *O Chapeleiro* de 17 de Setembro e 15 de Outubro de 1905, *O Sindicalista* de 1 e 15 de Janeiro de 1911 e *A Greve* de 15 de Julho de 1908. Infelizmente não nos foi possível caracterizar profissionalmente os dirigentes chapeleiros.

¹¹⁴ *O Protesto Operário* de Agosto de 1877.

¹¹⁵ Os casos de desvios de fundos contribuíram para mais de um falhanço destas organizações. Ver, por exemplo, *O Chapeleiro* de 2 de Julho de 1911 (sobre a cooperativa A Social). Ver também Campos Lima, *op cit.*

¹¹⁶ Em 1908 tinha cerca de 5410 sócios.

¹¹⁷ Para os estatutos da cooperativa A União ver *O Chapeleiro* de 17 de Setembro de 1905.

¹¹⁸ Esta cooperativa datava de 1894, embora só tenha começado a funcionar em 1902. Para a sua história ver *A Greve* de 15 de Julho de 1908 e *O Chapeleiro* de 2 de Agosto de 1914.

¹¹⁹ Ver: E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, cit.; J. Wallach Scott, *The glass workers of Carmaux*, Harvard, Harvard University Press, 1974; A. E. Musson, *Trade Union and Social History*, Londres, Frank Cass, 1974; A. Briggs e J. Saville, *Essays in Labour History*, Londres, Mac Millan, 1967. Seria interessante analisar-se com mais pormenor o tema do cooperativismo português à luz do que sabemos ter-se passado, por exemplo, na Inglaterra oitocentista.

O *Protesto Operário* inclui na lista das associações operárias existentes em Lisboa em 1883 uma Associação dos Chapelheiros e Sirgueiros, que já havia sido referida no *Inquérito* de 1881¹²⁰. Esta Associação de Lisboa parece ter-se mantido à margem de toda a luta travada pelos chapelheiros durante a década de 80, altura em que o PS tinha as suas secções sindicais, através das quais tentava dirigir o movimento operário e reorganizar as antigas formas organizativas. Naquele número do *Protesto Operário* reconhece-se que «talvez se objecte que em muitas delas [associações] imperam os patrões», mas aconselha a que se «aproveitem as que convierem e [se] formem de novo as que tiverem de [se] abandonar por inúteis». É plausível admitir que, em 1890, a secção dos chapelheiros socialistas tenha finalmente dado por irrecuperável aquela antiga Associação¹²¹ e decidido então formar uma nova associação de classe. Aliás, muitos destes esforços reorganizativos datam dos fins da década de 80¹²².

Como referimos já, as associações do tipo de montepios ou mutualidades foram frequentemente utilizadas como base para a reorganização do movimento associativo¹²³. De salientar, também, a tentativa de alargar regionalmente esse esboço de movimento reorganizativo e de o unificar, coordenando-o, à escala nacional. Daí as múltiplas trocas de emissários entre Lisboa, Porto e Braga¹²⁴, coordenação que daria inegáveis resultados aquando das greves de finais de 70 e da década de 80. Todo o esforço organizativo dos chapelheiros, impulsionado, sem dúvida, pela secção de Lisboa, mas contando no Porto com alguns elementos muito dinâmicos, é acompanhado da insistência na necessidade de criar uma associação de classe composta só por operários¹²⁵.

Não havia, como é óbvio, um sindicato, na moderna acepção da palavra: a «vanguarda» dos chapelheiros tinha disso, aliás, perfeita consciência e reconhecia que muitas das organizações operárias dependiam ainda por vezes da benevolência dos patrões ou da sua iniciativa. Não são apenas as múltiplas advertências no sentido de lembrar e explicar aos chapelheiros a necessidade de pensarem, actuarem e se organizarem independentemente, quer do patronato, quer da Igreja, que nos levam a concluir por tal interligação, são também factos concretos de que a leitura dos jornais nos dá conta. Por exemplo, há acusações de que uma associação de chapelheiros recentemente formada em Braga tinha sido «empalmada pelos jesuítas da localidade»¹²⁶; ou, ainda mais grave, sabe-se que uma associação de

¹²⁰ O *Protesto Operário* de 22 de Junho de 1883. Trata-se da associação fundada em 1853, que em 1883 contava 134 sócios, ou seja, um pouco mais de um terço dos efectivos da classe (O *Protesto Operário* de 23 de Setembro de 1883). Por esta mesma data sabemos também ter aquela Associação aprovado o princípio federativo das associações de socorros mútuos de Lisboa.

¹²¹ *Protesto Operário* de 23 de Setembro de 1883. Ver também os comentários ao Relatório e Contas da Associação Fraternal de Chapelheiros e Sirgueiros de 1886, em que o jornal socialista lamenta abertamente que subsistam associações cuja finalidade exclusiva era a de «enterrar os mortos e socorrer os enfermos» (*Protesto Operário* de 18 de Setembro de 1887).

¹²² *Ibid.* de 6 e 27 de Fevereiro de 1887 e de 27 de Março do mesmo ano.

¹²³ Até à República, a legislação que regulava as associações de classe impedia-as de intervir em conflitos e greves. A constituição de federações estava também proibida. A legislação que autorizou a formação das associações de classe data da década de 1890.

¹²⁴ *Protesto Operário* de 8 de Maio de 1887.

¹²⁵ *Ibid.* de 7 de Abril de 1887.

¹²⁶ *Ibid.* de 1 de Maio de 1887.

classe composta exclusivamente por operários fora destruída em 1872¹²⁷ e que os nomes dos operários que deveriam integrar a comissão de qualificação dos produtos entrados nas alfândegas não haviam sido devidamente comunicados às autoridades¹²⁸. A estratégia patronal estimulava a constituição de sindicatos paralelos, como parece ser o caso duma «associação dos melhoramentos» fundada por ocasião do *Inquérito Industrial* de 1881 e que era totalmente inoperante porque, no dizer do articulista, era «obra dos patrões e encarregados»¹²⁹.

Em Março de 1887¹³⁰ temos notícia de um Projecto de Regulamento da Secção dos Chapelheiros da Federação do Sul, de que podiam fazer parte operários de ambos os sexos com mais de 16 anos (ou menores autorizados pelos pais)¹³¹. Tratava-se, provavelmente, de uma tentativa de consagração estatutária daquilo que já funcionava, afinal, como associação de classe. Mas o projecto não deve ter tido efeitos práticos, uma vez que, três anos mais tarde, se nos depara uma outra proposta de estatutos para a formação de uma nova associação de classe.

Como vimos, a fundação de uma associação de classe exclusivamente composta de elementos operários não era tarefa simples, tanto mais quanto a linha demarcatória patrão-operário era ainda frequentemente difícil de estabelecer¹³². Vários artigos publicados no *Protesto Operário* atestam a ainda poderosa influência dos patrões. Ao longo das décadas de 1870 e 1880, a secção dos chapelheiros mantém uma presença regular nas colunas do jornal socialista: em tempo de normalidade, através de convocatórias para reuniões; em momentos de greves e conflitos, dirigindo efectivamente o movimento dos chapelheiros. Mas, passados os momentos críticos, os chapelheiros tendiam a abandonar as suas organizações. Daí que apareçam frequentemente lamentos quanto à falta de militância dos operários, ou interrogações retóricas quanto a certas actividades, como a de um articulista que em Outubro de 1884 escrevia: «Havendo em Lisboa uma Associação de Melhoramentos da Classe dos Chapelheiros, o que é que essa associação tem feito? [...] Está morta ou viva?»¹³³ E, alguns números depois, acrescentava: «E como havia de não acontecer assim [isto é, a passividade], se nela figuravam industriais, mestres, encarregados, etc.? Como se pode conceber um mistifório [sic] associativo onde o explorado se alia ao explorador?»¹³⁴

Por fim, a tendência para a concentração industrial é apresentada como um argumento que vem realçar a necessidade de uma organização ampla. Referindo o anúncio de estarem as principais fábricas do Porto prestes a fundir-se numa única companhia, o *Protesto Operário* lembra que a concentração capitalista irá apertando cada vez mais «num círculo de ferro» os produtores, que haviam assim de ver aumentadas as suas fileiras com o desabamento da pequena indústria.

¹²⁷ *Protesto Operário* de 12 de Outubro de 1884.

¹²⁸ *Ibid* de 9 de Junho de 1887 e 23 de Junho de 1889.

¹²⁹ *Ibid.* de 29 de Setembro de 1889.

¹³⁰ *Ibid.* de 17 de Março de 1887.

¹³¹ Dado o contexto em que ocorria, tal facto denota uma abertura pouco usual da organização sindical aos aprendizes.

¹³² Sobre a posição dos mestres ver *O Sindicalista* de 11 e 25 de Junho de 1911. e 25 de Junho de 1911.

¹³³ *Protesto Operário* de 26 de Outubro de 1884.

¹³⁴ *Ibid.* de 23 de Novembro de 1884.

É neste contexto de fluxo e refluxo do movimento organizativo ou reorganizativo que no dia 20 de Fevereiro de 1887 foi criada, no Porto, a Associação Federal dos Operários Chapeleiros de Portugal, tendo sido imediatamente eleitos os respectivos corpos administrativos e uma comissão de vigilância¹³⁵. Em Lisboa estavam também em curso os preparativos para a organização definitiva da classe, tendo sido elaborado um regulamento¹³⁶. Tratava-se, com certeza, do Projecto de Regulamentação da Secção dos Chapeleiros da Federação do Sul, publicado em 1887¹³⁷ e que viria depois a ser abandonado e substituído por outro em 1890¹³⁸. Destes últimos estatutos constava expressamente que todo o associado teria de ser um operário do ofício. Mas, significativamente, o primeiro fim a que a Associação se destinava era o de «prestar socorros aos seus sócios sempre que se encontrassem sem trabalho e quando fossem presos»¹³⁹. Só no artigo 4.º do capítulo I se dizia ser igualmente um fim da Associação o de «tratar com os poderes públicos de todos os melhoramentos que [interessassem] a esta classe». Os restantes artigos deste capítulo I («Da Associação e seus fins») diziam respeito à prestação de auxílio aos sócios, a tarefas organizativas (nomeadamente o estabelecimento de contactos com organizações semelhantes) e à comemoração de solenidades. Mais do que um instrumento reivindicativo perante o patronato, esta associação parecia destinar-se a socorrer os sócios em dificuldades. No entanto, e como já advertimos, este tipo de associações funcionou inúmeras vezes como porta-vozes colectivos da classe, capazes de diálogo e confronto com entidades exteriores. Uma das três condições de admissão, a de ter «bom comportamento» (que pode ser erroneamente entendida num sentido psicologizante), dizia respeito à questão do controlo colectivo sobre o mercado de emprego, numa tentativa para afastar, marginalizar e punir os «amarelos», isto é, aqueles que se portavam «mal».

Mas como conseguiam os operários organizados impor aos seus colegas o «bom comportamento»? Em particular, como levavam os operários apáticos ou renitentes para as associações de classe? Como tentavam, por fim, impedir que, durante as greves, os patrões recrutassem companheiros seus para os substituir? São precisamente estas as questões que um articulista d'*O Chapeleiro*¹⁴⁰ se põe em 1909: mais concretamente, interroga-se sobre a forma de proceder na eventualidade de se encontrar um colega em relação ao qual, «embora se usem de todos os esforços para o convencer, não quer persuadir-se e quer continuar vivendo não associado».

A resposta é, para ele, «simples», exigindo, apesar de tudo, um programa tático. A começar, há que reconhecer claramente que um tal indivíduo não é bem um ser humano, mas um «servil», um «mau», apreciação psicológica evidentemente fundamental para a futura operação de saneamento. A receita é também simples: uma vez que se trata dum ente venenoso (e quem não concordará que, ao defender a causa do patrão, ele se torna de facto num inimigo?), deve ser afastado, quer do convívio com a comunidade, quer mesmo, se possível, despedido da fábrica. Uma vez que esta última reivindicação era reconhecidamente de difícil imposição aos patrões,

¹³⁵ *Protesto Operário* de 27 de Fevereiro de 1887.

¹³⁶ *Ibid.* de 13 de Março de 1887.

¹³⁷ *Ibid.* de 21 de Dezembro de 1890.

¹³⁸ Artigo 1.º, cap. I, in *Protesto Operário* de 21 de Dezembro de 1890.

¹³⁹ *Id.*, *ibid.*

¹⁴⁰ *O Chapeleiro* de 6 de Junho de 1909.

recomenda-se, como forma de luta, o «*boycotte moral*», isto é, o desprezo, ou, melhor, o exercício, contra o traidor, de «toda aquela pressão necessária, violenta, que o [force] a associar-se ou a fugir do nosso meio». A quem eventualmente possa considerar tais métodos demasiado «tirânicos» responde que, pelo contrário, eram «métodos revolucionários», e acrescenta que «tudo quanto é revolucionário é progressivo e humano». Era, pois, necessário pôr de lado a «pieguice» ao lidar com «amarelos», pois só desta forma se poderia «consolidar uma organização, criar uma força, constituir um poder que se possa opor às prepotências, à força e ao poder capitalista». Recomenda ainda, por fim, que se tente impor aos patrões o controlo do mercado de emprego pelos trabalhadores, especificando mesmo como se deve formar e como deve proceder uma «comissão interna»¹⁴¹.

2. OS CHAPELEIROS E O PARTIDO SOCIALISTA

A par de uma organização ainda frequentemente de cariz mutualista, como foi a Associação Fraternal dos Chapeleiros e Sirgueiros de Lisboa, criada numa fase remota do associativismo operário, depara-se-nos, na década de 1880, um movimento organizativo autónomo e forte, tentando reagrupar-se, ao nível nacional¹⁴², sob a alçada do Partido Socialista. É difícil saber-se, com um mínimo de rigor, qual a proporção de chapeleiros que estavam inscritos nas AC. Os dados (muito incertos) de que dispomos permitem-nos, apesar de tudo, afirmar que, nos primeiros anos do século XX¹⁴³, a percentagem dos efectivos inscritos era, em termos da época, relativamente elevada. Em 1907, o número de sócios da AC do Porto era de 63, tendo aumentado para 66 em 1908 e para 303(?) em 1909. Quanto à AC de Braga, evoluiu diferentemente ao longo dos três anos, passando de 59 a 61 e depois a 53¹⁴⁴. A AC de S. João da Madeira passara entretanto de 46 e 94 e a 186 sócios¹⁴⁵.

¹⁴¹ Temos ainda um outro bom resumo da ética dos chapeleiros no chamado «Catecismo dos chapeleiros», publicado em 1905 no jornal da classe: os principais valores aí preconizados eram o fazer-se respeitar pelo patrão e pelo encarregado, a solidariedade com os companheiros e, finalmente, o pagamento pontual das quotas. Este catecismo dá-nos também a imagem do «mau» operário chapeleiro — aquele que anda bêbedo pelas tabernas, que adula os patrões e que não vai às associações de classe (*O Chapeleiro* de 8 de Outubro de 1905).

¹⁴² Os contactos nesse sentido encetados em Lisboa, Porto e Braga são constantes, com a última AC sempre mais fraca. Sobre o associativismo em S. João da Madeira pouco se sabe, excepto que em 1890 fundaram uma AC (*Protesto Operário* de 29 de Fevereiro de 1891) e que em 1905 se realizou ali uma sessão solene, na sede da AC dos Chapeleiros, para comemoração da aprovação régia dos estatutos (*O Chapeleiro* de 17 de Dezembro de 1905).

¹⁴³ Devido ao facto de, a partir de 1905 e depois de 1909, passar a ser regularmente publicado, no Porto, o periódico *O Chapeleiro*, temos, apesar de tudo, alguma informação a partir daquela data.

¹⁴⁴ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, 1910. A AC de Lisboa era agora porta-voz de um grupo quase moribundo. Na AC do Porto, a receita fora, em 1907, de 75\$600 e de 79\$200 em 1908, provindo a totalidade das receitas da quotização dos sócios. Como não havia ainda financiamento sistemático de greves, os gastos provinham, em geral, dos alugueres, expediente vulgar e deslocações.

¹⁴⁵ A receita era de 79\$250 em 1908 e de 93\$600 em 1909. Para uma análise dos efectivos operários neste período ver artigo sobre esta indústria em «Cadernos de Documentação GIS». Por muito contraditórias que sejam as fontes, sabemos, apesar de tudo, que o número de chapeleiros ultrapassava, nos finais do século passado, um milhar e meio. Ver dados citados na comunicação de J. Amado Mendes ao *Colóquio*

Em 1904 realizou-se um Congresso de Operários Chapeleiros, talvez o primeiro, a que se segue outro, em 1911¹⁴⁶, onde se discutiu acaloradamente a reorganização da Federação Nacional, formas de reivindicar «melhorias» para a classe e a adesão à Internacional. Fazendo-se eco das dissidências graves que começavam a atravessar o movimento operário, os operários chapeleiros do Porto haviam tornado pública, em Fevereiro de 1910, uma moção distanciando-se dos anarco-sindicalistas, na qual afirmavam manter-se dentro da política anteriormente seguida, isto é, a adesão à II Internacional. Após defenderem que «os operários chapeleiros, coerentes com o seu passado e orientação, não podiam acompanhar agremiações, as quais, com maus princípios, vêm ocasionando a discórdia entre a família trabalhadora», louvam a Federação Geral do Trabalho¹⁴⁷.

Mas, para além do desafio anarquista, outros havia. E, acima de todos, nesse ano final de 1910, a tentação republicana. É provável, ainda que difícil de provar, que os chapeleiros fossem pouco sensíveis, dado, entre outros factores, a sua ligação ao PS, ao apelo populista dos republicanos. A começar, por esta altura já poucos viveriam na capital, atravessando então os momentos de grande ebulição revolucionária que haviam de entusiasmar muitos operários lisboetas.

O tema da relação entre este grupo operário e a República, quer na sua fase de propaganda, quer no poder, mereceria, mais uma vez, um estudo à parte, que não nos é possível fazer aqui. Bastará referir, por agora, que os chapeleiros, seguindo a estratégia global do PS perante o PRP, se encontravam numa posição de enfrentamento teórico em relação ao republicanismo, mas que, na prática, prevalecia um forte sentimento de indiferença perante as controvérsias políticas vigentes¹⁴⁸.

Durante a Monarquia, os socialistas haviam constantemente defendido que a República não alteraria, no essencial, a situação dos trabalhadores, sendo, portanto, necessário continuar a luta pela destruição do regime capitalista. Para além desta divergência teórica, os socialistas criticavam o carácter pouco democrático da actuação do PRP¹⁴⁹, crítica que vinha sobretudo à tona durante os períodos eleitorais. No entanto, à medida que a queda da Monarquia se foi tornando, dia a dia, mais provável, os responsáveis socialistas viram-se forçados a mudar de estratégia, passando a considerar a República um «mal menor», isto é, um regime que, na essência, não era substancialmente diverso do monárquico, mas que constituía, apesar de tudo, um passo em frente na caminhada para o socialismo¹⁵⁰. Nesta última fase da Monarquia, a República havia-se transformado, aos olhos dos socialistas, numa «etapa» necessária para a revolução, necessária para que se efectivasse «a derrocada das ilusões populares» e para que este

sobre o Século XIX em Portugal, referentes a 1896 (colóquio organizado pelo GIS em Novembro de 1979 cujas comunicações integrarão o próximo número de *Análise Social*). Segundo o *Inquérito Industrial* de 1917, esse número ascendia, por essa altura, a 1914.

¹⁴⁶ *O Chapeleiro* de 16 de Abril e 12 de Novembro de 1911.

¹⁴⁷ *Ibid.* de 27 de Fevereiro de 1910.

¹⁴⁸ Para uma discussão das relações entre os socialistas, os republicanos e as classes trabalhadoras em Barcelona ver J. Romero Maura, *La Rosa de Fuego. El obrerismo barcelonés de 1899 e 1909*, Madrid, Grijalbo, 1975, p. 269.

¹⁴⁹ Ver, por exemplo, *O Chapeleiro* de 28 de Agosto de 1910.

¹⁵⁰ Esta posição nem sempre seria adoptada. Segundo M. Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República*, cit., teria havido reuniões secretas entre dirigentes socialistas e altos dignitários monárquicos nos anos finais do regime.

mesmo povo pudesse descobrir, por fim, quem eram os seus verdadeiros defensores ¹⁵¹.

Implantada a República, não fazia, em princípio, qualquer sentido que os elementos mais ligados ao PS manifestassem desilusão ou fúria, visto terem sido um dos principais defensores da tese relativa ao carácter ilusório da propaganda republicana. Mas estas atitudes racionais e frias eram menos prováveis de se encontrar entre as «bases», mais permeáveis à exaltante agitação da rua e aos tumultos anti-regime.

A posição dos dirigentes chapeleiros perante o novo regime foi, em geral, ambígua, oscilando constantemente entre o júbilo e a suspeita ¹⁵². Júbilo, pelo «aniquilamento de certos privilégios autocráticos e anacrónicos» e pelo «esmagamento da reacção clerical»; suspeita, por se tratar obviamente de um regime burguês que continuava a oprimi-los. Em 1914, os dirigentes chapeleiros advertiam que «os proletários ainda se encontravam na presença do colosso burguês, que, talvez no ataque ao decaído regime, não julgassem tão formidável inimigo da classe trabalhadora» ¹⁵³, doutrina que podia agora encontrar fácil eco no ódio que gradualmente os trabalhadores iam acalutando contra a República.

No ressurgimento global da movimentação operária posterior à implantação da República, também as AC dos chapeleiros tentam dinamizar os seus membros ¹⁵⁴. Mas, por essa altura, e especialmente em Lisboa, os sinais de desorientação e o declínio do associativismo socialista eram cada vez maiores. Em breve o jornal *O Chapeleiro* se verá obrigado a assumir um papel predominantemente defensivo perante a ideologia anarco-sindicalista em fase de ascensão.

Mais tarde, o jornal da classe resignar-se-á tristemente a defender que tanto a «acção directa» como a «táctica reformista» teriam de ser adoptadas na luta contra o capital. E é de uma voz perdida no deserto o grito do chapeleiro que, em 1921, escreve sobre os gloriosos tempos da organização da classe no século XIX:

«Não havia ainda a concepção chamada sindicalista, mas havia uma coisa que é imprescindível em todas as guerras, [isto é] ter raciocínio e uma bem formada vontade de trabalhar para vencer.»

Neste mesmo artigo enaltece-se o grandioso papel das velhas «associações operárias de resistência», que, muito antes da República, haviam já levantado a chama da revolta contra os patrões ¹⁵⁵. No entanto, é curioso que, embora socialistas, quer a AC de Lisboa, quer as do Porto e de Braga, aderiram, em 1914, à União Operária Nacional ¹⁵⁶, imprevisível-

¹⁵¹ Ver, em particular, o artigo de César Nogueira em *O Chapeleiro* de 25 de Setembro de 1910, nas vésperas da queda da Monarquia.

¹⁵² Ver o interessante editorial de *O Chapeleiro* de 23 de Outubro de 1910 e a «carta de Lisboa» em que um correspondente anónimo louva a ralé lisboeta e se entusiasma com o seu nobre civismo. Para uma análise global das relações entre o Partido Socialista e a República e as directrizes da II Internacional ver César Nogueira, *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugal, 1964.

¹⁵³ *O Chapeleiro* de 1 de Novembro de 1914.

¹⁵⁴ *Ibid.* de 21 de Maio de 1911 e 30 de Agosto de 1914.

¹⁵⁵ *O Chapeleiro Português* de 2 de Outubro de 1921. Este articulista recusa-se a aceitar a designação «desnaturada» de *sindicatos* em vez de *associações de classe*.

¹⁵⁶ *O Sindicalista* de 13 de Fevereiro de 1916. Em 1911, no decorrer do II Congresso Sindicalista, os chapeleiros aparecem no centro dum conflito, em virtude dos

mente optando até a AC do Porto pela estratégia anarquista do adiamento do Congresso Operário¹⁵⁷. No entanto, em 1919 não entrarão para a CGT¹⁵⁸, constituindo, dois anos depois, uma Federação Operária da Indústria da Chapelaria Portuguesa, com sede no Porto, numa tentativa de organizarem um grupo de chapeleiros já radicalmente diferente do estudado ao longo destas páginas.

Resta referir os vários contactos que, ao longo destes anos, os chapeleiros portugueses mantiveram com agremiações estrangeiras. De facto, desde muito cedo que estes operários mantêm ligações, ainda que esporádicas, com os seus homónimos de outros países. A organização da Federação Internacional dos Chapeleiros data de uma época recuada: no Congresso Internacional dos Operários Chapeleiros de 1889, em Paris, e depois no Congresso de Zurique de 1893, as federações nacionais agrupam-se para formar a União Internacional dos Operários Chapeleiros, que passa a reunir periodicamente a partir da década de 90, sendo os chapeleiros portugueses desde logo convidados a fazer-se representar no primeiro daqueles congressos¹⁵⁹, o que não viria a suceder, dada a distância e as despesas envolvidas com a deslocação¹⁶⁰.

A imprensa profissional dos chapeleiros regista frequentemente as deliberações dos congressos internacionais, desempenhando, desta forma, um papel importante na difusão das formas de luta adoptadas nos países estrangeiros, como, por exemplo, a divulgação da prática de *boycotte* adoptada no Congresso de Bruxelas de 1903. Esta importação de práticas traduz-se, como vimos, no próprio facto de os vocábulos utilizados serem frequentemente estrangeiros: a palavra *greve* vem de fora, como também o termo *sindicato*¹⁶¹.

A imprensa profissional dos chapeleiros não se limita a noticiar congressos internacionais, pois transcreve também apelos de colegas (com particular relevo para os avisos sobre «amarelos» estrangeiros)¹⁶², circulares dimanadas de órgãos internacionais, como a Junta Socialista Internacional (vide os seus apelos contra o czar¹⁶³, ou o pedido para que se não comprem máquinas *Singer*, de cuja fábrica, em Inglaterra, haviam sido despedidos alguns operários socialistas)¹⁶⁴, notícias sobre a evolução dos quantitativos

organizadores daquela reunião pretenderem proibir (o que vêm a conseguir) que o delegado dos chapeleiros, Carmo Barão, participasse nos trabalhos, uma vez que estava proposto para deputado (*O Sindicalista* de 25 de Dezembro de 1910 e 14 de Maio de 1911).

¹⁵⁷ César Oliveira, *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973, p. 126 (resposta de Vasco José Moreira, delegado da Associação de Classe dos Chapeleiros do Porto).

¹⁵⁸ *O Chapeleiro Português* de 2 de Outubro de 1921.

¹⁵⁹ *Protesto Operário* de 7 de Abril de 1882 e 9 de Junho de 1887.

¹⁶⁰ Viterbo de Campos vai ao Congresso Internacional Operário de 1889, em representação conjunta da Sociedade dos Chapeleiros em Seda, do Porto, e da Associação dos Operários Metalúrgicos, daquela cidade. Em 1911, o Congresso dos Chapeleiros Portugueses abre com uma saudação à Federação Internacional dos Operários Chapeleiros (*O Chapeleiro* de 31 de Dezembro de 1911) e, no ano seguinte, a Federação Portuguesa dos Chapeleiros envia um relatório ao Congresso Internacional (*O Chapeleiro* de 4 de Agosto de 1912).

¹⁶¹ Seria, aliás, interessante estudar o momento e a forma de passagem do termo indígena *coalizão* para o termo *greve*.

¹⁶² *Propaganda* de 19 de Maio de 1895 (aviso de possibilidade de surgirem «amarelos» espanhóis).

¹⁶³ *O Chapeleiro* de 4 de Julho de 1909.

¹⁶⁴ *Ibid.* de 2 de Julho de 1911.

aderentes a federações operárias estrangeiras, protestos contra prepotências estatais ou patronais cometidas além-fronteiras¹⁶⁵, traduções de artigos de ideólogos marxistas, etc.

Apesar de afastado geograficamente dos países da Europa central, o movimento operário português não se formou independentemente do que acontecia no estrangeiro, em particular do que ocorria em França. As citações do que ali se passava são inúmeras: em 1887, por exemplo, o *Protesto Operário* tece elogios à Federação Regional dos Chapeleiros Franceses, contando, à época, 70 secções com 6000 associados e com uma quotização anual de 12 000 francos, comentando: «Quem dera isto por cá!»¹⁶⁶ Noticiam também o decorrer e o desenlace das lutas dos seus colegas estrangeiros (ver a cobertura que dão da greve vitoriosa dos chapeleiros espanhóis em 1909)¹⁶⁷ e assinam ainda revistas estrangeiras de chapeleiros, entre outras o *Il Cappellaio*, da Federação dos Chapeleiros Italianos. Os chapeleiros portugueses estavam, portanto, longe de se encontrar isolados.

3. O SINDICALISMO DE OFÍCIO

Herdeiros de uma longa tradição organizativa que remontava aos velhos tempos corporativos, os chapeleiros do século XIX procuravam organizar-se em pequenas, mas fortes associações¹⁶⁸, reunindo em sala fechada para calmamente deliberar sobre os problemas que os afectavam — do controlo do processo de trabalho a temas mais «elevados», como o das pautas. Tal como os seus colegas franceses, bons filhos do contrato social, como tão acertadamente lhes chamava M. Perrot¹⁷⁰, acreditavam na luta política e na virtude das leis. O seu grau de organização era, em termos relativos, bastante elevado, com associações de classe que, apesar dos seus altos e baixos, se mantêm, com direcções sindicais eleitas e estáveis, com uma força que não possuíam muitas das outras associações¹⁷¹.

O carácter exclusivista deste tipo de associações de ofício, tão diferente, na sua concepção e prática, do moderno sindicalismo vertical, não deve ser esquecido. Preocupadas principalmente com a manutenção de privilégios antigos, tais associações centravam-se fundamentalmente no controlo do acesso à profissão, única forma de garantir que os escalões superiores da «arte» não fossem invadidos por aprendizes vindos do campo. Vimos também a ligação das AC dos chapeleiros ao Partido Socialista, notável sobretudo pela sua constância ao longo dos conturbados anos do princípio do século. De facto, os dirigentes chapeleiros manter-se-iam sempre fiéis ao ideário socialista, o que lhes exigiu uma segurança inabalável em face das tentações quer do anarco-sindicalismo, quer do republicanismo, constituindo provavelmente um dos poucos grupos operários a apoiar ainda, na fase do pós-guerra, o Partido Socialista Português.

¹⁶⁵ Ver *O Sindicalista* de 22 de Janeiro de 1911.

¹⁶⁶ *Protesto Operário* de 26 de Junho de 1887.

¹⁶⁷ *O Chapeleiro* de 29 de Agosto de 1909.

¹⁶⁸ Vale a pena ver os comentários de David de Carvalho à estratégia sindical do Partido Socialista e dos anarquistas (D. Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 124)

¹⁷⁰ M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève*, cit., p. 197.

¹⁷¹ Id., *ibid.*, p. 364.

A natureza específica deste sindicalismo de ofício tem sido alvo de alguma controvérsia entre os autores estrangeiros que sobre o tema se têm debruçado. Por exemplo, M. Perrot ¹⁷² afirmou, a propósito do sindicalismo dos chapeleiros franceses, que, ao constituir principalmente a «defesa duma aristocracia em vias de liquidação», ele se revestia de um carácter de luta de retaguarda. Fácil é passar-se do adjectivo «d'*arrière-garde*» para a qualificação de «reaccionário», o que não é, de forma alguma, legítimo, como apontámos já no início, ao debruçarmo-nos sobre a contribuição de E. P. Thompson ¹⁷³.

Esta controvérsia, que tem ocasionado, no estrangeiro, investigações interessantes, nasceu da discussão sobre a contribuição que os grupos da velha aristocracia operária legaram ao movimento operário nascente. Com as suas tradições de luta e resistência terão eles «levado» aquele movimento, ou, pelo contrário, terão antes servido de canal de inculcação dos valores pequeno-burgueses, ou até, ao formarem um grupo privilegiado e fechado, nada teriam deixado após o seu desaparecimento?

Vários historiadores anglo-saxónicos — entre outros, E. P. Thompson, E. J. Hobsbawm, D. Montgomery e H. Gutman — têm defendido que, ao encarnarem uma resistência tenaz à racionalidade capitalista, as tradições de independência dos artesãos constituíram um terreno extremamente fértil para o crescimento das aspirações revolucionárias das novas camadas operárias, que, originárias, na sua quase totalidade, do campo, eram, por um lado, mais iletradas e individualistas e, por outro, mais miseráveis e desqualificadas, dificilmente se podendo opor, de início, aos valores do sistema social emergente.

O debate não é, todavia, recente. O próprio Engels se pronunciara sobre o velho sindicalismo do ofício, que contrapunha ao novo tipo de organização sindical, mobilizador de largas camadas operárias e mais propício, na sua opinião, à difusão dos ideais socialistas. No prefácio de 1892 ao seu livro *The Condition of the Working Class in England* afirmava que, enquanto o primeiro tipo de sindicalismo servia apenas para preservar as tradições do ofício, incluindo a reivindicação de um mítico salário «justo», o novo sindicalismo não via limites às reivindicações salariais e era, portanto, capaz de propor novos objectivos ao movimento operário. Engels tendia assim a olhar as velhas aristocracias operárias como potencialmente «reaccionárias», canais por excelência de inculcação da respeitabilidade

¹⁷² M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève*, cit., p. 365, e, da mesma autora, o artigo já citado em *Recherches*. Ver o artigo de R. Gray «*Styles of Life, The 'Labour Aristocracy' and class relations in later nineteenth-century Edinburgh*», publicado na *International Review of Social History*, xviii, 1973, parte III, para uma explicação da forma como a subordinação da classe operária inglesa às classes dominantes da segunda metade do século XIX foi mediatizada pela «aristocracia operária». Ver também P. Foster, *Class Struggle and the Industrial Revolution*, Londres, Methuen, 1974.

¹⁷³ No seu livro *Labouring Men*, Hobsbawm chama também a atenção para a possibilidade de coexistência de elementos contraditórios ao nível da consciência dos operários qualificados. A acção sindical da aristocracia operária teria duas facetas — exclusivista, na manutenção dos seus privilégios perante o resto dos trabalhadores, e antagónica, na luta contra o patrão, criando, desta forma, uma série de instituições e uma ética da militância, herdadas depois pelo movimento operário global. E, a propósito, comenta: «O aristocrata operário podia usar chapéu alto e pensar nos negócios exactamente como o seu patrão, mas, quando se formavam, nas ruas, os piquetes, sabia muito bem o que havia a fazer.» (E. J. Hobsbawm, *Labouring Men*. Ver também G. Crossick, *An artisan elite in Victorian Society*, cit.)

burguesa nas novas massas operárias, estas sim «solo, virgem» à acção da *élite* revolucionária ¹⁷⁴.

Importa ainda salientar que esta posição está geralmente ligada a uma concepção particular do papel do partido operário e, em particular, da sua articulação com os sindicatos ¹⁷⁵. É é também nesta área que se defrontam alguns dos autores modernos. Por exemplo, para um sociólogo mais perto da tradição leninista, como é o caso de J. Monds, natural é que o partido operário ocupe o primeiro plano, enquanto a organização operária no local da produção aparece subalternizada; pelo contrário, na opinião de E. P. Thompson, a luta pela conservação do poder operário no processo produtivo constituiu uma componente importante, embora não a única, na constituição da organização autónoma dos trabalhadores, representando uma tradição que importaria não perder ¹⁷⁶.

Mas, independentemente da questão do «legado» dos chapeleiros ao movimento operário português, o certo é que se viam a si próprios como pioneiros numa luta. O seu orgulho, quer na respectiva cultura, quer na sua tradição associativa ¹⁷⁷, era notório. Os jornais recordavam com frequência a galhardia, a inteligência e a coragem com que, desde muito cedo, os chapeleiros se haviam defrontado com os patrões ¹⁷⁸. A consciência que os chapeleiros possuíam de constituir uma secção relativamente privilegiada e instruída dentro da classe operária portuguesa transparece em muitos dos seus escritos. «Sem ser a classe mais numerosa nem a mais esmagada pela exploração capitalista», escreve nostalgicamente um velho chapeleiro do Porto, «é contudo a que adquiriu, paralelamente com a dos operários dos tabacos e dos metalúrgicos, os melhores títulos de glória.» ¹⁷⁹ Numa fase já defensiva, lembrarão aos novos operários das grandes fábricas que, se «a história da classe dos chapeleiros do Porto se pudesse organizar e documentar integralmente, poderia servir de compêndio para os *modernos* trabalhadores que ainda não conhecem bem a teoria de Marx que tem o nome de luta de classes» ¹⁸⁰. Face a um movimento operário maioritariamente anarco-sindicalista, os chapeleiros apresentavam-se agora como respeitáveis e cultos marxistas ¹⁸¹, como patronos um pouco anacrónicos de uma turbulenta classe trabalhadora.

¹⁷⁴ F. Engels, *The Condition of the Working Class in England*, Londres, Panther, 1969, prefácio à edição inglesa (1892).

¹⁷⁵ Ver, apesar de tudo, o que Engels escreveu sobre o papel dos sindicatos como «escolas de guerra» no capítulo «Os movimentos operários» (F. Engels, *op. cit.*, p. 251).

¹⁷⁶ Sobre a questão do poder no local de trabalho, e, em particular, as tentativas de controlo do processo produtivo, ver a polémica entre J. Monds e D. Montgomery, em J. Monds, «Workers' control», in *New Left Review*, 97, 1976. Ver também J. Hinton, *The First Shop Stewards movement*, Londres, 1973, e a sua resposta às críticas de J. Monds no mesmo número da *New Left Review*.

¹⁷⁷ As taxas de alfabetização dos chapeleiros eram, em termos relativos, muito elevadas. Ver *Inquérito Industrial*, 1881.

¹⁷⁸ Ver, por exemplo, o artigo de M. J. da Silva recordando o tempo em que, jovem, participara nas lutas e reuniões na sede da Associação dos Trabalhadores e no salão da Laboriosa. (*O Chapeleiro Português* de 2 de Outubro de 1921.)

¹⁷⁹ *O Chapeleiro Português* de 2 de Outubro de 1921.

¹⁸⁰ *Ibid.* (sublinhado meu).

¹⁸¹ É possível que entre o novo proletariado que a partir dos começos do século se começa a movimentar, particularmente nas duas grandes cidades, e os velhos trabalhadores de ofício existissem contradições semelhantes às verificadas no seio do cartismo inglês, entre os trabalhadores fabris do Norte e a velha *élite* artesanal do Sul. (Ver, entre outros, A. Briggs, *Chartist Studies*, Londres, Mac Millan, 1959.)

Reforçados pela linha clássica adoptada pelos Partidos Socialistas, esta velha aristocracia operária negaria aliás sempre que a revolução pudesse partir dos sectores mais miseráveis da população trabalhadora ¹⁸². Se estes últimos eram talvez capazes de actos de revolta, jamais se elevariam a gestos verdadeiramente revolucionários, monopólio exclusivo dos sectores privilegiados e organizados da classe operária. Embora de forma pouco articulada, os chapeleiros portugueses pensavam que era necessário que a violência dirigida contra a sociedade estivesse subordinada a um programa político, para que do mero protesto se pudesse passar à revolução.

O Partido Socialista jamais conseguiria ter a violência e o vigor que o anarco-sindicalismo viria a assumir. Dispunha, é verdade, de uma organização suficientemente forte para ser usada como canal de protesto. E foi-o muitas vezes, por altura de greves, de petições ou de reclamações. Enquadrados dentro deste aparelho político, os chapeleiros não tiveram, por conseguinte, de escolher, como tantos outros trabalhadores portugueses, entre a «humildade e a fúria» ¹⁸³. Mas seria, ao cabo e ao resto, esta mesma «respeitabilidade» a conduzi-los aos *impasses* que conhecemos, sem que o Partido Socialista, que sempre os havia orientado, lhes pudesse valer.

Não é fácil apurar-se quais os motivos que levaram os chapeleiros portugueses ¹⁸⁴ a aderirem, na sua grande maioria, ao Partido Socialista, mais especificamente à sua ala «possibilista». Aliás, ter-se-ia de paralelamente estudar o que foi o Partido Socialista Português, mais perto de Proudhon do que de Marx, entusiasmando-se mais facilmente com o positivismo ou com o anticlericalismo maçon do que com greves ou desemprego. Ter-se-ia, por fim, de analisar cuidadosamente as suas duas alas, a «marxista» e a «possibilista», em particular a ligação desta última com o movimento anarco-sindicalista ¹⁸⁵.

É possível que o próprio facto de este grupo operário se ter tornado militante muito antes de outros (e, desde logo, muito antes de o anarco-sindicalismo se ter expandido) ¹⁸⁶ tenha contribuído para que os chapeleiros se tivessem ligado ao único agrupamento político que então se reclamava da classe operária e que, no Norte, dispunha de uma implantação forte. Até 1880, e mesmo depois, o Partido Socialista exerceu uma incontestada influência nas AC existentes. De resto, uma das primeiras cisões naquele Partido (a União Democrática-Social) teria estado relacionada, na opinião

¹⁸² Adoptando uma perspectiva marxista, os dirigentes chapeleiros consideravam que, devido ao atraso da nossa economia, a revolução não poderia surgir em Portugal antes de ter eclodido nos países mais desenvolvidos. (Ver *O Chapeleiro* de 12 de Novembro de 1905. Ver também o interessante artigo «Falemos claro», escrito por um operário chapeleiro, in *O Chapeleiro* de 25 de Maio de 1910 e 27 de Agosto de 1905.)

¹⁸³ M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève*, cit.

¹⁸⁴ Os chapeleiros não constituíam o único grupo profissional a simpatizar com o Partido Socialista. Nas suas *Memórias*, J. Silva conta que o pai, artesão sapateiro, pertencia, em Braga, a organizações operárias de carácter mutualista orientadas pelo que designa de «socialistas utópicos». (J. Silva, *Memórias de Um Operário*, Porto, ed. do autor, p. 20.)

¹⁸⁵ Os chapeleiros seguiriam sempre os «possibilistas», também ditos «economistas», opondo-se à chamada ala «marxista» de A. Gneco, defensora de intervenção na luta política, estando de certo modo mais próximos do pensamento sindicalista-revolucionário do que da ala «marxista».

¹⁸⁶ As primeiras «crises» anarquizantes datam da década de 1880 (M. V. Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, cit., p. 258), mas a primeira vitória clara do sindicalismo revolucionário só viria a ocorrer em 1909, aquando do Congresso Sindicalista.

do anarquista Gonçalves Viana, com uma greve de chapeleiros portuenses (a greve de 1879)¹⁸⁷ que o Partido não quis apoiar. Só no princípio do século XX perderão os socialistas a influência que desde o início haviam efectivamente exercido no movimento operário¹⁸⁸, influência que levava os anarquistas a não se interessarem, numa primeira fase, por este tipo de organizações.

Como é sabido, durante as primeiras décadas do século XX há inúmeros grupos operários que optam pelo sindicalismo revolucionário. À cabeça, os corticeiros, os operários da construção civil, os arsenalistas do exército, os compositores tipográficos, e isto apesar de algumas das suas associações de classe militarem figuras importantes dentro do PS¹⁸⁹.

Se é verdade que os militantes chapeleiros eram geralmente socialistas, não o é a afirmação de que, na base, os chapeleiros aceitassem pacificamente a política. A imagem dos políticos que nos é por vezes remetida é a de uns senhores bem vestidos, invariavelmente traindo, uma vez no «poleiro» parlamentar, as suas bases e dividindo, pouco a pouco, uma organização sindical que se queria eficaz e coesa, o que certamente não resultava apenas de medos irracionais ou fantasmas abstractos de «traição» política. A dificuldade levantada pela politização das lutas é-nos revelada pela própria argumentação de que o jornal socialista se faz eco no sentido de justificar «a política», prova indirecta de que havia importantes sectores dentro do movimento operário que a recusavam. Por exemplo, num artigo defendendo a necessidade de os operários militarem nas AC o *Protesto Operário* escrevia, em 1884, que «só na associação, só no movimento político-económico socialista, porque a política e a economia [estão] intimamente ligadas», era possível obter vitórias.

É igualmente provável que o facto de um dos motivos mais importantes das suas greves ter sido a introdução de máquinas na indústria, e a resultante desqualificação profissional, os tornasse particularmente permeáveis à ideia da necessidade de um aparelho político capaz de exigir do Governo medidas protectoras do emprego¹⁹⁰. É, aliás, revelador que os chapeleiros considerassem ser mais fácil o terreno da luta política do que o da luta económica: na sua opinião, não só eram os governos mais facilmente pressionáveis do que os patrões, mas também era dos governos, e não dos patrões, que dependia grande parte das soluções para os seus problemas. Mesmo depois da promulgação da pauta, continua a ser no terreno das leis que os chapeleiros pretendem frequentemente ver resolvidos os conflitos provocados pelas máquinas. Outra coisa não defende o *Protesto Operário*:

«[...] é no campo político onde melhor podemos combater o capitalismo, actualmente quase inexpugnável no terreno económico, graças às

¹⁸⁷ Não conseguimos obter, em nenhuma das fontes utilizadas, dados sobre esta greve, ocorrida num ano para o qual não existem na Biblioteca Nacional de Lisboa exemplares do *Protesto Operário*.

¹⁸⁸ A. Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1970, p. 28.

¹⁸⁹ Em 1913, conforme relata o militante sapateiro J. Silva, entram para a oficina onde estava a trabalhar dois novos colegas que lhe falam então, além das associações de classe, do anarquismo. (Ver J. Silva, *op. cit.*, p. 27.)

¹⁹⁰ Ver Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Dom Quixote, 1976 (cap. v, 2). Ver também C. Oliveira, *O Operariado e a República Democrática*, Lisboa, Seara Nova, 1974, em particular o capítulo «Reformismo e sindicalismo revolucionário. A lenta formação da consciência de classe.»

máquinas, que lhe permitem substituir milhares de homens e à concentração sempre crescente do capital privado.»¹⁹¹

Resumindo, um grupo em vias de se extinguir devido ao progresso tecnológico pedirá naturalmente, contra o inimigo-patrão, a protecção do Estado-Providência, que, em princípio, se acredita poder regular a utilização das máquinas. Um tal grupo será, portanto, mais facilmente levado a aderir a um aparelho político reformista, que lhe prometia, não o milénio súbito e redentor, mas a esperança de regulamentação do instrumento — a máquina — que ameaçava a sua própria existência. Assim, se, até à promulgação da pauta, o Estado era frequentemente visto como um alvo a atacar, ele surge, após 1892, como o último reduto em quem se confiar, na sequência da descoberta de que o inimigo real era o anterior aliado.

Com a desilusão em relação à política seguida pelos patrões, a crença no Estado benfeitor cresce à medida que a sua própria impotência lhes é revelada. As lutas no local de produção de pouco lhes servem agora: ao roubar-lhes o saber, a máquina destruíra-os.

IV

AS LUTAS OPERÁRIAS: SUAS CAUSAS, TEMAS E RESULTADOS

Diferentemente do que sucedera em Inglaterra, especialmente na indústria têxtil, a introdução de máquinas no nosso país estender-se-á ao longo de muitas décadas, seguindo um ritmo particularmente sincopado e, portanto, mais controlável¹⁹². Mas verificaram-se, apesar de tudo, algumas manifestações de ludismo, em particular em grupos operários perto das tradições artesanais. Por um lado, só este tipo de trabalhadores tinham, de facto, a organização e a força necessárias para enfrentar os patrões. Por outro, só para eles era a máquina a grande inimiga.

Como vimos, durante um momento inicial foram estes artesãos-assalariados, e não os novos proletários, sem qualificações nem tradições de luta, a contestar o desenvolvimento do novo modo de produção, centrando frequentemente o seu ódio no seu símbolo mais visível, a máquina, e no que ela permitia, ou seja, a invasão da «arte» pelo inesgotável exército de mão-de-obra rural que, às portas das novas fábricas, aguardava uma proletarianização desejada.

Como E. P. Thompson advertiu, referindo-se ao período da primeira revolução industrial, as novas e as velhas técnicas nem sempre coincidiram. Mais: existiu, a maior parte das vezes, um desfazamento entre a extinção das antigas qualificações dos ofícios, agora tornadas supérfluas, e a emer-

¹⁹¹ Ver também o que G. Stedman-Jones diz em «Class Struggle and the Industrial Revolution», in *New Left Review*, 90, 1975, sobre as conclusões a que vários historiadores — os Webbs, A. E. Musson, A. Briggs — chegaram quanto ao apoio ao cartismo, que teria vindo, não dos sindicatos mais fortes (metalúrgicos ou tipógrafos), mas de algumas profissões ameaçadas (alfaiates, sapateiros, etc.), que olhavam para a política como a última tábua de salvação.

¹⁹² No caso da chapelaria, o leque temporal abrangeu, pelo menos, quatro décadas.

gência das novas técnicas exigidas pela organização fabril. Durante toda a primeira fase da revolução industrial, os patrões tentaram sistematicamente aplicar à indústria as invenções que lhes permitiam despedir mão-de-obra qualificada e adulta e substituí-la por mulheres e crianças. Assim, a hostilidade às máquinas e às inovações em geral não resultou obviamente de meros preconceitos ou da ignorância das massas, mas derivou do facto de as recompensas da «marcha do progresso» parecerem sempre, aos olhos dos artesãos, destinar-se, não a eles, mas a outros, a esses novos e desqualificados trabalhadores que objectivamente contribuíam para a sua ruína. Também no caso dos velhos chapeleiros portugueses, foram muitas vezes outros, e por vezes até «outros» estrangeiros, a colher os frutos da mecanização da «arte». Não admira, assim, que tenham lutado até ao fim e que o tenham feito, não tanto pela posse capitalista dos meios de produção, mas antes pelo controlo desse processo.

É ainda no âmbito da controvérsia sobre as resistências dos artesãos ao desenvolvimento do capitalismo que tentaremos analisar as lutas dos chapeleiros, tendo em conta, não só as atitudes dos dirigentes operários, mas também as das suas «bases». Na realidade, uma das poucas formas de que o investigador dispõe hoje para conhecer o que pensaria o operário médio é a análise das suas práticas. Este exercício comporta um evidente risco, na medida em que pode haver, não só distância, como até contradições entre o que um indivíduo faz e aquilo que pensa ou diz. No entanto, na ausência de registos escritos, e na evidente impossibilidade de entrevistar operários mortos, resta-nos tentar perceber, através do que esses operários faziam, a forma como o real era por eles percebido; mais tarde tentaremos, através da análise da ideologia explícita dos dirigentes, entrever o «outro», sempre ali presente, isto é, o interlocutor operário a quem a *élite* chapeleira se dirigia e contra quem frequentemente argumentava.

Procuraremos agora descrever, com algum pormenor, as greves mais importantes até à primeira guerra mundial. O critério de selecção das greves a analisar foi, não só a sua extensão, como o registo que deixaram na memória colectiva deste grupo operário: incluíram-se, assim, todas as greves gerais e aquelas de que mais vivamente se falou na imprensa ¹⁹⁸.

Grande parte destas greves consistiram em lutas de pequenos grupos dentro da profissão, e não em amplas movimentações de massas. A maior parte das vezes tratava-se de greves parciais, por subgrupo profissional, região ou empresa, frequentemente desejadas e organizadas como tais, uma vez que careciam do apoio financeiro dos colegas não grevistas. A greve típica dos chapeleiros não era, nem se queria, a greve revolucionária, mas sim a greve parcial, geralmente breve e movida por objectivos essencialmente económico-sociais.

Com as suas numerosas divisões de qualificação e salários, a classe dos chapeleiros dificilmente conseguia lançar na luta todos os trabalhadores da indústria. Aos chapeleiros portugueses aplicam-se que nem uma luva as palavras de Michelle Perrot sobre as profissões especializadas, quando afirma

¹⁹⁸ A descrição não se pretende completa, havendo algumas greves localizadas que não aparecem referidas. Aliás, dificilmente poderíamos fazer um estudo exaustivo com as fontes utilizadas. Gonçalves Viana apresenta um quadro com as principais greves entre 1878 e 1897, mas, como sucede com tantas outras obras sobre greves, está longe de constituir uma fonte fidedigna (G. Viana, *A Evolução Anarquista em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1975, pp. 22-23). Para uma visão tanto quanto possível completa da totalidade das lutas ver anexo 2 deste artigo.

que elas «são geradoras de individualismo, de espírito de proeza, de concorrência, de sentido de equipa, mais do que de grupo». Numa tentativa para equilibrar certas posições que tendem a uma glorificação indiscriminada do mundo artesanal, lembra ainda aquela historiadora que, sob certos aspectos, a qualificação possuía elementos de alienação e sectarismo que só a grande indústria, com a sua homogeneidade, viria a destruir ¹⁹⁴.

a) O PERÍODO PRÉ-PAUTA

De 1877 a 1890 registaram-se algumas greves menores, isoladas, e duas grandes greves no Porto ¹⁹⁵. Procuraremos analisá-las separadamente, focando em particular os seguintes aspectos: motivações da greve, aspectos organizativos, papel das AC, solidariedade operária, capacidade de negociação, coordenação do movimento, grau de adesão e, finalmente, a questão central dos «amarelos» ou fura-greves.

Um facto a registar é terem os chapeleiros constituído um dos primeiros grupos profissionais a utilizarem, em Portugal, a arma da greve. Ainda que, em grande medida, uma investigação aprofundada sobre o assunto esteja por fazer, a maioria dos autores que afloraram a questão concordam que o primeiro surto grevista de cariz moderno ocorreu nos inícios da década de 1870, com os metalúrgicos, os tipógrafos e os tanoeiros ¹⁹⁶.

No entanto, temos notícia de que, ainda antes da década de 1870, mais concretamente em 1864, os operários chapeleiros lisboetas da firma A. Roxo haviam paralisado. A propósito desta greve, queixava-se então este industrial, surpreendido com a ingratidão dos seus operários:

«Mas estas minhas intenções [de desenvolver a indústria] não seriam compreendidas, como de outra vez o não foram, e a prova é que os meus próprios operários, que eu julgava me seriam afeiçoados, e que não desgostavam de me ter por seu chefe, por insinuações estranhas, revoltaram-se contra mim.» ¹⁹⁷

O jornal *O Chapeleiro* acrescenta que a greve havia sido provocada por A. Roxo ter tentado reduzir o salário pago aos seus operários por cada peça (30 réis a menos), «a pretexto de ter introduzido na indústria o arco mecânico importado de França» ¹⁹⁸. Esta primeira paralisação, provocada por uma inovação tecnológica, revestir-se-ia de um certo carácter de insurreição local: a fábrica estava instalada no Largo da Mouraria, tendo os operários em greve conseguido o apoio dos habitantes do bairro, sabendo-se que «a aglomeração do povo era enormíssima» e a indignação contra o patrão generalizada. Há uma primeira reunião diante dos portões da fábrica, na qual são trocados «cumprimentos fraternais» e feitas declara-

¹⁹⁴ M. Perrot, *Les Ouvriers en Grève*, cit., p. 341.

¹⁹⁵ Grandes, não pelo quantitativo numérico absoluto dos grevistas, mas pela proporção perante o total dos chapeleiros: dado o carácter «aristocrático» do grupo em estudo, o número dos grevistas seria sempre diminuto.

¹⁹⁶ Ver, por exemplo, M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, cit., p. 258. O ano de 1873 foi um ano de grande movimentação grevista, após o que lhe sucede um período de acalmia. (Ver G. Viana, *op. cit.*, p. 67.)

¹⁹⁷ *A Gazeta das Fábricas*, 1866 e *O Conimbricense*, 6 de Abril de 1864. De notar a convicção deste patrão tipicamente paternalista de que a fonte dos conflitos era necessariamente exógena.

¹⁹⁸ *O Chapeleiro* de 15 de Outubro de 1905.

ções de «eficaz união», após o que seguem os operários para a Rua do Socorro, onde reúnem em assembleia geral, decidindo prosseguir a paralisação e tendo nomeado uma comissão com o encargo de tentar arranjar emprego, noutras fábricas, para os grevistas. Na ausência da possibilidade de financiamento, este tipo de greve parcial, por empresa, permitia a estes trabalhadores especializados resistir mais eficazmente ¹⁹⁹.

Alguns anos mais tarde, em Março de 1877, devido a uma crise provocada pela importação de chapéus estrangeiros e pelas dificuldades da colocação do produto no mercado brasileiro, entraram em greve os operários da Fábrica Social do Porto, tendo a mesma durado apenas uns dias e terminado com vitória ²⁰⁰. Na origem da luta havia estado «uma ordem» da fábrica, emanada da direcção, sobre a introdução de maquinaria. À laia de considerando, afirmavam os patrões que «as máquinas [eram] um dos mais poderosos auxiliares da inteligência para realizar o progresso da indústria, por isso os proprietários da Real Fábrica Social [eram] adeptos das máquinas». E acrescentavam em tom seguro: «Hão-de introduzi-las, aperfeiçoá-las, inventá-las» ²⁰¹, determinando ainda, a agravar o insulto, que «[iriam] ser admitidos para a aprendizagem dos diferentes ramos de serviço em que daqui para o futuro se há-de dividir a indústria de chapelaria na Fábrica Social os operários necessários» ²⁰².

Após contactos com os grevistas, um grupo de chapeleiros do Porto, possivelmente ligados à Associação dos Trabalhadores ²⁰³, escrevem uma carta aos proprietários da fábrica, na qual, em termos muito respeitadores, pedem que parem com as máquinas, «por assim julgarem de conveniência geral», adiantando, no entanto, que «não querem, por forma alguma, hostilizar os patrões, mas sim, simplesmente, pedem o que julgam de necessidade para o seu bem-estar» ²⁰⁴. Esta carta merece uma pronta e sucinta resposta ²⁰⁵: os patrões comunicam, no próprio dia, não poder satisfazer o pedido, apresentando como motivo a necessidade de manter a empresa à altura da concorrência estrangeira, tendo de fabricar produtos de qualidade, de forma a opor à invasão do produto importado «uma barreira eficaz».

É após a recepção desta carta que os operários, «não se conformando com a resposta», decidem entrar em greve indefinida, até que os patrões lhes satisfaçam o seu «pedido santo e justo». Por muito pacíficos e respeitadores que nos possam hoje parecer este punhado de chapeleiros em luta (e a ideologia explícita nas suas cordatas missivas pode aqui induzir-nos em erro), eles não eram necessariamente vistos como tais pelos contemporâneos.

¹⁹⁹ Até à República, as greves, embora ilegais, ocorriam frequentemente. O Código Penal de 10 de Dezembro de 1852 proibia as greves, o que se manterá na nova Reforma Penal de 1884 e, depois, no Código Penal de 1886. (Ver F. Emídio da Silva, *As Greves*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912.) Só com a República virão as greves a ser legalmente aceites, pelo decreto de Brito Camacho de 6 de Dezembro de 1910, a que o operariado porá o título, bem revelador do respectivo conteúdo, de «decreto-burla», tendo aliás os chapeleiros protestado energicamente contra o mesmo.

²⁰⁰ *Protesto Operário* de Março de 1877.

²⁰¹ *Ibid.*, id.

²⁰² *Ibid.*, id.

²⁰³ A Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa representou uma fusão de várias associações de classe, ligada depois de 1875 ao Partido Socialista.

²⁰⁴ *O Protesto* de Abril de 1877.

²⁰⁵ É de registar que toda esta negociação se passa por escrito e ainda de salientar aceitarem os patrões receber porta-vozes dos grevistas, denotando ambos os factos a força relativa destes últimos.

Atestando tal facto, note-se que o Governo mandou, no preciso dia em que os chapeleiros do Norte entram em greve, alguns soldados de cavalaria «policia» o movimento ²⁰⁶.

Greve motivada, pois, pela ameaça da introdução de máquinas. Mas, para além do eventual desemprego que as máquinas acarretavam, também a reestruturação do processo de fabrico, a decomposição do ofício e a ameaça de novos aprendizes constituíram causas importantes. A ordem da fábrica é, aliás, inequívoca e fala expressamente nos «diferentes ramos de serviço em que daqui para o futuro se há-de dividir a indústria de chapealaria» e no direito que cabe aos proprietários de admitirem, para tanto, «os operários necessários», sem que se sintam na obrigação de consultar os chapeleiros já empregados na fábrica, o que é imediatamente visto como um grave atentado ao direito reivindicado pelo artífice de controlar a produção. Assim, não admira que entre os pontos do acordo que pôs termo à greve conste o compromisso, assumido pelos patrões, de «não admitir aprendizes senão quando isso se reconheça absolutamente necessário» ²⁰⁷.

Outro ponto do acordo acautelaria o risco de desemprego causado pela mecanização, comprometendo-se os patrões a suspender as máquinas logo que a produção se revelasse superior ao consumo, em particular durante os períodos de crise sazonal. Na carta que os operários então enviam a *O Primeiro de Janeiro* avançam como motivo da greve o terem os patrões suspenso operários durante o Inverno, acrescentando que não lhes convinha «uma casa de trabalho que não oferecesse estabilidade» ²⁰⁸, o que, mais uma vez, vem confirmar o carácter excepcional e privilegiado desta profissão.

Esta luta pelo controlo do mercado de trabalho, se constitui uma prerrogativa tradicional, nem por isso se fundava em meros resquícios ideológicos duma era ultrapassada. Era antes a forma de garantir a sobrevivência material do grupo chapeleiro perante a introdução da máquina e a contratação maciça de aprendizes, ambas provocando idêntico efeito, ou seja, a desqualificação da especialização e a resultante diminuição do poder contratual. O ensino excessivo de aprendizes era um «crime» frequentemente referido na imprensa operária; por exemplo, referindo-se a uma polémica havida na imprensa portuense entre o industrial Costa Braga e um indivíduo (supostamente) chapeleiro, o articulista d'*O Protesto* comenta:

«[...] todos sabem que há tempos se deu naquela fábrica [A Social] o danoso facto de os operários chapeleiros educarem na arte muitos indivíduos que hoje lhes fazem uma concorrência mortal.» ²⁰⁹

Contudo, no caso que originou esta greve tratava-se de algo ainda mais grave do que a iniciação no ofício de aprendizes «supérfluos», uma vez que as máquinas permitiam o emprego de mão-de-obra completamente desqualificada e fora do seu controlo, sendo os chapeleiros forçados a pedir aos industriais que os trabalhadores a contratar para funcionarem com as máquinas fossem operários do ofício ²¹⁰.

²⁰⁶ *O Protesto* de Abril de 1877.

²⁰⁷ *Ibid.* de Março de 1877.

²⁰⁸ *O Primeiro de Janeiro* de 18 de Março de 1877.

²⁰⁹ *O Protesto* de Abril de 1877.

²¹⁰ *O Primeiro de Janeiro* de 24 de Março de 1877.

Tal como para outros grupos «aristocráticos», a questão do controlo do mercado de trabalho era vital para os chapeleiros²¹¹. E era particularmente importante num país como o nosso, onde as crises eram frequentes e a mão-de-obra, mesmo a qualificada, tendia a ser excedentária²¹².

Como comentou a imprensa operária o conflito, no que toca à apreciação das suas motivações? Para o jornal socialista, «a oposição material à introdução das máquinas» parecia-lhe «de todo o ponto inaceitável», uma vez que «contra a introdução das máquinas não se pode lutar». O único objectivo possível era lutar para que «a sua introdução não [trouxesse] fome e morte a centenas de famílias»²¹³. *O Protesto*, que concede largo espaço ao acontecimento, coloca-se inequivocamente ao lado dos grevistas, mas deslocando de alguma maneira o cerne da questão, isto é, jamais apoiando a oposição dos operários às máquinas. No entanto, o jornal solidariza-se com eles, quer no que toca ao repúdio da «provocação» dos patrões, quer no que respeita à admissão de aprendizes desnecessários, quer, por fim, no que se refere à ameaça de despedimento dos grevistas.

Embora o assunto seja analisado com mais profundidade na parte final deste artigo, vale a pena registar, desde já, a tensão existente entre a base operária e os seus dirigentes no que à máquina dizia respeito, contradição visível no seguinte lamento do jornal socialista:

«Infelizmente, os trabalhadores, em lugar de procurarem, pela associação, tornar menor o abalo que as máquinas produzem, erguem para elas os punhos cerrados e, ameaçadores, acusam o progresso, descreem do futuro.»²¹⁴

Entre os dirigentes e a massa operária havia, portanto, diferenças de atitudes, preferindo a maioria dos chapeleiros utilizar, perante a crise de desemprego que vinha sofrendo, não o tom civilizado e resignado de alguns dos seus porta-vozes, mas a ameaça pura e simples.

Aliás, a não concordância com certas atitudes «espontaneístas» pode estar, embora de forma marginal, na origem da recusa da «secção de chapeleiros» de Lisboa em apoiar, enquanto associação, a greve. Aquela associação limitou-se a exortar os socialistas de Lisboa a apoiarem individualmente os grevistas, «sentindo não o poderem fazer como associação, por não se ter dado a greve conforme o expresso nos respectivos regulamentos»²¹⁵, circunstância esta «que indicava não se terem os grevistas preparado, na

²¹¹ Tradicionalmente, os postos de trabalho passavam de pai para filho. Quando não era este o caso, os oficiais chapeleiros eram pagos para ensinar aqueles que pretendiam ingressar na profissão. (*O Chapeleiro* de 1 de Janeiro de 1896 [ver o artigo «Monopólio da chapelaria»], de 16 de Abril de 1911 [em 1911, os operários contestam que seja o patrão a receber a quantia paga pelos aprendizes em vez dos oficiais] e de 1 de Setembro de 1912.)

²¹² Mais tarde, em 1887, os operários propõem a A. Roxo, num momento de crise, que o trabalho a executar seja distribuído não a alguns, mas a todos, de forma equitativa. Em nome da solidariedade que devia unir todos os trabalhadores, pedem àquele industrial, que havia decidido dar trabalho somente a 20 operários durante 5 dias semanais (enquanto outros 6 trabalhariam apenas 4 dias semanais), que tire uma parte do trabalho dos primeiros, distribuindo o total por todos (*Protesto Operário* de 16 de Outubro de 1887). O industrial satisfaz, de início, o pedido, mas, pouco tempo passado, volta a dar trabalho somente a alguns chapeleiros.

²¹³ *O Protesto* de Março de 1877.

²¹⁴ *Ibid.*, id.

²¹⁵ *Ibid.*, id.

associação, para resistirem com vantagem às prepotências dos patrões, concordando todos (os reunidos na assembleia da secção) na urgente necessidade de os chapeleiros se associarem para prevenirem quanto possível as consequências desgraçadas que fatalmente hão-de resultar com a introdução das máquinas». Necessidade de associação, note-se, não para impedir a introdução das máquinas, mas sim para prevenir as suas consequências. Em todo o caso, fosse qual fosse a razão real do não apoio oficial da secção (e provavelmente todos estes factores pesaram), fica bem expresso o desejo de não apoiar «greves selvagens», numa tentativa de impor o seu enquadramento pela nascente e ainda frágil estrutura sindical. Fica igualmente claro que, nesta fase inicial do associativismo, os operários prescindiam frequentemente do apoio das suas AC, tomando a luta contra o patrão directamente nas suas mãos.

Na greve em questão, a associação de classe não interveio como interlocutora da entidade patronal, que quase sempre negociou directamente com os grevistas. A vitória obtida por estes não foi, nem podia ser, total. Por exemplo, nos termos do acordo a que se chegou não é dito quem, nem como, decidirá, no futuro, sobre a admissão de aprendizes; nem, mais importante, abdicaram os patrões do propósito de introduzir máquinas, limitando-se a comprometer-se a «suspender o serviço das máquinas logo que a produção se manifestasse superior ao consumo», não se especificando, também neste caso, quem iria determinar a partir de que altura a produção era excedentária. O único ponto em que a vitória foi inequívoca diz respeito aos despedimentos.

O tom em que os operários se dirigem aos patrões é, aliás, irrepreensivelmente respeitador, embora se possa ter tratado de mera táctica diplomática. Esse mesmo tom será depois denunciado pelo jornal socialista, provavelmente despeitado com o facto de os operários não terem acatado imediatamente a sua chefia. Criticando a brandura da resposta dos operários, *O Protesto* escreve:

«Infelizmente, os operários não estavam preparados para a luta, porque, se o estivessem, deviam fazer sentir, num pronunciamento, aos proprietários da Real Fábrica Social a indignidade do seu proceder.»

A secção dos chapeleiros socialistas lamenta ainda que, por falta de enquadramento sindical, a greve tenha permanecido um movimento limitado a uma fábrica ²¹⁶. As dificuldades materiais inerentes ao lançamento de uma nova greve geral da indústria, mesmo ao nível regional, são minimizadas pelo porta-voz socialista, que prefere atribuir o carácter localizado e aparentemente súbito da greve à inevitável inconsciência dos grevistas.

Vejamos agora a posição de outros jornais portuenses. Mais perto das opiniões da burguesia industrial, *O Primeiro de Janeiro* vê naturalmente com hostilidade e espanto a actuação dos operários chapeleiros. Depois de exprimir a sua convicção de que aqueles haviam sido desviados por alguém de fora que «mal os avisara acerca dos seus próprios interesses», comenta, com indignação:

«Parece que, em vez de avançarmos no caminho do progresso, retrogradamos à infância das indústrias fabris, em que a máquina que ba-

²¹⁶ *O Protesto* de Março de 1877.

rateia os produtos e os generaliza, alargando, em consequência, a área do consumo, era considerada o Minotauro que devia tragar os operários.»²¹⁷

Para este jornal, a questão punha-se em termos simples — de um lado, a luz do progresso, caminhando a par e passo com a gloriosa marcha da indústria; do outro, o nefando amor à rotina, impedindo aquela de prosseguir na sua inevitável senda.

Por seu lado, num artigo provavelmente escrito por um pequeno industrial do ramo, o *Diário Português* insurge-se contra a administração da Fábrica Social. Numa carta que aparece como sendo escrita por «um amigo dos operários» transparece claramente a posição da pequena burguesia industrial perante a questão: «Estamos plenamente convencidos do despotismo e prejuízo de querer obrigar um operário a um novo aprendizado, cerceando-lhe o salário.»²¹⁸ A greve é vista fundamentalmente como o resultado natural do «egoísmo patronal» e do «despótico procedimento» da administração. Objectivamente do lado dos operários, a pequena burguesia chapeleira opunha-se à estratégia modernizadora iniciada pela Fábrica Social, que, a prazo, os esmagaria também a eles. Tentando não assumir uma posição demasiado ideológica quanto à mecanização, o jornal defende, apesar de tudo, que, se há ramos em que a máquina pode ser introduzida com vantagens, noutros ela só provoca estragos — entre os quais destaca, naturalmente, a chapelaria. A máquina é aqui rejeitada principalmente com base no argumento da imperfeição do produto, ideia que apelaria não só ao pequeno patronato sem grandes recursos, ameaçado pelo florescimento das grandes fábricas mecanizadas, mas também ao consumidor da classe média, que não tinha outro remédio senão usar chapéus nacionais.

Em conclusão, a posição antipatronal assumida, neste caso preciso, pelo *Diário Português* não significa, evidentemente, uma defesa incondicional dos interesses operários (como o detecta, aliás, *O Protesto*), mas releva das aspirações e inquietações do pequeno patronato chapeleiro²¹⁹, considerado, aliás, pela administração da Fábrica Social como o principal inimigo nesta questão²²⁰.

Respondendo às críticas ao carácter retrógrado das lutas contra as máquinas, quatro «ex-empregados»(?) da Fábrica Social enviavam entretanto uma carta a *O Primeiro de Janeiro*²²¹, em que afirmam que, «com referência ao dizerem que as máquinas são o poderoso auxiliar da inteligência para a realização do progresso na indústria, não o ignoram os signatários, posto

²¹⁷ *O Primeiro de Janeiro* de 17 de Março de 1877.

²¹⁸ *Diário Português* de 23 e 24 de Março de 1877. Para *O Protesto*, esta carta não era mais do que «um escrito palavroso, sem ciência nem consciência» (*O Protesto* de Abril de 1877).

²¹⁹ *O Protesto* de Março de 1877 confirma o antagonismo entre a pequena e a grande indústria durante todo este período e relata que muitos industriais chapeleiros do Porto não viam com bons olhos a introdução das máquinas na Fábrica Social, chegando até a «proteger os operários daquele estabelecimento na sua justificada oposição».

²²⁰ *Actualidade* de 20 de Março de 1877.

²²¹ *O Primeiro de Janeiro* de 17 e 18 de Março de 1877. Não nos é claro se os signatários eram, de facto, operários ou empregados. *O Protesto* comentará a carta em tom céptico, lamentando não conhecerem aqueles senhores o meio social em que viviam ao apelarem para a «generosidade duma classe egoísta como é a burguesia» (*O Protesto* de Março de 1877).

que possuidores de acanhados recursos para assim o julgarem; mas reconhecem que, quando qualquer máquina introduzida numa oficina obriga à redução do pessoal, os patrões devem ser mais humanos em proveito do pessoal e prescindir desse melhoramento».

O que estava, acima de tudo, em causa era a ameaça do desemprego causado pelas máquinas. Viviam-se ainda uma época em que prevalecia o sentimento de que colocar trabalhadores especializados na miséria era uma acção reprovável. Durante um brevíssimo instante, neste final da década de 70, os chapeleiros portugueses conseguiram, através da sua militância e da mobilização efectiva de certa opinião pública, se não impedir, pelo menos atrasar a introdução das máquinas. Elucidativa da ideologia prevalecente, quer ao nível dos trabalhadores, quer ao nível dos pequenos industriais chapeleiros, é a carta enviada ao jornal *Actualidade* ²²², na qual o autor, após tecer louvores aos industriais A. Roxo e Costa Braga, critica severamente a administração da Fábrica Social, com base no pressuposto implícito de que caberia aos patrões velar pelo bem-estar dos seus trabalhadores e, no caso vertente, dar-lhes trabalho, mesmo nas estações mortas, jamais devendo aqueles rebaixar a dignidade dos seus operários, ambos «pecados» a apontar à «moderna» administração que provocara a greve. Os argumentos contra o novo sistema capitalista baseiam-se, não tanto na proposta de uma futura sociedade, mas antes na suposta transgressão de normas ancestrais: «Como é que os operários passam a ser aprendizes? Em que lei se fundamenta este retrocesso?», pergunta-se na citada missiva ²²³. Este mesmo operário(?) interrogar-se-á ainda, em tom entre crítico e espantado, sobre se as máquinas não servirão apenas para enriquecer os patrões e tirar «o pão aos pobres dos operários» ²²⁴.

Meses depois, em Novembro de 1877 ²²⁵, rebenta novo conflito, desta vez na fábrica Costa Braga, greve motivada pela determinação patronal de que os fulistas aceitassem um regulamento para a entrada e saída da fábrica e para as horas de comer ²²⁶. O regulamento indignou «os operários por tal forma que estes o rasgaram, declarando não se sujeitarem a ele» ²²⁷. Cerca de sessenta fulistas, indignados com tal «violência», decidiram então entrar em greve como forma de obrigar o patrão a retirar o regulamento afixado na parede.

A questão central é a do poder no local de produção. Até à mecanização, a especialização só fizera desaparecer um dos dois aspectos do controlo operário — o controlo sobre o produto —, enquanto o controlo sobre o processo de trabalho se mantinha intacto, escolhendo os trabalhadores as horas e a intensidade do trabalho ²²⁸. Para certos autores não teria sido

²²² *Actualidade* de 20 de Março de 1877.

²²³ *O Protesto* considera que esta carta, pelo despropositado elogio aos dois industriais «não mecânicos», é uma prova mais da falta de unidade dos chapeleiros e da sua ingenuidade ao interrogar-se sobre a lei em que se fundamentaria tal retrocesso.

²²⁴ *A Luta* de 22 de Março de 1877.

²²⁵ *Protesto Operário* de Novembro de 1877 (n.º 116-120).

²²⁶ Ver E. P. Thompson, «Time, work discipline and industrial capitalism», in *Past and Present*, 38, 1967, e H. Gutman, *op. cit.* (em que se transcreve um poema escrito por um operário têxtil sobre os custos psíquicos do novo tempo fabril).

²²⁷ *Protesto Operário* de Novembro de 1877 (n.º 116).

²²⁸ Em polémica com os intérpretes da versão neoclássica do desenvolvimento capitalista, S. Marglin argumentará que uma das razões para a emergência do sistema fabril, fora a de permitir este, melhor do que qualquer outro sistema de produção, a transferência de poder dos produtores directos para os capitalistas. (S. Marglin,

predominantemente por razões de superioridade técnica que os patrões haviam adoptado o *putting-out* e depois o sistema fabril, mas sim por razões sociais, ou seja, para obterem um melhor controlo sobre os operários e um aumento no processo de acumulação. Como afirmámos no início deste artigo, a disciplina era um dos traços essenciais do novo sistema produtivo²²⁹, disciplina que constituiu, em toda a parte, um quebra-cabeças para os empresários. Marx havia, de resto, chamado a atenção para esta faceta do sistema capitalista, advertindo n' *O Capital* que «a subordinação técnica do trabalhador à moção uniforme dos instrumentos de trabalho e a composição peculiar da mão-de-obra, consistindo, como consiste, em indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, [davam] lugar a uma disciplina militar», facto que exigia um código regulador dos comportamentos operários muito rígido²³⁰. E cita, a este propósito, a opinião de um seu contemporâneo, no sentido de que a principal dificuldade com que se defrontavam os grandes industriais ingleses do início da industrialização residia, acima de tudo, em conseguir que os operários renunciassem «aos seus errantes hábitos de trabalho e se identificassem com a regularidade homogénea dos automatismos complexos»²³¹. A questão da disciplina da primeira geração operária a ser sujeita ao «despotismo do capital»²³² colocava-se, da mesma forma, no Portugal do fontismo e na Inglaterra oitocentista.

É este o pano de fundo das primeiras lutas dos chapeleiros. Alguns pormenores acerca de como decorreu a greve de Novembro de 1877 revelam a sua semelhança com movimentos estrangeiros congéneres. Desde o início da greve que é claro tratar-se não de uma questão estritamente económica (embora a greve envolvesse também queixas desta natureza), mas de um problema de poder. O que estava fundamentalmente em causa era a «violação» de garantias antigas usufruídas pelos operários «desde tempo imemoriável»²³³, entre as quais um certo grau de autonomia no local de trabalho. Quer o industrial Costa Braga, quer os operários, sabem exactamente o que está em jogo, e daí a preocupação de ambas as partes em não perderem a face. O afrontamento é directo e violento, tornando-se evidente que no espírito de qualquer das partes há a percepção de que não é possível pôr termo ao conflito por um amigável acordo, mas somente pela derrota da outra parte²³⁴. Para o industrial, o mais importante parece ser que os operários concordem em ir trabalhar «aceitando o regulamento, o qual ele retiraria mais tarde, deixando ficar os operários novamente na sua liberdade». Por seu lado, a comissão de operários «declarou que os operários só iriam trabalhar caso o Sr. Braga convencionasse em fazer público que havia cedido à reclamação dos grevistas a pedido da comissão». Tratava-se, ao cabo e ao resto, de uma questão de «honra», sendo evidente que os chapeleiros, neste caso os fulistas, não aceitavam pacificamente a regularidade imposta pela organização capitalista do trabalho. Reagiam

op. cit. Ver também D. Landes, *The Unbound Prometheus*, Cambridge University Press, 1972, e P. Mantoux, *op. cit.*)

²²⁹ J. L. Hammond e Barbara Hammond, *The Town Labourer*, Londres, Longmans, 1917, p. 19.

²³⁰ K. Marx, *O Capital*, xv, 4.

²³¹ Id., *ibid.*

²³² Id., *ibid.*, I, cap. XIV.

²³³ *O Protesto de Novembro de 1877.*

²³⁴ *Protesto Operário*, n.º 120, de Novembro de 1877.

enquanto artesãos a um novo tipo de relações de produção que os viria, a prazo, liquidar.

Mas a afronta à sua «honra» não era a única causa do conflito. Os operários tiveram também conhecimento de que o patrão «tencionava diminuir os preços do trabalho da fula, como já havia reduzido os da apropriação, julgando que os fulistas se sujeitariam tão servil e absurdamente como o haviam feito os apropriadores»²³⁵. Como vimos, a desvalorização, até mesmo em termos absolutos, da mão-de-obra constituiu, neste final do século XIX, um problema central com que os chapeleiros se viam a braços, consequência, como eles próprios entreviam, da implantação de um novo modo de produção, que «[ameaçava] bem visivelmente os trabalhadores»²³⁶. Dentre os chapeleiros, o núcleo mais resistente a essa «ameaça» será, com efeito, o dos fulistas. É para estes, efectivamente, que o desmantelamento, pela mecanização, da «arte» e do respectivo *status* será mais violento.

Vejamos, mais uma vez, como articula *O Protesto* a reacção operária à disciplina no trabalho e ao abaixamento dos salários:

«O Sr. Costa Braga [...] tentava lançar na escravidão os seus operários para mais tarde lhes reduzir os salários. Tentava massacrar-nos pela escravidão e forçado trabalho: queria aniquilar-nos para mais tarde nos matar à fome.»²³⁷

Surge aqui claramente exposta a relação entre a destruição do «ofício» e a intensificação da exploração económica: o artesão, uma vez *subjugado* e *destituído* da sua arte, ficaria *desarmado* ante o poder explorador do patrão. Na realidade, uma das formas através das quais as aristocracias operárias haviam conseguido manter um certo número de privilégios, inclusivamente salariais, havia sido a sua capacidade para tornar o trabalho artificialmente escasso, em particular através da restrição do número de indivíduos que tinham acesso à profissão²³⁸.

A firmeza com que a comissão dos chapeleiros respondeu às «provoações» do patrão não deve, contudo, fazer-nos esquecer a existência de divisões e graus de consciência diversos entre os chapeleiros. Sob este aspecto, a clivagem mais importante fazia-se entre homens e mulheres. Assim, o Sr. Costa Braga aliciou várias operárias para que convencessem os homens, alguns deles seus maridos, a retomar o trabalho, isto é, que cedessem à pressão familiar no sentido de «traírem» a classe, tendo os grevistas «que resistir às ameaças dos seus exploradores e às carícias das suas mulheres e filhos»²³⁹. No entanto, qualquer quebra de solidariedade era considerada um acto da maior gravidade, que nem os envolvimento

²³⁵ *O Protesto*, n.º 116, de Novembro de 1877.

²³⁶ *Ibid.*, n.º 117, id.

²³⁷ *Ibid.*, n.º 118, id.

²³⁸ E. J. Hobsbawm, *Labouring Men*, cit., p. 291.

²³⁹ *Protesto Operário*, n.º 120, de Novembro de 1877. Mais à frente acrescenta:

«E quantos [operários] há que, mostrando-se enérgicos para com os burgueses, cedem, infelizmente, às lágrimas e rogos das suas esposas, que lhes pedem vão trabalhar, por não terem pão em casa, e eles, que lutam por amor dos seus, enternecem-se, à vista das privações a que a greve força aqueles a quem amam e, cegos com a vertigem da miséria, lá vão, inconscientes, agravar a situação de todos.»

emocionais desculpavam. Às tentativas patronais de dismantelar as greves seguia-se inevitavelmente a formação de piquetes ²⁴⁰.

Desta vez, os operários em greve decidiram utilizar a Associação dos Trabalhadores, tendo o diálogo com o patrão sido feito através de ofícios. No entanto, as associações ligadas ao PS novamente declararam não poder contribuir dos seus cofres para manter a greve, visto ela não se ter feito em harmonia com os estatutos. Mais uma vez os operários chapeleiros, neste caso os fulistas, avançavam para a greve, sem grandes preocupações pelo rigor estatutário que os dirigentes socialistas queriam impor. A preocupação em organizar o movimento operário não impediu, no entanto, o periódico socialista de acolher a greve com benevolência e de lembrar aos outros operários que ajudassem «a manter as famílias daqueles que tão nobremente se recusavam a curvar a cabeça ante a prepotência dum industrial que, apenas por mal fazer, obrigou os operários a recorrerem à greve para não serem aniquiladas as poucas garantias que ainda possuíam» ²⁴¹.

A Federação das Associações do Porto e Lisboa deliberou prestar-lhes, não só auxílio moral — o que, na fábrica, se traduzia na importante garantia de nenhum operário de fora furar a greve —, mas também auxílio pecuniário ²⁴². Os chapeleiros de Lisboa, ao que nos informa a imprensa, apoiaram activamente os chapeleiros portuenses, contribuindo com dinheiro e, sobretudo, «não indo de Lisboa nenhum operário fazer-lhes mal» ²⁴³. De facto, a necessidade de conseguir o apoio dos operários de fora é uma constante. E, no caso presente, *O Protesto* concede amplo espaço à necessidade de solidariedade, noticiando ao mesmo tempo que têm andado em Lisboa vários empregadores a fazer promessas vantajosas aos chapeleiros que quisessem ir trabalhar para a empresa onde se verificava o litígio ²⁴⁴. O risco dos «amarelos» ²⁴⁵ era agravado pelas condições do mercado de emprego então vigente em Portugal, país onde «o trabalho nacional era sempre oferecido, e nunca procurado», como afirmaria, poucos anos mais tarde, o conselho central do Partido Socialista ²⁴⁶. Além disso, os trabalha-

²⁴⁰ A um chapeleiro que furara a greve e que, ou por remorso tardio, ou, mais provavelmente, devido às ameaças de morte, se preparava para de novo abandonar o trabalho foi comunicado que continuasse onde estava, comentando friamente o jornal:

«Todo o odioso, porém, da traição do nosso companheiro deve cair sobre Costa Braga, que empregou todos os meios para vencer a resistência dos trabalhadores.» (*Protesto Operário* de Novembro de 1877.)

²⁴¹ *O Protesto*, n.º 116, de Novembro de 1877.

²⁴² *Ibid.*, id. A Associação dos Trabalhadores demonstrou larga iniciativa e capacidade de mobilização, abrindo subscrições em Lisboa, no Porto e mesmo em Braga; note-se que a região de S. João da Madeira parece permanecer alheia à solidariedade desencadeada para com os grevistas. Puseram-se ainda em prática outras formas tradicionais de angariação de fundos, como «saraus literários», excursões, etc.

²⁴³ *O Protesto*, n.º 116, de Novembro de 1877.

²⁴⁴ *Protesto Operário*, n.º 118, id.

²⁴⁵ *Ibid.*, n.ºs 118 e 120, id., em que se relata com pormenor as tentativas patronais para recrutar «amarelos». Os «amarelos» eram também referidos, na imprensa operária, como «fardetas», sinónimo de «traidor», «perverso» ou «malvado», segundo a definição de *O Chapeleiro* de 8 de Outubro de 1905, e de «indivíduo mal vestido» ou «pessoa que enverga qualquer uniforme», na definição do *Dicionário de Moraes*. (Ver também *O Chapeleiro* de 13 de Fevereiro de 1910.)

²⁴⁶ C. Nogueira, *op. cit.*, p. 124.

dores eram, na sua maioria, pagos à peça, o que, conferindo-lhes uma grande mobilidade ²⁴⁷, fazia que, em caso de greve, e num país de grande desemprego, a tentação para ocupar os postos de trabalho dos grevistas fosse grande.

As dificuldades na organização da classe dos chapeleiros, quer ao nível sindical quer ao nível político, não se devem minimizar. A própria natureza das suas relações no processo de fabrico fragmentava este grupo profissional, em que vigorava uma estrutura hierarquizada, muito mais perto da configuração do artesanato do que da indústria moderna. Daí que as divergências e os conflitos internos surgissem frequentemente, sendo, em geral, explicados em termos personalizados:

«Convém notar neste momento um facto que, parecendo de pouca importância, influi muito no âmbito de alguns operários para que não se associem. São as inimizades pessoais. A circunstância de não simpatizarem com um ou com outro dos seus camaradas, por se terem desativado numa dessas questões de ofício e de competência, tão ridículas quanto prejudiciais, entendem que não devem fazer parte das nossas associações.» ²⁴⁸

As divisões existentes neste grupo profissional reflectiam-se também, embora de forma não articulada, ao nível da organização política. De resto, sendo verdade que os chapeleiros viriam a constituir uma das mais importantes bases operárias do Partido Socialista, em formação na década de 1870, a aceitação da necessidade de luta política não foi, como vimos anteriormente, nem imediata nem pacífica. Ao longo desta década surgem várias referências explícitas, ao nível da imprensa, a conflitos no seio dos operários, precisamente devidas à tentativa duma certa vanguarda no sentido de politizar as lutas ²⁴⁹. Por exemplo, a retirada do regulamento fabril pelo industrial Costa Braga, após cerca de um mês de greve, é celebrada como uma vitória política nas páginas do *Protesto Operário*, para quem aquele gesto patronal constituía uma prova da indissolúvel ligação entre a luta económica e política. Nestas circunstâncias, considera o articulista que seria uma loucura e um crime que continuasse «dividido, como está, o movimento operário no nosso país», dividido em dois grandes grupos, «um para a luta económica, outro para a luta política», pois que, assim, «muitas vezes nos prejudicamos mutuamente, embaraçando o passo uns aos outros», desta dualidade resultando «o complicado maquinismo da nossa acção revolucionária».

Mas, no seu quotidiano, é provável que um grande número de chapeleiros fosse mais sensível aos resultados imediatos da greve do que às longínquas recompensas da luta política, como, aliás, os lamentos do jornal socialista deixam transparecer ao falar na «necessidade de não se lutar exclusivamente contra o domínio directo do ouro» ²⁵⁰. Aliás,

²⁴⁷ Sobre a mobilidade deste tipo de operários especializados ver M. Perrot, *op. cit.*, p. 462.

²⁴⁸ *Protesto Operário*, n.º 117, de Novembro de 1877.

²⁴⁹ A intervenção das forças repressivas serviria naturalmente ao PS para defender que, a par das greves para a defesa das condições económicas, havia que promover a acção política, para «tomar o poder, o Estado, em delegação do Povo, e não um tirano de todos nós, que nos esmaga e vexa» (*Protesto Operário* de Novembro de 1877).

²⁵⁰ *Protesto Operário* de Novembro de 1877.

continuadamente virá este jornal a lembrar que o mais urgente é «atacar, combater e derrubar todas as instituições que nos dominam e subjugam» ²⁵¹.

A greve dos chapeleiros do Porto de 1877 e o auxílio que recebeu dos seus camaradas teriam provado ainda, na opinião dos socialistas, a conveniência e a necessidade de se fundirem as associações sindicais e políticas. Teria sido, assim, a estreita união do Partido Socialista, da Associação dos Trabalhadores e das cooperativas federadas que, em última análise, explicaria o sucesso da greve, ao unir o movimento económico e o político.

A forma como o jornal apresenta a justificação para a politização das lutas económicas é bastante interessante:

«[...] necessitamos de leis políticas para que o movimento de resistência possa surtir efeito. Precisamos de liberdade de associação de reunião e de coalizão; precisamos de leis *que regulem a introdução de máquinas.*» ²⁵²

Como vimos já, a necessidade de leis para regulamentar a mecanização terá sido um dos motivos que levaram este grupo operário a aderir à ideia da vantagem da existência de um aparelho político. Em momentos de crise, será assim ao Estado que os chapeleiros se dirigirão, reconhecendo então a necessidade de uma luta política, da qual, em fases anteriores, haviam ocasionalmente duvidado.

Esta greve dos fulistas da fábrica Costa Braga teve grande impacto na imprensa portuense e lisboeta, não só pelo seu carácter inovador e inesperado, como também devido a uma real ou suposta conspiração que aí se teria verificado. O que se teria de facto passado é difícil de avaliar sem uma investigação que teria de analisar os processos eventualmente existentes nos arquivos judiciais ²⁵³. Segundo as fontes a que por ora tivemos acesso, parece que os grevistas haviam formado, no decorrer da greve, uma sociedade secreta, «ao que se supõe», diz o *Jornal do Porto*, «com ramificações com a Internacional de outros países e cujos fins eram horrorosos» ²⁵⁴. Relata ainda este jornal que os operários faziam sessões de noite, nos pinheirais afastados da cidade, e que teria sido no decorrer de uma dessas reuniões que haviam decidido assassinar alguns companheiros que haviam furado a greve e o patrão, este por meio de envenenamento e os demais por formas menos dispendiosas.

É curioso notar ainda o paralelismo entre estas reais ou supostas reuniões e o tipo de sessões que se sabe terem existido entre os ludistas em Inglaterra ²⁵⁵. Lá, como cá, os operários-executores eram tirados à sorte, «por meio de esferas e por duas vezes», e as reuniões realizavam-se frequentemente à noite, em pleno campo, a fim de escaparem ao controlo da Polícia. No caso presente, o operário tirado à sorte vê «fraquejar-lhe»

²⁵¹ *Protesto Operário* de Novembro de 1877.

²⁵² *Ibid.*, id. (sublinhado meu).

²⁵³ *Ibid.*, n.ºs 125 e 126, de Janeiro de 1878, *Diário Popular* de 28 de Dezembro de 1877 e *Diário de Notícias* de 27 e 28 de Dezembro de 1877 e 1 de Janeiro de 1878. É difícil saber-se, a partir das fontes impressas, o que se terá realmente passado. Se as primeiras notícias eram assaz alarmantes, já o *Diário de Notícias* de 8 de Janeiro de 1878 lança algumas dúvidas quanto à gravidade da conspiração, dando como provável terem os operários apenas querido castigar o operário que havia furado a greve.

²⁵⁴ Citado pelo *Diário Popular* de 28 de Dezembro de 1877.

²⁵⁵ Ver, por exemplo, E. P. Thompson, *The Making...*, cit.

o ânimo reivindicativo e denuncia os companheiros ao patrão, que imediatamente chama a Polícia. Esta, naturalmente, não tardou em punir severamente alguns operários, com o objectivo explícito de que todos se lembrassem, de futuro, da gravidade de transformar «a ferramenta de trabalho em arma de assassinio»²⁵⁶. Na sequência das investigações são despedidos 15 operários, mantendo-se a tal ponto tenso o ambiente dentro da fábrica que são enviados polícias para as oficinas «a fim de impedir qualquer movimento ofensivo»²⁵⁷.

Previsivelmente, *O Protesto* repudia, indignado, a acusação difundida pela imprensa «burguesa», insinuando que estes rumores e calúnias derivavam do facto de os chapeleiros já não se prestarem a servir de «bestas de carga». O tom de ressentimento moral («especulando com a opinião pública e pretendendo manchar a honra de operários muito dignos», escreve então *O Protesto*) pode, no entanto, não ser senão um exercício de diplomacia²⁵⁸; mas não custa também a crer que a este respeitável jornal operário repugnasse a violência de tais acções.

Ainda em 1887 (Dezembro) virá a ocorrer uma outra greve²⁵⁹, desta feita em Braga (na Fábrica Taxa e Faria)²⁶⁰. Após a reacção à introdução da maquinaria e à imposição dos novos regulamentos, depara-se-nos agora a recusa operária de que os patrões pudessem contratar aprendizes a seu bel-prazer. A greve é apoiada pelos camaradas do Porto e pelo Partido Socialista, tendo partido para Braga, logo no dia após o começo da paralisação, uma comissão de associações operárias com o objectivo de auxiliar os grevistas e, paralelamente, montar aí um núcleo socialista²⁶¹. Uma vez falhadas as negociações com os industriais bracarenses, a comissão regressa ao Porto, tendo entretanto decidido que os grevistas de Braga viessem para aquela cidade para ali tentarem encontrar emprego.

A defesa dos postos de trabalho dos chapeleiros constituiu a principal causa da greve. Ameaçados a curto prazo, pela mecanização, estes trabalhadores não querem ver mais indivíduos «educados na arte de fazer chapéus». Em resumo, pretendem evitar que, «abundando cada vez mais os braços neste ofício, à proporção que as máquinas os dispensam, se dê o resultado fatal da diminuição de salários»²⁶². No manifesto que então publicam,

²⁵⁶ *Diário Popular* de 28 de Dezembro de 1877. O *Diário de Notícias* de 27 e 28 de Dezembro de 1877 noticia o caso, referindo-se não só às «secretas reuniões», como às muitas testemunhas que estariam a depor, informando ainda (1 de Janeiro de 1878) ter sido enviado para tribunal o respectivo processo.

²⁵⁷ *Diário de Notícias* de 3 de Janeiro de 1878.

²⁵⁸ *Protesto Operário*, n.ºs 125 e 126, de Janeiro de 1878. Os insultos aos jornais burgueses prolongar-se-ão ao longo de vários números, sendo os mesmos acusados de «asquerosos répteis», «cobardes propaladores de acusações mentirosas», etc.

²⁵⁹ Infelizmente, não se sabe nem a duração nem o resultado desta luta. A cota J442M da Biblioteca Nacional de Lisboa termina exactamente em Janeiro de 1878, pelo que não é possível estudar-se esta greve até ao seu final, pelo menos a partir desta fonte. Uma das outras fontes que se sabe terem abordado este conflito (o *Diário do Minho*) não existe nas Bibliotecas Municipais do Porto, de Braga ou de Coimbra.

²⁶⁰ É interessante registar o espanto, a indignação e a raiva com que os jornais burgueses notam o facto de a greve ter ocorrido em Braga. O jornal *Actualidade* de 16 de Janeiro de 1878 acusa os grevistas de «inimigos da ordem e pouco respeitadores da lei», o que levará *O Protesto* a interrogar-se sobre se esperava aquele jornal que o povo de Braga permanecesse eternamente escravo das ideias reacçãoárias (*O Protesto*, n.º 125, de Janeiro de 1878).

²⁶¹ *O Protesto*, n.º 122, de Dezembro de 1877.

²⁶² *Ibid.*, n.º 125, de Janeiro de 1878.

após a ameaça de despedimento de cinco chapeleiros, dizem que «os Srs. Taxa e sócios procuravam agravar mais as circunstâncias [...], admitindo aprendizes com o intuito de dispensarem oficiais».

Os termos em que aquele manifesto coloca o problema do mercado de emprego é interessante. Depois de reconhecer cordatamente «que o operário não deve querer gerir o capital de outrem», acrescenta, contudo, que, sendo o capital dos operários o trabalho, estes deverão exigir que o mesmo seja respeitado, porque, como cidadãos, têm direitos iguais aos do capitalista ²⁶³. Se os meios de produção pertenciam ao patrão, que os poderia gerir à sua vontade, já o mercado de trabalho, na opinião dos dirigentes operários, lhes não pertencia. Os trabalhadores deveriam, por conseguinte, reivindicar o controlo sobre este último.

Após uma década de relativo sossego, em que eclodem algumas greves pequenas e isoladas, ocorre em Julho de 1889 ²⁶⁴, no Porto, a primeira greve geral. Após meses de negociações frustradas com os industriais, entram em greve cerca de 1500 chapeleiros ²⁶⁵, tendo os operários do ramo, tanto de Braga ²⁶⁶ como de Lisboa, decidido apoiar a greve, votando os segundos uma quota obrigatória de 100 réis, a ser paga aos colegas do Porto por todo o período do conflito. Os motivos da greve eram simultaneamente aumento salarial e regulamentação da aprendizagem. A greve durará quase 5 meses, conseguindo os operários impor grande parte das suas reivindicações e tendo esta luta passado a funcionar, ao nível da memória dos chapeleiros, como «o melhor movimento que os operários contam na história da sua organização» ²⁶⁷.

O aumento salarial pedido era de 40 réis por chapéu, a ser dividido da seguinte forma: 20 réis para os fulistas, 10 para os apropriadores, 5 para as afinadeiras e forradeiras. Na opinião do *Protesto Operário*, dado o baixo nível salarial dos chapeleiros portuenses, este aumento era perfeitamente justificável e, segundo informa, mesmo com o aumento pedido, aqueles salários elevar-se-iam somente a metade dos salários pagos na capital. Os patrões começam por oferecer, em vez dos 40 réis, somente 10, o que indignará os operários, que persistem em afirmar poderem os industriais elevar-lhes os salários, uma vez que, não só haviam aumentado o preço de venda dos chapéus ao público, como tinham entretanto conseguido um abaixamento dos direitos de entrada nas alfândegas das fitas e tiras para chapéus ²⁶⁸.

²⁶³ *O Protesto*, n.º 125, de Janeiro de 1878.

²⁶⁴ Segundo M. Villaverde Cabral, os anos de 1889 e 1890 foram anos de intensa luta operária, seguidos de uma relativa paz social, entre 1890 e 1893. (M. V. Cabral, *O Desenvolvimento...*, cit.).

²⁶⁵ F. Emídio da Silva, *As Greves*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912. (Seriam, de facto, 1500? Ver o total dos efectivos operários do Porto, em artigo de M. Fátima Bonifácio a sair em «Textos GIS».)

²⁶⁶ *A Revolução Social* (anarquista), num artigo assinado por G. Viana, informa terem entrado em greve de solidariedade 300 chapeleiros de Braga,

²⁶⁷ *O Chapeleiro* de 20 de Junho de 1909.

²⁶⁸ Tal redução pautal corresponderia, aliás, ao aumento de 40 réis pedido pelos operários (*Protesto Operário* de 21 de Julho de 1889). Este aumento do preço de venda dos chapéus parece estranho, por se ter verificado antes da promulgação da pauta. A chapelaria de pêlo do Porto atravessava, entre 1870 e 1880, uma fase de relativo crescimento (Oliveira Martins, *O Repórter*, II, p. 315), mas nos finais da década de 1880 assiste-se a um crescendo no número de chapéus importados, cada vez mais baratos. Enquanto, em 1872, cada chapéu ficava por 1\$267 réis, em 1888 o preço era apenas de 426 réis (*Inquérito Industrial*, 1890). Mais uma vez remetemos

O PS apoiará a greve, através de convocatórias para manifestações e da organização de uma subscrição pública. Poucos dias após o início da greve, a Federação dos Trabalhadores do Norte convoca um comício a que assistirão alguns milhares de trabalhadores. A reunião não deixará mais uma vez de levantar alguns receios por parte das autoridades: o governador civil dá ordem para que se dissolva o comício à menor palavra de ofensa aos patrões, tendo a reunião operária decorrido sob o olhar atento das forças do Exército ²⁶⁹. Durante o comício é distribuído um comunicado em que se pede o apoio de todos os trabalhadores do Norte para uma «causa tão justa» como seja a greve agora iniciada pela «briosa e digna classe dos operários chapeleiros» ²⁷⁰, decidindo-se também ²⁷¹ nomear uma comissão para contactar o governador civil, numa tentativa para que esta autoridade ou «resolva a questão» entre operários e patrões, ou deixe de interferir no contencioso. A 14 e 21 de Julho realizam-se também comícios em Lisboa, promovidos por uma «comissão operária» apoiada pelo PS ²⁷².

À medida que a greve se prolonga, alguns industriais começam a ceder, sendo cada vez mais difícil manter unido o grupo operário. O jornal anarquista *A Revolução Social* refere que, a certa altura, os apropriadores começaram a mostrar sinais de cansaço e desejos de voltar ao trabalho ²⁷³, o que parece ter sucedido nalguns casos, como se depreende das participações à polícia de várias agressões a operários (presumivelmente «amarelos») ²⁷⁴. Nos finais de Agosto, e depois em Setembro, cedem ainda outros industriais, mas a greve continuará ²⁷⁵, havendo ainda, nesta última data, 75 operários que resistem. A greve acabará finalmente, após várias tentativas de *lock-out*, quando os patrões se decidem por um aumento de 30 réis em cada chapéu ²⁷⁶.

Ao contrário do que sucede com a maioria das greves dos chapeleiros, para as quais só dispomos de fontes de inspiração socialista, temos desta greve um relato de raiz ideológica diferente — a do jornal anarquista *A Revolução Social* —, interessante porque nos revela uma linguagem totalmente diferente e bem pouco adequada ao carácter aristocrático deste grupo operário. Embora os anarquistas apoiem a movimentação dos chapeleiros e se entusiasmem, em particular, com o avultado número de

o leitor para o trabalho de Maria de Fátima Bonifácio em «Cadernos de Documentação GIS», a publicar brevemente.

²⁶⁹ Não é só a presença das forças repressivas a ser usada como forma de desmobilizar os operários. Depois da reunião fazem-se prisões e são arrolados os bens do Montepio (*A Revolução Social* de Agosto de 1889).

²⁷⁰ *Protesto Operário* de 14 de Julho de 1889, 30 de Junho de 1889 e 7 de Julho de 1889.

²⁷¹ *Ibid.* de 7 de Julho de 1889. Segundo *O Século*, ter-se-iam manifestado divisões entre os operários no decorrer destas reuniões de apoio aos chapeleiros, coisa que o *Protesto Operário* de 28 de Julho de 1889 nega.

²⁷² Também aqui há notícias de divisões, tendo havido mesmo um distúrbio motivado pelo facto de não ter sido concedida a palavra a um operário anarquista (*A Revolução Social* de Agosto de 1889).

²⁷³ *A Revolução Social* de Agosto de 1889.

²⁷⁴ *Protesto Operário* de 1 de Setembro de 1889.

²⁷⁵ *Ibid.* de 25 de Agosto e 22 de Setembro de 1889.

²⁷⁶ Como devia ser frequente, os patrões, pouco tempo após o fim da luta, voltam a praticar salários mais baixos. Neste caso sabemos que, passados alguns meses, são retirados os 15 réis de aumento a que estavam já reduzidos os 30 iniciais e, subsequentemente, ainda lhe retiram os outros 15 réis (*Protesto Operário* de 18 de Julho de 1893).

trabalhadores que acorrem aos comícios por altura da greve, o tom dominante é de crítica feroz à actuação dos dirigentes socialistas, não só por se sentarem «vergonhosamente» à mesa com os patrões, como por conferenciarem com o governador civil ²⁷⁷. A crítica dos anarquistas dirigir-se-á fundamentalmente à «maldade» das cúpulas socialistas, uma vez que, de acordo com o seu ponto de vista, as «bases» eram potencialmente boas e revolucionárias. Às primeiras se dirigirá, portanto, a ameaça no sentido de deixarem a «massa ignorante» à vontade, isto é, liberta da «perniciosa» ideologia socialista.

Ao contrário do que sempre sucedera com os socialistas, os anarquistas aconselham claramente os chapeleiros a usarem a violência. Em particular, recomendam-lhes que lancem fogo às fábricas e que assaltem os armazéns dos géneros alimentícios, conselho que, dada a situação e a ideologia destes trabalhadores, tinha, obviamente, poucas probabilidades de ser seguido. À «maldita legalidade» dos socialistas opõem os «anarquistas-comunistas», como se autodesignam, a violência mais extrema e a cólera popular.

Em si próprio, o fenómeno da greve era visto de forma completamente diferente pelos dirigentes socialistas e pelos anarquistas. Enquanto, para os primeiros, as greves serviam principalmente para a defesa dos velhos direitos e para a obtenção de «melhoramentos», para os anarquistas as greves só eram legítimas quando propulsoras da acção revolucionária, ou seja, quando contribuíam para o advento do «grande dia em que o tufão revolucionário [viria] varrer todas as imundícies da corrompida burguesia» ²⁷⁸.

Mas, a estas vozes exaltadas, os chapeleiros preferiram sempre o «reformismo» socialista, que lhes assegurava, no imediato, alguns, embora poucos, benefícios. Por conseguinte, não encontraremos, em nenhuma das suas greves, a desordem, a turbulência e a violência típica daqueles que nada tinham a perder. Pelo contrário, existiu sempre uma ordem bem diferente da raiva incontida e da espontaneidade rebelde dos conflitos liderados pelos anarquistas.

b) DEPOIS DA PAUTA

Pouco a pouco, as regalias salariais obtidas na greve de 1889 foram sendo anuladas pelos patrões, enquanto se agravava, simultaneamente, o custo de vida ²⁷⁹. E, facto decisivo, em 1892 fora finalmente promulgada a tão esperada pauta alfandegária ²⁸⁰. Não tardou muito tempo antes que os operários verificassem que os benefícios que dela advinham lhes estavam

²⁷⁷ *A Revolução Social* de Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 1889.

²⁷⁸ *Ibid.* de Outubro de 1889. A violência era, para os anarquistas, propiciatória da vitória nas greves e, em última análise, da revolução, posição exposta com clareza no seu jornal:

«Se a violência se tivesse manifestado logo nos primeiros dias da greve, se, em vez de se irem entregar manietados nas mãos do governador civil, tivessem lançado fogo às fábricas e cometido outras violências, a questão há muito que estaria resolvida.»

E, desta forma, não só teriam os chapeleiros obtido o que desejavam, como teriam também, o que era bem mais importante, contribuído para «despertar o resto do operariado adormecido» (*A Revolução Social* de Agosto de 1889).

²⁷⁹ Ver M. H. Pereira, «Niveaux de consommation, niveaux de vie au Portugal (1874/1922)», in *Annales*, n.ºs 2-3, Março-Junho de 1975.

²⁸⁰ *Protesto Operário* de 29 de Janeiro de 1893.

a ser indirectamente «roubados» pelos patrões. Assim, a falta de cumprimento das promessas que lhes haviam sido feitas pelos industriais fará eclodir, no Porto, uma importante greve, derrotada em Setembro de 1893, após três meses de acesa luta, greve que representa bem o clima de expectativa frustrada que a promulgação da pauta fizera nascer no seio do operariado chapeleiro.

No Verão de 1893, os chapeleiros olham ainda a pauta recém-promulgada como o milénio por fim conseguido:

«Felizmente, as novas pautas, afastando dos mercados os produtos alemães e ingleses, modificaram um pouco este estado de coisas [a crise], e a situação da indústria é mais desafogada.»

O pedido de aumentos salariais não tardaria a surgir²⁸¹. Forma-se, entretanto, em Lisboa uma comissão de chapeleiros, a fim de elaborar uma lista de reivindicações, tendo um industrial (o patrão conserveiro Inácio da Costa, da antiga Fábrica A. Roxo) cedido imediatamente às reivindicações salariais²⁸². Poucos dias depois, a maior parte dos patrões da capital seguiam-lhe as pisadas.

Mas no Porto a situação é totalmente diferente²⁸³. Tendo também sido formada uma comissão operária, que elabora uma tabela para pagamento da mão-de-obra, os patrões recusam-se aqui a aceitá-la, apresentando uma contraproposta que os operários consideram inviável. No princípio de Julho entram, portanto, em greve cerca de 500 chapeleiros portuenses²⁸⁴, percentagem relativamente elevada da classe, embora inferior à da greve de 1899. Exceptuam-se os chapeleiros da Fábrica Social, empresa que, «furando» a frente patronal, atende desde logo o pedido dos operários²⁸⁵, enquanto a empresa Costa Braga mantém uma posição intransigente, tendo sido à roda dela que se concentrou grande parte do conflito.

A causa primordial residia, como vimos, na desilusão com a política patronal neste período pós-pauta. Num comício organizado pela Federação das Associações do Porto a favor dos grevistas, um orador chapeleiro afirma, referindo-se às pautas, que elas «vingaram e nós ficámos na mesma, [...] apesar de eles [patrões] terem aumentado o preço dos chapéus 210 réis»²⁸⁶. Os benefícios que a pauta trazia aos industriais eram inequívocos, e daí a raiva incontida por parte dos operários. Agora que os patrões podiam satisfazer-lhes os pedidos de aumento salarial, os chapeleiros continuavam na mesma situação. À pergunta sobre o que, ao cabo e ao resto, os industriais haviam dado à classe, um chapeleiro escrevia: «chicote para o lombo»²⁸⁷. A partilha dos frutos da pauta não podia ser mais desigual.

A tabela de reivindicações exigia uma nova lista de preços de mão-de-obra, o dia de 10 horas de trabalho (para os fulistas, apropriadores e

²⁸¹ *Protesto Operário* de 21 e 28 de Maio e 4 de Junho de 1893.

²⁸² Infelizmente, não conseguimos apurar os quantitativos dos aumentos pedidos, quer em Lisboa quer no Porto.

²⁸³ *A Voz do Povo* de 5 de Julho de 1893.

²⁸⁴ *Protesto Operário* de 9 de Julho de 1893 (das fábricas de Luís António da Silva, Vitorino de Almeida, Simão Nazareth e J. Monteiro da Cunha). *A Voz do Povo* de 5 de Julho de 1893 diz que os grevistas eram em número de 300.

²⁸⁵ *A Voz do Povo* de 7 de Julho de 1893.

²⁸⁶ *Protesto Operário* de 18 de Julho de 1893.

²⁸⁷ *Ibid.*, id.

enformadores, prevendo-se que todo este pessoal passasse a trabalhar por empreitada), um novo regulamento de aprendizagem²⁸⁸ e a constituição de uma comissão de vigilância, formada por operários e representantes da administração²⁸⁹. Perante estas reivindicações, a direcção da empresa Costa Braga concede-lhes apenas um pequeno aumento salarial, mantendo-se, contudo, inflexível quanto ao regulamento interno, ponto demasiado sensível para transigências.

A fim de afastarem de si suspeitas e ódios, após os jornais terem noticiado a reunião ocorrida na empresa Costa Braga, os operários respondem não serem indivíduos «exigentes, desarrazoados e sem justiça nas suas reclamações»²⁹⁰. Entretanto, as negociações arrastam-se, com múltiplas tentativas de engano e «manha» de parte a parte, aumentando progressivamente a desconfiança e endurecendo a luta.

A greve é dirigida pela Federação das Associações Operárias²⁹¹, que de novo dá aos chapeleiros portuenses apoio moral e material, organiza subscrições e comícios e monta piquetes contra os «amarelos»²⁹². Não faltarão, na realidade, incidentes vários com fura-greves ao longo deste duro conflito, alguns até com tiros²⁹³, tendo-se também verificado um certo número de prisões. O ambiente em certas zonas do Porto agita-se ao ponto de as casas de alguns industriais terem tido de ficar sob vigilância da Polícia.

A AC de Lisboa apoia a luta dos seus colegas. Denuncia, no *Protesto Operário*, a acção do patronato do Norte e a justeza do pedido dos operários²⁹⁴ e começa desde logo a recolher subscrições para os grevistas — dos pedreiros, dos metalúrgicos, dos tanoeiros, dos corticeiros, etc., tendo inclusivamente os operários do ramo da mobília de ferro decidido contribuir com 5 % do seu salário semanal²⁹⁵. Em Setembro, o jornal louva a «campanha rude, o espectáculo digno e o procedimento altivo desses operários» que lutam desesperadamente contra o capital, «mantendo ílesa a bandeira operária»²⁹⁶. Por fim, também os chapeleiros da Fábrica Social resolvem dar 20 % dos seus salários aos grevistas, colocando mesmo a hipótese de elevarem a sua ajuda até 30 % ou 40 %²⁹⁷.

Em Agosto, a greve arrasta-se «como luz que bruxuleia, soprada pelo vento»²⁹⁸, sem que se vislumbre qualquer hipótese de conciliação. Embora o governador civil recuse o papel de árbitro, afirma-se pronto a parlamentar com comissões representativas de ambos os lados²⁹⁹, mas os operários, ou, pelo menos, os seus dirigentes, mantêm-se reticentes em abdicar de

²⁸⁸ *A Voz do Povo* de 25 de Julho de 1893.

²⁸⁹ *Ibid.* de 26 de Agosto de 1893.

²⁹⁰ *Ibid.*, id.

²⁹¹ O *Protesto Operário* de 8 de Outubro de 1893 defenderá que o fracasso da greve derivou da actuação da Federação, que «orgulhosamente» quis manter as reivindicações máximas. Ver também *Protesto Operário* de 29 de Outubro de 1893.

²⁹² Os patrões tentam arrebanhar — sem grande êxito — operários de S. João da Madeira. Temos notícia de que pelo menos numa fábrica os chapeleiros paralisam, por os patrões os quererem obrigar a «fazer obra» para as empresas do Porto (*A Voz do Povo* de 29 de Julho de 1893).

²⁹³ Sobre o comício e os incidentes ver *A Voz do Povo* de 8, 9 e 11 de Julho de 1893.

²⁹⁴ *Protesto Operário* de 9 de Julho de 1893.

²⁹⁵ *Ibid.* de 23 e 30 de Julho de 1893.

²⁹⁶ *A Voz do Povo* de 22 de Julho de 1893.

²⁹⁷ *Ibid.* de 19 de Agosto de 1893.

²⁹⁸ *Protesto Operário* de 10 de Setembro de 1893.

²⁹⁹ *A Voz do Povo* de 11 de Agosto de 1893.

algumas reivindicações centrais (o dia normal de 10 horas, a regulamentação de aprendizagem e o tipo de pagamento), pelo que as conversações de novo se malogram.

Na segunda metade de Agosto já só estão em greve 166 operários, tendo havido bastantes grevistas que decidiram abandonar o Porto para trabalhar em fábricas fora da cidade. O vigor inicial havia-se dissipado, com todo o cortejo de dificuldades que uma greve longa acarreta. À medida que a luta se prolonga, certas reivindicações vão sendo abandonadas (o regulamento interno, a venda de obra por acabar, a questão dos «defeitos», o pagamento das horas extraordinárias), enquanto se mantêm as essenciais, que não são pequenas (as 10 horas, a comissão mista reguladora dos aprendizes e a negociação da tabela salarial). Paralelamente, o ambiente entre os operários chapeleiros começa a degradar-se³⁰⁰.

O punhado de chapeleiros que resistem começam a encarar a hipótese da criação de uma cooperativa de produção³⁰¹, sinal de que a greve não se poderia manter por muito mais tempo. De facto, nos princípios de Setembro, a greve termina, gradualmente, empresa a empresa³⁰², com a tristeza das lutas perdidas. Os termos em que a imprensa da época a descreve — «[...] a questão que há tempo se ventila na chapelaria [foi resolvida] sem quebra de dignidade para ambas as partes³⁰³ — estão longe de transmitir o que de facto se passou e o extraordinário impacto negativo que a greve viria a ter na memória colectiva deste grupo operário.

O ano de 1893 constituiu um dos momentos cruciais em que o antagonismo patrão-operários rebenta em toda a sua dureza. As marcas da greve, «essa desgraçada questão»³⁰⁴, serão profundas, tendo a classe ficado muito «abatida». Após a derrota de 1893, os chapeleiros compreendem duramente a fragilidade da sua posição³⁰⁵.

Descreveremos, por fim, com um certo pormenor duas greves reveladoras da fraqueza definitiva deste grupo : a primeira, que ocorreu em 1909, na fábrica de Manuel Augusto da Silva, bem característica da tentativa de implantar novas relações laborais e importante pela sua amplitude e duração. A segunda, que se verificou em S. João da Madeira, em 1914, provocada pelas resistências à máquina.

A 10 de Julho de 1909³⁰⁶, os 33 fulistas da empresa de Manuel Augusto da Silva³⁰⁷, de Lisboa, encetam uma longa greve. Alegando que a mão-

³⁰⁰ *A Voz do Povo* de 11 de Agosto de 1893. Vale a pena ler os comentários ao «pouco tino» com que foi conduzida a greve na fase final no *Protesto Operário* de 29 de Outubro de 1893, que publica uma carta de um dirigente chapeleiro de Lisboa atacando o falso «revolucionarismo» da Federação, que «preferia que se perdesse tudo menos a sua vaidade e arrogância!»

³⁰¹ *Ibid.* de 6 de Setembro de 1893.

³⁰² Nos finais de Setembro há ainda mais de 30 chapeleiros desempregados, para 17 dos quais o governador civil arranja colocação (*A Voz do Povo* de 23 de Setembro de 1893).

³⁰³ *A Voz do Povo* de 9 de Setembro de 1893.

³⁰⁴ *Protesto Operário* de 25 de Fevereiro de 1894

³⁰⁵ Apesar de tudo, entre aquela data e o advento da República verificam-se algumas greves, a maior parte isoladas e sobre as quais pouco se sabe (*O Chapeleiro* de 24 de Maio de 1909).

³⁰⁶ Para a história desta greve, muito bem documentada, ver os vários números de *O Chapeleiro*, em especial o de 18 de Julho de 1909.

³⁰⁷ Esta fábrica empregava então 102 homens e 125 mulheres. *O Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 48 (1909), afirma que todos os operários aderiram à greve desencadeada pelos fulistas, adesão que parece ter-se desmembrado durante o conflito. (Ver também F. Emídio da Silva, *As Greves* [...], cit.)

-de-obra dos fulistas estava ali a ser mais mal paga do que em outras fábricas, estes chapeleiros pedem aumentos salariais, a abolição do «função» (isto é, obra enformada em preto e por arrasar, trabalho particularmente prejudicial à saúde) e o pagamento dos defeitos que não fossem da responsabilidade dos operários. Posteriormente manterão o solicitado aumento de 10 réis em cada chapéu, admitindo, no entanto, que se fabricasse o «função», desde que melhor pago, e acrescentando agora duas novas reivindicações: que os operários não fossem obrigados a ensinar aprendizes ³⁰⁸ e que todo o pessoal grevista fosse readmitido sem vinganças, «pois não devia haver cabeças de motim» ³⁰⁹.

É, por um lado, o novo tipo de relações laborais — a «escravidão», «iniquidades» e «violências» do patrão ³¹⁰ — e, por outro, o tipo de obra que os chapeleiros têm agora de fabricar, com matérias-primas singularmente defeituosas — «borras, pó e lã» —, que irão provocar, e manter, este longo e duro conflito ³¹¹. Sob o pano de fundo da «ganância» geral do industrialismo, aparece agora a «série inenarrável de propotências, vexames e extorsões» ³¹² dum odiado patrão. A uma época, agora idealizada, em que as relações de trabalho se processavam num clima relativamente harmonioso contrapõe-se um novo tempo, em que é possível a um industrial considerar os seus operários como «apenas máquinas de produzir, e não como homens com capacidade para compreender que uma parte do que ardiloso ou violentamente lhes era extorquido lhes pertencia de direito» ³¹³, tempo cruel e incompreensível, atravessado por estranhas leis e ditames.

O patrão acede, logo no início da greve, a receber uma comissão de operários, mas recusa-se a dar-lhes o aumento salarial pedido, argumentando tal não lhe ser possível devido à concorrência da indústria nortenha e aos baixos salários que ali pagavam aos operários ³¹⁴. Mas os operários decidem prosseguir com a paralisação.

Só superficialmente era a greve causada por uma questão salarial. Tão-pouco era o perfil psicológico individual do patrão, M. A. Silva, o ponto central. Foram, no fundo, as características do novo patrão capitalista e das novas relações de trabalho que provocaram o conflito. É um facto que a luta é vista e conduzida contra um patrão odiado, e tanto mais odiado quanto tinha, devido à sua militância republicana, pretensões «democratas» e «fingidos propósitos de humanitarismo». É ao «democrata Silva», ao «político da moda e da actualidade», que são dirigidos a maioria dos insultos; mas é o ressentimento perante um novo tipo de patrão, distante, frio e

³⁰⁸ No decorrer da greve, o patrão consegue que um chapeleiro aceite ensinar oito aprendizes, vindos da sua terra de origem (*O Chapeleiro* de 28 de Novembro de 1909).

³⁰⁹ *O Chapeleiro* de 14 de Novembro de 1909.

³¹⁰ Vezes sem conta havia a fábrica de Manuel Augusto da Silva sido apontada como um exemplo negativo de más relações; não admira, assim, que a apelidassem de «Bastilha Lisbonense» (*O Chapeleiro* de 22 de Outubro de 1905) e que criticassem o seu «regulamento militar» e as «ordens imensamente despóticas» aí dadas aos trabalhadores (*O Chapeleiro* de 10 de Setembro de 1905).

³¹¹ Sobre as práticas que os operários classificam de «fraudulentas» ver o seu «Manifesto» no suplemento ao n.º 7 de *O Chapeleiro* de 17 de Agosto de 1909.

³¹² *O Chapeleiro* de 29 de Agosto de 1909.

³¹³ *Ibid.*, id. (sublinhado meu).

³¹⁴ Respondendo às afirmações do patrão, *O Chapeleiro* de 14 de Novembro de 1909 argumentava não ser verdade que, no Norte, o trabalho fosse mais mal pago que em Lisboa, acrescentando ainda o facto de no Porto os operários terem a vantagem de produzir trabalho «bem combinado e suave».

calculista, que está na base do conflito ³¹⁶. Certos jornais diários, nomeadamente os mais ligados ao Partido Republicano, haviam, de facto, retratado este industrial como um patrão particularmente afável e amigo dos seus operários, pelo que *O Chapeleiro* sente a necessidade de denunciar tanto o falso filantropismo como as opções políticas do patrão:

«O patrão-modelo, grande benfeitor da humanidade, apologista da simpática trilogia da Revolução Francesa — Liberdade, Igualdade, Fraternidade —, resulta assim tal qual é, *simples homem de negócios, com uma moeda no lugar do coração.*» ³¹⁸

Diferentemente do que sucedia com grande número de trabalhadores lisboetas ³¹⁷, é possível que, dadas as suas preferências socialistas, muitos destes chapeleiros olhassem com pouca simpatia o movimento republicano em ascensão. Aliás, tanto este industrial de Lisboa, como o empresário Costa Braga, do Porto, são acusados de tentarem forçar os operários a participar em «bambochatas» eleitorais, o primeiro pelo Partido Republicano, o segundo pelo Partido Regenerador ³¹⁸, tendo o ódio ao patrão Silva ³¹⁹ levado inclusivamente à composição de um longo poema escrito por um operário, intitulado *Ao Silva, Chapeleiro*, poema cujo extracto que aqui se inclui ilustra bem o tipo de relações laborais vigentes:

Ó senhor D. Patrão! Ó Silva chapeleiro.
Burguês de fina raça, industrial roceiro,
Tu és republicano? Explorador moderno
Não és não, nem és Silva, és um espinho eterno
Cravado no trabalho ingrato dos chapéus.
Mas tu queres fazer dos operários réus? ³²⁰

³¹⁵ Não era a primeira greve que se verificava nesta fábrica; já em Outubro de 1900 se havia ali desenrolado um conflito que dera origem a uma greve geral da chapelaria lisbonense, greve sobre a qual possuímos muito pouca informação, mas que sabemos ter durado alguns (quantos?) meses (*O Chapeleiro* de 17 de Abril de 1910). A ela aderiram bastantes chapeleiros da capital (cerca de 400, segundo *O Século*); tinha como reivindicação central um pedido de aumento salarial. O patrão A. M. Silva entra em *lock-out* quando tem conhecimento de que os seus operários se haviam reunido na respectiva associação, pelo que os grevistas passam a lutar também pelo direito à associação (*O Século* de 18, 19, 30 e 31 de Outubro de 1900 e 2, 3, 5, 12, 15, 16, 17, 19 e 29 de Novembro de 1900).

³¹⁶ *O Chapeleiro* de 15 de Agosto de 1909 (sublinhado meu).

³¹⁷ Ver, a propósito da relação entre o movimento operário e o republicanismo, V. Pulido Valente, *op. cit.* Para uma visão diferente consultar M. Villaverde Cabral, *A Situação do Operariado nas Vésperas da República*, cit.

³¹⁸ *O Chapeleiro* de 28 de Novembro de 1909. As diferenças políticas não comovem os chapeleiros, que vêem tanto num como noutro o patrão que, «logo que seja preciso explorar quem trabalha», se deixa de ideais para se unir na exploração do operário.

³¹⁹ Ódio esse que abrange o encarregado Benjamim, um «vilão» particularmente detestado, até por ter saído das fileiras operárias. As queixas contra os encarregados, «esses feitores de roça», esses «gerentes de pechisbeque», enchem regularmente as páginas dos jornais operários.

³²⁰ *O Chapeleiro* de 15 de Outubro de 1905. Um dos *slogans* usados durante a greve de 1909 é exactamente «hoje não é como em 1900», lembrando a falta de cumprimento, por parte do patrão, do que ficara acordado no fim da luta. Embora nada se possa afirmar com segurança na ausência de ulterior investigação sobre as origens sociais do patronato chapeleiro, é provável que este patrão, do qual durante todo o século XIX não temos quaisquer notícias, pudesse ter saído recentemente,

Dada a gravidade do conflito, não admira que os chapeleiros lisboetas propusessem formas de luta particularmente duras, como o «*boycote*» e a «*sabotage*»³²¹. Se o «*boycote*» era um tipo de prática tradicional, que ia da interdição de trabalhar em certas empresas³²² ao pedido aos consumidores para não gastarem de alguns produtos³²³, já a «*sabotage*» revela uma nova forma de luta, dificilmente aceitável por artesãos, orgulhosos do objecto que fabricavam. Mas os tempos eram outros e cruéis e *O Chapeleiro* mais de uma vez chamaria a atenção para as possibilidades da sabotagem, relembrando, a propósito, o ditado popular «má paga, mau trabalho»³²⁴.

Em finais de Novembro, o movimento ameaça abrir falhas e os apropriadores, que se haviam comprometido a não acabar obra vinda do Norte, começam a ceder³²⁵. Torna-se urgente terminar o conflito. Mas a atitude não conciliatória do patrão leva a que, quase até ao final, o antagonismo se ponha em termos frontais: «[...] ou vence o pessoal, ou vence o patrão.»³²⁶ A 26 de Dezembro, isto é, ao fim de cinco meses, termina a greve. O tom em que o jornal da classe noticia o termo do conflito está longe de denotar júbilo: «Não nos regozijamos com vitórias nem tão-pouco com as transigências havidas na solução a que se chegou.»³²⁷ Ao longo de toda a sua duração, o jornal *O Chapeleiro*, cujo papel, quer na mobilização operária, quer na angariação de subsídios, nunca será de mais salientar, acompanhou eficazmente a greve. O jornal constituiu um importante meio de informação, mobilização e pressão durante toda a luta, publicando, por exemplo, nomes de chapeleiros que não socorriam os grevistas (iniciando inclusivamente uma secção intitulada «Galeria dos fardetas», cujo único objectivo consistia em expor à indignação e ira populares os indivíduos que traíssem o movimento), louvando os mais destacados apoios, encorajando os grevistas, etc.

A greve não se poderia ter mantido durante tão longo período sem os auxílios vários que recebeu: a começar, dos seus colegas do Norte, que, logo que o conflito rebenta, deliberam apoiar moral e materialmente os grevistas, tendo efectuado subscrições nas oficinas, não só do Porto, como dos outros centros chapeleiros. O Congresso Nacional Operário manifesta também o seu apoio aos grevistas. E, à medida que a luta se prolonga, muitas são as AC das mais diversas profissões que lhes enviam socorros, prova de que, tratando-se embora de um grupo restrito e privilegiado, era também capaz de, em determinados momentos, mobilizar outros grupos de trabalhadores — sapateiros, corticeiros, marceneiros, tipógrafos e até negociantes de ovos — e de angariar o apoio, quer do Partido Socialista, quer

ao contrário do que sucedia com Costa Braga (de uma família de várias gerações de industriais chapeleiros), das próprias fileiras operárias. Na verdade, se uma grande fábrica de chapéus exigia já um mínimo de capital, uma pequena empresa do ramo estaria, em princípio, ao alcance de qualquer oficial chapeleiro, não sendo a linha demarcatória entre patrão e oficial inultrapassável.

³²¹ Registe-se o carácter importado de ambas as práticas, revelado pelo uso do termo original francês (*O Chapeleiro* de 14 de Novembro de 1909).

³²² *O Chapeleiro* de 13 de Agosto de 1905.

³²³ *Ibid.* de 13 de Agosto e 19 de Novembro de 1905.

³²⁴ *Ibid.* de 17 de Setembro de 1905.

³²⁵ *Ibid.* de 28 de Novembro e 12 de Dezembro de 1909.

³²⁶ *Ibid.* de 12 de Dezembro de 1909.

³²⁷ *Ibid.* de 26 de Dezembro de 1909. A interpretação dada por F. Emídio da Silva no seu livro *As Greves* não é totalmente correcta ao caracterizar o resultado da greve como «uma vitória», embora custosíssima.

até, o que é mais surpreendente, do Partido Republicano ³²⁸. Uma nova solidariedade, ultrapassando os limites sectoriais e regionais, estava em vias de formação, solidariedade que aglutinava num todo não só artesãos, mas trabalhadores fabris, e até certas camadas do sector dos serviços.

É ainda de registar a adesão internacional que esta greve recebeu: embora já no final da greve, a AC dos Chapelheiros de Lisboa recebe um telegrama da Federação dos Operários Chapelheiros franceses a oferecer o seu apoio ³²⁹. Além das ajudas mencionadas, os grevistas tentarão ainda, dentro de uma velha tradição que lhes era particularmente adequada, fundar uma nova cooperativa de produção ³³⁰.

Aliás, ambas as partes em litígio procuraram usar a imprensa para justificar as respectivas posições, o patrão escrevendo para *O Século*, os operários mantendo o seu jornal em permanente pé de guerra verbal ³³¹. E, se os operários procuram unificar à sua volta os restantes trabalhadores, também o industrial lisboeta tenta obter o apoio dos colegas, pedindo, a certa altura, aos industriais do Porto que não dessem trabalho a eventuais grevistas que para ali se deslocassem ³³².

Em resumo, de uma posição em que, enquanto trabalhadores altamente especializados, podiam os chapelheiros impor aos patrões certas reivindicações (e é de notar que as primeiras greves de chapelheiros foram breves, não por se encontrar a classe numa posição de fraqueza, mas exactamente pela razão contrária), nas vésperas da República encontravam-se numa situação de entrincheirada resistência e agonia prolongada. Depara-se-nos, em 1909, uma classe chapelheira, que, para vencer, e mal, uma greve tem de lutar cinco longos meses, obtendo uma ambígua vitória com um definitivo sabor a morte. De facto, poucos meses depois do acordo, o patrão irá mecanizar o que restava de fabrico manual dentro das oficinas, com o propósito declarado de estrangular futuras reclamações operárias ³³³, despedindo, poucos meses depois, vários fulistas ³³⁴. Em 1909 não existia já a aristocracia que, quarenta anos antes, conseguia enfrentar, com um relativo êxito, o patronato chapelheiro.

A 3 de Novembro de 1914 rebenta em S. João da Madeira um grave motim, envolvendo um elevado número de operários, motim que assumirá um carácter extremamente violento. Num comício muito concorrido decidem os chapelheiros enviar uma comissão aos patrões da firma Oliveira e Palmares com o objectivo de lhes pedir que não mecanizem a fábrica prestes a entrar

³²⁸ As subscrições atingiram um montante importante (*O Chapelheiro* de 17 de Abril de 1910), destacando-se o apoio financeiro dado pelos chapelheiros do Porto e pelos operários tabaqueiros. Mas a lista de agremiações que envia dinheiro é muito grande, publicando o jornal regularmente um extracto das contas.

³²⁹ *O Chapelheiro* de 26 de Dezembro de 1909. Os chapelheiros franceses haviam tido conhecimento da greve através de *O Chapelheiro*. (Ver também *O Chapelheiro* de 16 de Janeiro de 1910.)

³³⁰ A 6 de Agosto de 1909 é fundada em Lisboa uma cooperativa de chapéus com 500 obrigações de 1\$000 (*O Chapelheiro* de 29 de Agosto de 1909).

³³¹ É também como consumidor que o público é chamado a colaborar ao lado dos trabalhadores, não comprando chapéus fabricados na fábrica envolvida na greve. (Ver *O Chapelheiro* de 15 de Agosto de 1909.)

³³² Para o caso de os industriais nortenhos estarem dispostos a ceder ao pedido de M. A. Silva, *O Chapelheiro* acha oportuno lembrar-lhes que este industrial admitira vários operários do Norte na sua empresa aquando da greve de 1893.

³³³ *O Chapelheiro* de 13 de Março de 1910.

³³⁴ *Ibid.* de 28 de Agosto de 1910. Estes fulistas despedidos irão tentar arranjar trabalho em Braga, onde a indústria era ainda predominantemente manual.

em laboração, exigindo-lhes simultaneamente que despeçam os técnicos alemães entretanto contratados. Por fim, pedem também uma nova tabela salarial. Esta comissão é acompanhada por uma multidão de operários, munida de varapaus, machados, caçadeiras e chuços³³⁵, multidão que tumultuosamente tenta assaltar o edifício³³⁶. Segundo o relato de *O Radical*, uma multidão de mais de mil pessoas, «em atitude ameaçadora», havia-se dirigido à empresa, tendo arrombado a porta principal e um grupo penetrado no escritório de um dos patrões, que, «temendo um ataque à sua vida», se responsabiliza, por escrito, a aceder a todas as suas reclamações.

Invocando não existir no País pessoal habilitado, a firma Oliveira e Palmares decidira, de facto, recrutar alguns operários alemães, que haviam chegado entretanto a S. João da Madeira. Quer para o operariado, quer para os pequenos patrões de uma indústria regional ainda predominantemente manual, a perspectiva de desemprego, para os primeiros, e da concorrência, para os segundos, constituíam motivo suficiente para considerar a nova fábrica como um perigo a esconjurar. Não é, portanto, de estranhar que o aparecimento desta fábrica mecanizada tenha aglutinado contra ela, não só a raiva dos operários, mas também o ódio dos pequenos patrões, apesar do espanto do jornal *A Opinião*, que se admira com o facto de os operários terem conseguido a «adesão de outras classes», nomeadamente o apoio dos pequenos industriais e dos comerciantes³³⁷.

Entretanto, a comissão de operários havia recebido um ofício da empresa a satisfazer por completo as suas aspirações, ofício em que se informava tencionar a empresa despedir os alemães e suspender o trabalho mecânico, a fim de evitar perturbações da ordem pública e descontentamentos na classe chapeleira, acrescentando ainda estarem somente à espera da matéria-prima para poderem recomeçar o trabalho «como dantes»³³⁸. Esta estranha missiva terminava com o pedido aos operários para que se dignassem comunicar quais as condições em que queriam trabalhar, sem ficarem os patrões sujeitos a novos tumultos. A esta carta responderam os operários perguntando quanto tempo careciam os patrões para o desmantelamento das máquinas, ao que de novo pressurosamente respondem os industriais tencionar iniciar os trabalhos no dia imediato, interrogando ainda, no mesmo tom submisso, se poderiam trabalhar com a «bastissoza» e com as máquinas de afinar. Patenteando o «seu profundo reconhecimento pelo modo altruísta» como os patrões haviam resolvido a questão, responde a AC que os patrões deveriam manter as condições de trabalho tradicionais, pedindo que não pusessem a funcionar as máquinas de afinar, pois aquelas iriam prejudicar muito as afinadeiras. Quanto à «bastissoza», concordam, no entanto, que seja utilizada, facto que nos causa alguma estranheza, uma

³³⁵ Para a descrição romanceada do motim ver J. Silva Correia, *Unhas Negras*, Lisboa, Guimarães, 1953.

³³⁶ Ver os jornais *O Radical* de 4, 7 e 14 de Novembro de 1914 e de 2 de Dezembro de 1914, *A Opinião* de 8, 12 e 19 de Novembro de 1914 e de 13 de Dezembro de 1914 e *O Chapeleiro* de 1 de Novembro e 6 de Dezembro de 1914.

³³⁷ Sobre esta aliança ver também o já citado romance de J. Silva Correia, pp. 84-86. Sabe-se também que o administrador do concelho é, a certa altura, forçado a multar vários comerciantes, que não haviam respeitado o estado de sítio, mantendo-se abertos fora de horas, numa manifestação de «amizade» pelos operários (*A Opinião* de 8 de Novembro de 1914).

³³⁸ Esta carta teria muito provavelmente sido preparada pelos operários, que obrigaram os patrões a assiná-la.

vez que aquela máquina afectava profundamente os trabalhadores mais especializados. Esta reacção leva-nos, portanto, a concluir que provavelmente uma parte substancial do trabalho ali feito consistia no acabamento manual de chapéus já enformados.

Esta troca de correspondência é reveladora das ambições operárias, quer quanto a relações laborais, quer no que respeita a mecanização (discriminando entre as máquinas que poderiam ser utilizadas sem grande prejuízo para os operários em luta e as que, pelo contrário, provocariam desemprego) ³³⁹.

Entretanto, nos dias que se seguem ao conflito, «estando tudo em sossego», chegava a S. João da Madeira uma força do 3.ª batalhão de infantaria n.º 24, de Ovar, juntamente com elementos da polícia cívica de Aveiro, permanecendo nesta localidade durante algum tempo, a fim de patrulharem as instalações da fábrica, tendo inclusivamente sido declarado o estado de sítio. Pouco depois chegam também os delegados dos chapeleiros do Porto, que se deslocam a S. João da Madeira a fim de se inteirarem da situação, havendo, de novo, contactos entre os patrões e uma comissão de operários. Durante esta reunião, os patrões concordam que, em virtude do compromisso tomado com a AC (ainda que, como afirmam, sob coacção) ³⁴⁰, não porão as máquinas em funcionamento sem que aquela organização os desobrigue da palavra dada. A esta comunicação juntam, apesar de tudo, a ameaça definitiva e fatal da transferência da fábrica para outra localidade.

Por outro lado, a empresa faz uma série de propostas de colaboração aos pequenos industriais locais, mas aqueles manter-se-ão claramente ao lado dos operários na sua oposição à maquinaria. Aliança inglória, luta sem esperança, pois também aqui, neste último reduto de trabalho manual, os operários viriam a ser vencidos pelas máquinas. Não só permanecem os alemães na localidade ³⁴¹, como, em princípio de Dezembro, a fábrica entra em laboração, com parte do pessoal a trabalhar só alguns dias por semana e sob a ameaça de futuras reduções salariais ³⁴².

Resta analisar, por fim, como comentou a imprensa operária este conflito. Para esse efeito dispomos de duas fontes, *O Chapeleiro*, do Porto, e *O Trabalho*, de Setúbal. Num artigo publicado no primeiro, depois de se reconhecer que ninguém podia, de facto, impedir os industriais de fazerem nas suas fábricas o que entendessem, lamenta-se, no entanto, que o propósito dos patrões, ao comprarem as máquinas, não fosse o aperfeiçoamento da indústria, mas, muito pelo contrário, a mera concorrência no mercado e a obtenção de lucros, desprestigiando desta forma uma arte outrora tão próspera e dignificada e «arruinando sem dúvida a classe que, na mesma indústria, empregava a sua actividade, atirando com ela para o monturo da miséria onde se contorce» ³⁴³. Assim, a máquina não é criticada enquanto

³³⁹ Ver M. Perrot, art. cit.

³⁴⁰ A comissão operária negará tal facto e exigirá, como contraproposta, que a firma garanta o trabalho a todo o pessoal, nas condições anteriores.

³⁴¹ Testemunho da hostilidade aos operários alemães é o facto de aqueles só se deslocarem escoltados por elementos do Exército ou da Polícia (*O Chapeleiro* de 6 de Dezembro de 1914).

³⁴² *O Chapeleiro* de 6 de Dezembro de 1914. Há notícias de prisões de operários (*O Chapeleiro* de 6 de Dezembro de 1914). Veja-se também a descrição de J. Silva Correia, *op. cit.*

³⁴³ *Ibid.* de 22 de Novembro de 1914.

tal, é-o antes pelas motivações que levam à sua introdução: em vez de ter como fim a melhoria das condições de vida dos operários, ela apenas serviria para satisfazer a «ganância dos patrões».

Num outro artigo, assinado por um chapeleiro e publicado no jornal da classe, defende-se (em resposta a um comentário pouco favorável surgido no jornal local *A Opinião* ³⁴⁴) que os operários apenas condenavam a máquina por causar a ruína da indústria, o que, como veremos, é uma das mais populares teses antimáquinas entre o operariado ³⁴⁵. Além disso, o articulista apresenta também, a propósito deste levantamento operário, as razões que, do seu ponto de vista, explicavam a mecanização — ao permitir dispensar pessoal operário, ela fazia que a produção se tornasse mais barata, tornando, portanto, possível ao industrial que primeiro a introduzisse «rechaçar os demais» através do aumento da produção, do seu «barateamento» e falsificação ³⁴⁶.

Este motim de S. João da Madeira teve suficiente impacto, ao nível nacional, para que um jornal socialista de Setúbal, *O Trabalho* ³⁴⁷, se debruçasse sobre ele, chamando a atenção para a gravidade da mecanização, num país e num momento em que o desemprego grassava. Preconiza, assim, como única solução a regulamentação da máquina e a proibição da aprendizagem por um período transitório. Este jornal aproveita ainda a ocasião para, a este propósito, denunciar o liberalismo, criticando os governos que «preconizavam a liberdade da concorrência fabril, não olhando às consequências para o operariado» e aconselhando, por fim, os chapeleiros a fazerem ver ao Governo que «os imortais princípios da não intervenção nos domínios da indústria e do comércio já de há muito [haviam dado] o que tinham a dar» ³⁴⁸, inserindo o conflito de S. João da Madeira no contexto mais global da mecanização e do desemprego.

Em pleno século xx deparam-se-nos, portanto, em S. João da Madeira, certos traços de ludismo mais ou menos visível e que assumiram, nesta particular conjectura, um carácter violento. No entanto, devido ao seu isolamento, tal conflito seria facilmente «sanado» pelas forças repressivas que para ali foram enviadas pelo Governo.

Que concluir quanto à eficácia das lutas dos chapeleiros e, em particular, daquelas mais centradas na oposição à máquina? É evidente que, a prazo, tais resistências e conflitos não impediram o desenvolvimento da mecanização e da acumulação capitalista. Como vimos, nas vésperas da primeira guerra mundial era já sobre os escombros desta velha aristocracia que se erguia a fábrica nova. Não poderemos, contudo, afirmar que tudo se passaria da mesma forma na ausência das lutas verificadas; ou seja, este tipo de conflitos moldou indubitavelmente a marcha e o ritmo do desenvolvimento industrial. Nas primeiras greves é ainda clara a necessidade sentida pelos patrões de satisfazerem, pelo menos em parte, as reivindicações dos trabalhadores. De facto, é possível argumentar-se que, até certo ponto, as lutas deste grupo de artesãos-assalariados conseguiram, por um breve momento, opor um travão às tentativas patronais para alterarem as condições de produção tradicionais, momento que, do presente em que os chapeleiros estavam inseridos, representava a sua sobrevivência.

³⁴⁴ *A Opinião*, citada em *O Chapeleiro* de 6 de Dezembro de 1914.

³⁴⁵ *O Chapeleiro* de 6 de Dezembro de 1914.

³⁴⁶ *Ibid.*, id.

³⁴⁷ Citado em *O Chapeleiro* de 6 de Dezembro de 1914.

³⁴⁸ *O Chapeleiro* de 6 de Dezembro de 1914.

Por outro lado, principalmente a partir da década de 1890, é nítida a sua fraqueza estrutural. Se agora lhes era finalmente possível rasgar o véu das ilusões criadas pelo livre-cambismo e ver claramente no patrão um inimigo irredutível, é também verdade que a luta estava para eles perdida. Ironicamente, o reconhecimento do antagonismo de classe surgia exactamente no momento em que o seu poder negocial diminuía. Não bastou, portanto, a súbita lucidez do olhar para vencerem. Pelo contrário, mesmo se mais «conscientes», mesmo se mais «autónomos» nos seus objectivos, os operários chapeleiros do final do século XIX estavam irremediavelmente condenados. Paradoxalmente, os factores que lhes haviam aberto os olhos para o «egoísmo» patronal eram os mesmos que contribuíam para a sua morte: o patrão havia-se tornado, com a mecanização, um adversário invencível.

V

ATTITUDES EM RELAÇÃO AO PROGRESSO: OS OPERÁRIOS E A MÁQUINA

Como vimos, contrariamente ao que se passou em Inglaterra, o processo de industrialização português caracterizou-se pelo seu carácter extremamente lento e desarticulado. Isto poderá talvez explicar que as reacções operárias contra a mecanização tenham assumido em Portugal um carácter menos violento e uma dimensão menor do que é habitual atribuir-se a movimentos congéneres em Inglaterra. De facto, até bastante tarde, a mecanização não constituiu uma estratégia economicamente racional para um capitalismo que podia dispor de uma mão-de-obra rural abundante e miserável e cujos mercados, em muitas zonas, estavam livres da concorrência estrangeira.

Ao opor-se à máquina, o trabalhador lutava fundamentalmente contra o desemprego e procurava manter o seu nível de vida tradicional, o que incluía, evidentemente, factores não monetários, como a autonomia e a dignidade. Não era, portanto, à máquina, enquanto tal, que o trabalhador reagia, mas à ameaça que ela representava, em particular no que dizia respeito às alterações às relações de produção tradicionais ³⁴⁹. Era, em última análise, a qualquer factor que pusesse em causa tais relações que os trabalhadores objectavam: estavam contra as máquinas, como estavam contra os aprendizes, ou contra os «amarelos». Daí que, em situações nas quais a máquina não alterasse significativamente a posição do operário na produção (como, por exemplo, nas minas), não haja notícias de movimentos contra a mecanização ³⁵⁰.

³⁴⁹ Ver Karl Marx, *O Capital*, cit., vol. I, xv, 5.

³⁵⁰ As afirmações de M. Perrot (art. cit.) sobre as velhas aristocracias operárias francesas e o seu suposto fascínio, embora mesclado, pela máquina não podem, parece-nos, ser aplicadas como tais ao grupo operário que neste artigo analisámos. Na opinião de M. Perrot, sob a influência de condicionalismos complexos, a classe operária francesa, ou, pelo menos, as suas camadas superiores, ter-se-iam facilmente convertido à máquina. Parece-nos, no entanto, que é importante distinguir entre as atitudes da *élite* e das bases operárias, no que a este tópico diz respeito, o que M. Perrot nem sempre faz, pois por vezes tende a considerar o grupo operário como um todo coeso e monolítico.

Vejam agora a forma como os chapeleiros olharam o progresso tecnológico no Portugal de Oitocentos ³⁵¹. Na parte sobre as lutas e greves registámos já as reticências à introdução de certas máquinas na indústria. Limitar-nos-emos agora ao estudo da ideologia explícita, tal como aparece formulada pela *élite* dos chapeleiros, em particular nos jornais *Protesto Operário* e *O Chapeleiro* ³⁵².

É possível que as diversas teses antimáquinas que foram sendo elaboradas no tempo tivessem evoluído, mas é muito difícil analisar essa variação, uma vez que as fontes de que dispomos para a análise da ideologia dos chapeleiros só iluminam determinados períodos, representando aliás emissores relativamente diversos. De facto, se aqui e ali é possível respigar opiniões de um ou outro chapeleiro sem quaisquer responsabilidades políticas ou sindicais, o *Protesto Operário* revela-nos, sobretudo, mesmo quando os artigos são assinados, como frequentemente o são, por chapeleiros, a opinião culta e marxizante dessa *élite* que sabia ler e escrever e que tinha, além disso, acesso à palavra impressa. Por outro lado, o facto de esses chapeleiros escreverem no jornal oficial do Partido Socialista não é evidentemente um factor dispiciendo: aquele Partido tinha já criado (ou, melhor, importado) uma teoria ortodoxa sobre a questão, limitando-se, na maioria dos artigos, a glosar o tema. Finalmente, se o ódio à máquina rebenta, com particular violência, a partir da última década do século passado, ele não deixa de estar presente em fases anteriores, embora, de certa maneira, dominado pela estratégia interclassista baseada nos pedidos de protecção. De certa forma, o jornal *O Chapeleiro*, porque mais perto dos problemas quotidianos dos trabalhadores e mais distante das preocupações das *élites* do Partido, revela melhor o sentir genuíno das bases.

Os argumentos contra a máquina cedo deixam de se limitar a cordatos pedidos a patrões, invocando principalmente a santidade e a justiça das reclamações. À fase inicial, em que a denúncia era principalmente feita em termos morais (aliás, muitos deles indo ao encontro de um sentimento difuso, ao nível social global, de que o emprego da máquina era injusto), seguir-se-á um período em que os dirigentes chapeleiros irão tentar elaborar uma teoria, comprovando os malefícios inevitáveis que à própria indústria e ao público consumidor a produção mecânica acarretava.

Mais uma prova de que o movimento operário português não estava, de forma alguma, isolado do contexto internacional, um dos primeiros artigos sobre o tema, publicado em 1890, no *Protesto Operário* é a tradução (enviada para este jornal por um chapeleiro) de um artigo intitulado «A máquina e a fabricação do feltro» ³⁵³. Apesar de o emissor da ideologia ali contida ser, portanto, um estrangeiro, vale a pena, apesar de tudo, deixar registados os seus principais temas, dado que o jornal em causa contribuiu certamente para a formação das ideias dos chapeleiros quanto à mecanização.

³⁵¹ Para um ponto de vista burguês relativamente à mecanização ver, por exemplo, Henrique Moreira, *Influência das Máquinas sobre o Progresso Económico*, Porto, Anselmo de Moraes, 1868.

³⁵² É de notar que em ambos os jornais aparecem diversos tipos de opiniões, frequentemente hierarquizadas segundo as páginas em que são publicadas: a opinião ortodoxa aparece geralmente no editorial, ou na primeira página, enquanto as vozes mais heterodoxas são relegadas para as últimas páginas.

³⁵³ *Protesto Operário* de 6 de Abril de 1890. O artigo original fora publicado no jornal profissional dos chapeleiros franceses, *L'Ouvrier Chapelier*.

Começa o artigo por salientar que a aplicação das máquinas à indústria da chapelaria havia provocado uma revolução, não só técnica — «no que respeita ao ofício» —, mas também social — «a moral, os costumes da gente do ofício [...] a solidariedade das reivindicações e a fraternidade entre companheiros, tudo está mudado.» O artigo destina-se sobretudo a analisar a tática a seguir perante a mecanização, interrogando-se explicitamente sobre se a mesma constituiria um progresso ou um retrocesso. E desde logo aponta, o que não deixa de ser significativo, as desvantagens das máquinas: «As máquinas trouxeram à chapelaria um grave prejuízo para o operário, tanto do ponto de vista moral como do material e intelectual»; e explica porquê: «[...] as máquinas têm diminuído a capacidade técnica do operário e, por este facto, minguido a sua preponderância, que originava a sua força.»

Se as máquinas não serviam os operários, serviam, como é óbvio, os interesses dos capitalistas:

«[...] os patrões aproveitam-se das máquinas, na firme intenção de reduzir o operário à condição de trabalhador braçal, com o fim de o poderem explorar mais a seu cómodo.»

A desqualificação do trabalho operada pela máquina e a submissão a que os trabalhadores ficavam sujeitos eram factos quotidianamente vividos pelos operários chapeleiros portugueses; daí que a denúncia, articulada neste contexto, de «poderem [os patrões] aumentar o número de operários desta indústria, meio eficaz de diminuir os salários, pois está provado que quantos mais braços há sem fazer nada [...] mais diminuem os salários», ou seja a denúncia da constituição, na indústria, de uma reserva laboral, fizesse todo o sentido e pudesse, portanto, ser entendida pelos operários que, na base, sentiam tais efeitos, mesmo quando não podiam, ou não sabiam, articulá-la.

Refere ainda o articulista que, antes da introdução da máquina, qualquer indivíduo que pretendesse tornar-se chapeleiro (e, em particular, fulista) levava muitos anos até lá chegar, não se conseguindo jamais ser um bom oficial «senão com muito tempo, muita experiência e inteligência». O facto de todas, ou quase todas, as técnicas que os chapeleiros precisavam de aprender terem sido suprimidas pela máquina, «em detrimento do trabalhador», é claramente percepcionado. O articulista reconhece aliás a cegueira dos primeiros fulistas: «Antes de haver máquinas, o oficial fulista orgulhava-se do seu ofício e dizia — não tememos as máquinas porque estamos certos de que nunca poderão vencer as dificuldades do nosso ofício», posição obstinada que os levará, durante alguns anos, a não quererem ver a realidade.

Mas vale a pena debruçarmo-nos com algum pormenor sobre outras teses que foram surgindo a propósito deste tópico. Uma das teses mais populares era a da imperfeição do trabalho mecânico. Tanto para os dirigentes, como para o vulgar operário fulista, o trabalho arrematado à mão era sempre visto como mais bem acabado. Esta denúncia do trabalho mal feito (tal como a recusa do uso de matérias-primas deficientes) enquadra-se bem no orgulho que os artesãos sempre sentiram pelo trabalho bem executado ³⁵⁴. Uma das poucas vozes que nos chegaram, pertencendo

³⁵⁴ Ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, cit., p. 261.

provavelmente a um desses operários, é uma carta que *O Chapeleiro* publica a 4 de Julho de 1909. O facto de o jornal tomar as suas distâncias, numa nota de redacção em relação a este escrito leva-nos a crer que aquele «assinante» representaria a corrente de opinião partilhada pelos sectores «selvagens» dentro da classe. Naquela carta afirma-se claramente que «havemos de combater com toda a nossa energia a mecânica empregada na chapelaria, porque nada produz em condições». Se o jornal era capaz de assumir a tese da imperfeição do produto feito à máquina³⁵⁵, já o mesmo se não passava quanto à defesa de uma posição inequívoca de rejeição da mecanização. É por isso que a direcção do jornal se sente na necessidade de acrescentar àquela carta a afirmação de que o jornal não combatia a mecânica, embora reconhecendo que até à data «nenhum valor artístico» havia produzido.

A posição oficial do jornal será sempre a de canalizar o ódio à máquina para a «ganância do industrialismo», que, tendo conseguido o proteccionismo, tinha abusado da confiança dos operários e se havia apropriado da pauta exclusivamente a seu favor. Em resumo, enquanto certos operários tendiam a ver na máquina o inimigo a abater, porque lhes roubava o trabalho e o pão e, ao fazê-lo, os aniquilava, outros, em particular os dirigentes, cuja consciência era já atravessada por dimensões diversas, preferiam abster-se de ataques à mecanização, julgados como «retrógrados».

O consenso gerava-se assim mais facilmente na apreciação da produção mecânica do que na táctica a adoptar. Mas os adjectivos que irrompem, mesmo nos textos «cultos», falam-nos desse ódio profundo e generalizado no que às máquinas dizia respeito: por exemplo, a 31 de Outubro de 1909, *O Chapeleiro* incluía um artigo em que se afirmava que «o mal consistia em ter esses ferros *ferrugentos e imundos* a produzir trabalho, que até causa pena vê-lo tão mal manufacturado»³⁵⁶. Se os adjectivos nos deixam, por vezes, entrever a opinião recalcada (e dominada) no seio do grupo operário, também as ameaças veladas que, aqui e ali, alguns artigos não deixam de incluir nos revelam o sentir provável de grande parte dos chapeleiros. O desejo de vingança não estava, de facto, longe da superfície, mesmo no caso dos dirigentes mais respeitáveis³⁵⁷.

Um segundo tipo de argumento apresentado contra a máquina era o de que as fábricas mecânicas iriam inevitavelmente à falência, uma vez que os industriais não só não dispunham de capitais suficientes para manterem tais aperfeiçoamentos técnicos, como não possuíam mercados para o aumento da produção. Por exemplo, quando, após a greve de 1909, Manuel Augusto da Silva decide introduzir mais máquinas na sua fábrica, o jornal operário lembrar-lhe-á que «uma fábrica assim montada, segundo os modernos aperfeiçoamentos, carecia de uma grande exportação, que não podia alcançar»³⁵⁸.

Ainda um outro tipo de afirmação antimáquina, e esta de teor mais classista, defendia ser a máquina a causadora directa dos tempos difíceis que os chapeleiros atravessavam. Numa longa lista de efeitos negativos surge a afirmação de que a mecanização conduzia, entre outras coisas, à

³⁵⁵ Este argumento era também um dos mais frequentemente utilizados pelos operários franceses (M. Perrot, art. cit.).

³⁵⁶ *O Chapeleiro* de 27 de Março de 1910 (sublinhado meu).

³⁵⁷ Veja-se nomeadamente o ditado «Quem com ferro mata com ferro morre», ressuscitado pelos chapeleiros durante a greve de 1909.

³⁵⁸ *O Chapeleiro* de 13 de Março de 1910.

quebra da solidariedade operária. «Com a invasão da mecânica», escrevia *O Chapeleiro*, «o proletário vê-se forçado a competir com o seu companheiro de ferro.»³⁵⁹ A máquina destruíra, portanto, aquilo por que os chapeleiros mais haviam lutado — a coesão grupal —, sendo ainda vista e denunciada como uma arma nas mãos do patronato, para «estrangular as reivindicações operárias»³⁶⁰. Mas a forma como a máquina afectava a vida dos operários tinha efeitos mais profundos, como, por exemplo, o tipo de disciplina que gerava. «Chegaram as máquinas», escrevia um chapeleiro no jornal da classe, «e agora vereis a sineta, a característica sineta conventual, substituída pelo ruidoso silvar da máquina, chamando o pessoal ao dever, entoando em coro o hino do trabalho forçado.»³⁶¹ A identificação clássica trabalho fabril = trabalho forçado surge espontaneamente na voz deste operário, que, como tantos outros artesãos, considera o trabalho nas fábricas uma forma particular de escravidão.

De resto, uma das primeiras e mais duradouras acusações contra a mecanização fora exactamente a de que ela retiraria aos trabalhadores a sua autonomia tradicional. Já em 1889 os fulistas da fábrica de Agostinho Roxo se queixavam de que, ao desqualificar o ofício, a máquina permitia aos patrões «escolher os trabalhadores como o Governo escolhe soldados»³⁶². Se nem todas as posições marxistas eram facilmente aceites, esta afirmação, concorde em tudo com a mais pura ortodoxia, era, pelo contrário, entendida pela maioria dos trabalhadores, por corresponder com exactidão aos problemas que sentiam no seu dia-a-dia. Para acreditarem nela não eram assim precisas grandes doses de doutrinação socialista; bastava que os dirigentes articulassem e divulgassem as teses centrais do marxismo.

Se é difícil, como dissemos, obter exemplos do que pensaria um chapeleiro médio, já o mesmo não sucede quanto às opiniões da *élite* que escrevia para os jornais. A dificuldade reside apenas na selecção, pois dispomos de muitos artigos sobre o tema das máquinas. Vimos já alguns casos de posições «cultas» publicadas nas páginas do *Protesto Operário*. Dispomos ainda de alguns outros artigos surgidos n' *O Chapeleiro* em 1905 e, depois, de 1909 até 1914.

O primeiro exemplo é um artigo assinado, não por um chapeleiro, mas por um sócio honorário da Federação dos Operários Chapeleiros Portugueses, Emídio de Oliveira, um típico patrono dos operários³⁶³. Mais do que acusar a mecanização, o artigo procura antes pôr em causa o sistema capitalista, apontando paralelamente para uma ordem social diferente. Começando por acusar o novo regime capitalista pelas crises de sobreprodução que provoca³⁶⁴ e, em particular, pelo facto de que «a famigerada balança, que por tantos anos funcionou belamente, sob a lei da oferta e da procura, está ferrugenta e já ninguém se entende com esta instabilidade das leis

³⁵⁹ *O Chapeleiro* de 18 de Julho de 1909.

³⁶⁰ Vejam-se as apreciações que o jornal *O Chapeleiro* tece durante a greve na fábrica de Manuel Augusto da Silva.

³⁶¹ Sobre a noção do tempo fabril e sua oposição ao velho tempo pré-industrial ver o artigo de E. P. Thompson, «Time, work-discipline and industrial capitalism», in *Past and Present*, n.º 38, 1967.

³⁶² *Protesto Operário*, n.º 400, de 29 de Dezembro de 1889.

³⁶³ *O Chapeleiro* de 17 de Dezembro de 1905.

³⁶⁴ Também por esta altura, o jornal operário *A Greve* de 13 de Abril de 1908 critica as fábricas mecânicas pelas crises de sobreprodução que provocam.

económicas», este «amigo dos chapeleiros» avisava ainda os operários que não deviam acreditar no argumento dos patrões de que «os mercados estavam retraídos», pois tais afirmações eram fundamentalmente usadas para os ilibar das culpas que só a eles deviam ser assacadas, uma vez que não produziam «para a demanda, mas para o lucro». O que os operários deveriam criticar, e naturalmente alterar, era precisamente a organização social capitalista, e em particular o princípio do lucro.

Analisemos agora um editorial publicado n' *O Chapeleiro* ³⁶⁵, em Maio de 1910, que veicula a posição culta e marxista sobre o tema da máquina. Após citar «a soberba obra», isto é, *O Capital*, o articulista vai tentar divulgar o que ali se contém sobre a revolução operada pela máquina e qual o programa de acção que aos operários cabe pôr em prática. A primeira, e interessante, distinção que aqui se faz é a separação, no seio do proletariado, entre o operário «consciente» e o «inconsciente», esperando que o «insensato e inconsciente de ontem, que, num gesto de desespero, [quebrava] os primeiros teares e [perseguiu] o inventor de aldeia em aldeia», estivesse em vias de desaparecimento, para dar lugar ao operário consciente, que, visionando já uma outra ordem, e em nome dela, conduziria uma acção, não no sentido de partir as máquinas, mas no de delas se apoderar. O operário «consciente» não odiava, portanto, a máquina, nem pretendia a sua destruição, mas desejava que ela deixasse de ser propriedade do burguês para passar a propriedade colectiva, tornando, desta forma, mais suave a forma de produzir e mais barata a produção. A posição final do artigo vai no sentido de exigir aos operários que não se oponham cegamente à mecanização, mas que lutem antes por objectivos mais dignos e «modernos».

Um outro exemplo de discurso de tipo erudito surge-nos em 1911, também no jornal *O Chapeleiro*. Começa o artigo por criticar a máquina por estar na base dum tipo de organização produtiva particularmente odiosa — a fábrica —, tendo contribuído para o desaparecimento dum outro tipo organizativo, bastante mais benéfico, a indústria a domicílio. Como escreve este articulista, a máquina criara a fábrica, que «mais não [era] do que uma ilusão, forçando a um trabalho árido e fatigante centenas de trabalhadores que antes eram livres e a quem tornou escravos do capitalismo». E, facto mais grave ainda, em lugar de o aumento de produção ir parar às mãos dos trabalhadores (que poderiam desta forma reduzir o seu horário de trabalho), aquele excedente era apropriado pelos capitalistas, os «improdutivos, que, senhores das máquinas, [exploravam] vilmente as classes trabalhadoras, confiadas no auxílio da força pública, que os Estados, com maior solicitude, [punham] às suas ordens sempre que o proletariado parecia querer, num supremo esforço, reclamar o seu lugar à mesa do banquete do viver» ³⁶⁶.

O papel do exército laboral que a máquina tornava utilizável era igualmente apontado como um factor negativo:

«Como devido ao excesso de produção, existe um exército enorme de trabalhadores inactivos por falta de trabalho; logo que alguns

³⁶⁵ *O Chapeleiro* de 1 de Maio de 1910 (o artigo é assinado por J. Fernandes Alves, possivelmente um intelectual, não se excluindo a hipótese de se tratar de uma tradução).

³⁶⁶ *Ibid.* de 6 de Agosto de 1911.

operários, revoltando-se contra a prepotência patronal, abandonam o trabalho, resolvidos a só o retomarem quando satisfeitas as suas reclamações, vêm à porta da fábrica centenas de miseráveis como eles prontos a substituí-los.»

Ao provocar o desemprego, a máquina colocava os trabalhadores numa posição de sujeição total em relação ao patrão. A máquina era, portanto, vista, ao longo deste artigo, como afectando negativamente o operário em duas áreas: por um lado, transformava o operário num escravo, obrigando-o a um «trabalho árduo e fatigante» e a aceitar todas as «prepotências patronais»; por outro, era imoral, porque, em vez de beneficiar os produtores, revertia a favor dos «senhores das máquinas», que «vilmente» exploravam os trabalhadores.

Se a máquina era vista, num futuro longínquo e radioso, como «base principal da felicidade humana», não devendo portanto ser criticada enquanto tal, reconhecia-se, no entanto, que, na organização social vigente, ela «dava origem a mil e um factores anómalos, injustificados e incompreensíveis». À pergunta: «Condenar a máquina?», responde enfaticamente o artigo: «Não! Nunca! A máquina, que, tendo criado o regime de salário, lhe preparou depois a redução, fomentando a mais horrorosa miséria, não pode, nem deve, ser combatida, porque é a ela que, no futuro, cumprirá a produção de tudo o que deverá constituir a felicidade dos povos.» Fica assim bem claro que é em nome do «futuro» e da «felicidade dos povos» que se condenam os «pecados» ludistas.

Podemos ainda analisar um outro artigo ³⁰⁷ sobre o tema das máquinas, publicado pelo conhecido chapeleiro e dirigente socialista Carmo Barão, revelando aliás uma notável confusão de ideias, expostas nesse estilo retórico e empolado tão típico do autodidacta ³⁰⁸: «Nós, os escravos assalariados, sempre sujeitos à dura lei brônzea», lamenta-se Carmo Barão, «teremos que enfrentar a mecanização, com a luta pela expropriação», acrescentando que «quando a laboração e o ruído gigantesco das grandes e colossais fábricas paralisam, transparece, através da neblina poeirenta da sociedade carcomida, a solução da expropriação, que o socialismo moderno aponta para além», cumprindo, no intervalo triste, «suavizar tão degradante situação», através da regulamentação da introdução das máquinas, de forma que os operários «não [sejam] imolados tão bestialmente pela miséria cruciante em holocausto à burguesia triunfante».

Mais uma vez se recupera neste artigo a tese de que a mecanização afectava negativamente, não só os operários, mas também os patrões. E também mais uma vez este dirigente chapeleiro tende, em nome do futuro e da inevitabilidade do progresso, a considerar despropositados os ataques à sua mais visível expressão, isto é, à máquina; na sua opinião, a luta contra os «gigantes ciclopes de ferro» era inútil, tratando-se, antes, de deles se apoderar.

Um artigo publicado, em 1914, n' *O Chapeleiro* deixa transparecer uma perspectiva um pouco diversa da habitual e que, por incluir uma análise da

³⁰⁷ *O Chapeleiro* de 1 de Setembro de 1912.

³⁰⁸ Ver o artigo de J. Pacheco Pereira em que se foca o autodidactismo operário, publicado no *Diário de Notícias* de 28 de Agosto de 1979; e também M. F. Mónica, *Moulding the minds of the people: Views on popular education in 20th century Portugal*, comunicação à Conferência sobre Portugal Moderno, New Hampshire, 1979.

base material da ideologia pró-máquina, nos parece particularmente interessante. Respondendo às críticas vulgarmente apresentadas aos operários que resistiam à mecanização, diz: «Sim quem nos fala nesse tom são aqueles que, com a aplicação da mecânica, usufruem os proventos dessa laboração extraordinariamente multiplicada, sem olhar às suas funestas consequências no seio da classe produtora.» Mais: «[...] quem nos fala nessa atitude conselheiral são os detentores dos instrumentos de trabalho», a quem, evidentemente, não convém mencionar que a máquina é «a causa primordial da flageladora situação em que os trabalhadores se encontram». Ali se apontam ainda os efeitos que a máquina provocava nos operários, tais como «a baixa de salários, o despedimento dos salarizados, a falta de aprendizagem», tudo levando, afinal, à «dor e miséria» dos trabalhadores, enquanto, para o burguês, ela mais não representava do que «o lucro, a expansão industrial, o gozo inebriante sobre a exploração alheia»³⁶⁹. Há, pelo menos, dois termos novos neste artigo. Em primeiro lugar, longe de defender que a mecanização levava à ruína dos patrões, admite-se, por fim, que as máquinas podiam, pelo contrário, conduzir à expansão e prosperidade industrial³⁷⁰. A ameaça inicial segue-se o reconhecimento do facto de que os industriais ganhavam com a mecanização. Em segundo lugar, surge, numa lista de efeitos negativos, não tanto a perda de autonomia, mas a baixa salarial, o que pode revelar a gradual formação do novo tipo de operário, mais movido por incentivos monetários do que pela reivindicação da autonomia na produção.

A organização sindical tratará também da questão da máquina no II Congresso dos Operários Chapeleiros, que em Dezembro de 1911 reúne em Lisboa³⁷¹, sendo a posição oficial adoptada a de que as máquinas constituíam o principal factor de miséria que se abatera sobre a profissão, reconhecendo-se ainda que o excesso de produção devido à máquina originava, não só constantes crises de desemprego, mas a entrega do trabalho «a gente do campo e mulheres sem o menor merecimento», que se sujeitavam a trabalhar dia e noite por salários ínfimos. Finalmente, a Federação Nacional elaborará, em Dezembro de 1914, um projecto de representação a enviar ao Parlamento, em que se pedia a regulamentação da mecânica, «no intuito de que se não agrave mais a miséria [...] exasperando uma população numerosa e trabalhadora». Mas, nas vésperas da primeira guerra mundial, a velha aristocracia chapeleira estava em vias de completo desaparecimento. Gradual e tristemente, os chapeleiros resignavam-se³⁷². A reivindicação do abandono da mecanização aparecia agora lado a lado com o pedido da sua regulamentação³⁷³.

³⁶⁹ *O Chapeleiro* de 16 de Agosto de 1914.

³⁷⁰ O ponto de vista contrário coexiste com este (ver, por exemplo, mais ou menos pela mesma altura, o artigo publicado em *O Chapeleiro* de 18 de Outubro de 1914, aquando dos conflitos em S. João da Madeira).

³⁷¹ *O Chapeleiro* de 31 de Dezembro de 1911.

³⁷² Em 1 de Novembro de 1914, *O Chapeleiro* queixa-se amargamente da reduzida comparência à reunião da assembleia magna da associação de classe, que incluía, na sua ordem de trabalhos, a questão da introdução de máquinas na indústria. Estranhamente, é por esta altura que o jornal começa a publicar regularmente, em itálico, palavras de ordem particularmente agressivas, do tipo: «As fábricas mecânicas são motivo do estado desgraçado em que se encontra a indústria de chapelaria. Urge pois promover-lhes a guerra.»

³⁷³ Os chapeleiros pediam também aos patrões «mecânicos» que só utilizassem nas suas fábricas os operários que já lá estavam a trabalhar, pagos segundo o esquema anterior. Propõem ainda ao Governo que obrigue esses patrões a pagarem contribuições mais elevadas do que as pagas pelos industriais «manuais».

Concluindo, depararam-se-nos, ao longo da análise aqui feita, algumas teses centrais. Entre elas, a mais antiga, que afirmava ser imoral a sua utilização (por causar miséria e dor), seguidamente, a de que o trabalho feito à máquina era imperfeito, e depois a de que as fábricas mecanizadas iriam à falência, as duas últimas tentando colocar o problema de forma aparentemente «altruísta», a primeira de aviso ao consumidor, a segunda de ameaça velada aos patrões. Mas a máquina era principalmente criticada pelos efeitos que tinha nos próprios trabalhadores: causava desemprego, quebrava a solidariedade operária, «estrangulava» as reivindicações dos trabalhadores, criava um tipo de disciplina mais rígido do que o tradicional e retirava aos chapeleiros a autonomia antiga. Verificámos, por fim, como «o vibrante tilintar do ferro e o ruído dantesco das engrenagens» era atravessado pela luta de classes que envolveu todo o processo de industrialização.

Vimos também que o discurso culto dos dirigentes chapeleiros era mais facilmente permeável pelos ideais iluministas do que o das suas bases, mais apegadas ao concreto da sua situação material e menos habituadas aos discursos e controvérsias socialistas. Para os primeiros, que mais facilmente aceitavam a crença oitocentista no progresso, a tese de que havia que aceitar os sacrifícios presentes em nome de uma luta «esclarecida» fazia um certo sentido. Mas, dada a situação da maioria dos chapeleiros, o discurso «culto» não penetrava, ao nível da sua consciência, com a facilidade que certos relatos tendem a assumir.

Para o chapeleiro que seria posto no desemprego se a mecanização prosseguisse ao ritmo desejado pelos patrões (e a questão do ritmo, se para nós é dispicienda, para aqueles que a viveram fazia todo o sentido), a tese da expropriação futura das máquinas tinha menos impacto do que a ideia de que se lhes devia resistir. Se é indefensável afirmar-se que estes operários não pensavam ou não viviam senão no presente, sendo incapazes de raciocinar a prazo, é certamente justo argumentar-se não lhes ser materialmente possível alongar-se de mais em considerações sobre um paraíso qualquer que havia que implantar na Terra, pois a transição podia, para eles, significar a morte física. E, perante uma ameaça tal, a luta «cega» recupera todo o seu significado, mesmo quando ela lhes acarretava, como acarretou, o epíteto vergonhoso de portadores de uma «falsa» consciência de classe.

Os chapeleiros do final do século passado lutaram afinal para não serem *abruptamente* colocados perante uma situação de miséria e desemprego. Era, de facto, uma luta de retaguarda, e era por isso que, neste ponto, a doutrina marxista, que continha no seu seio uma outra racionalidade, mais voltada para o futuro, encontrava dificuldades de absorção.

Há aliás vestígios de uma curiosa mistura de projectos de sociedade, mesmo no discurso culto, tema que não poderemos abordar aqui sem correremos o risco de nos afastarmos de mais do tema deste artigo. Basta notar, por agora, que, mesmo a este nível, muitas das afirmações estavam longe de constituir um todo homogéneo e articulado. As tensões entre a nostalgia de um passado mitificado, um presente duro e cruel e o sonho de uma sociedade igualitária e socialista estão bem patentes a quem leia os seus artigos e discursos, naturalmente atravessados por lógicas contraditórias, desde as aspirações «basistas» de um regresso à autonomia corporativa à argumentação elaborada pelos intelectuais socialistas. Não se está aqui a afirmar haver duas lógicas estanques e separadas entre as bases e os seus dirigentes. Longe disso: é muito provável que tanto uma como outra fossem, pelo contrário, atravessadas por esses dois diferentes

pólos, o socialista e o ludista, podendo coexistir contraditoriamente, até ao nível da consciência individual. Na realidade, não existiriam chapeleiros para quem, em momentos e a níveis diferentes, um discurso faria mais sentido do que o outro, invertendo-se depois a situação? Não será admissível imaginar-se que o mesmo chapeleiro *pensasse*, em certos momentos, que o que havia a fazer era expropriar as máquinas e construir o socialismo e que, em outras alturas, fosse o primeiro a *reagir* à introdução da máquina na sua fábrica? Os próprios dirigentes que escreviam artigos dentro da mais pura ortodoxia marxista não teriam, no concreto quotidiano da vida fabril, um comportamento bem diverso daquele que, ao nível verbal, afirmavam como desejável e propunham aos operários «conscientes»?

Infelizmente, é impossível tratar a problemática da tensão entre a ideologia expressa e as práticas a partir das escassas fontes de que dispomos ³⁷⁴. Mas o seu mero enunciado evita o erro de postular de uma identidade e uma homogeneidade dentro do grupo operário que jamais existiram.

CONCLUSÃO

Ao aceitar acriticamente a tese de que quaisquer lutas ou ímpetus revolucionários teriam sempre de provir dos proletários, a historiografia tradicional subalternizava necessariamente a militância dos artesãos. A investigação posterior viria provar que, bem pelo contrário, haviam sido frequentemente velhos grupos de artesãos a conduzir as primeiras e mais duras lutas contra o sistema capitalista. Num primeiro momento, a maioria dos novos proletários eram, economicamente, demasiado miseráveis e, politicamente, demasiado inexperientes para poderem lutar com eficácia contra o sistema. Além disso, a desqualificação retirava-lhes poder contratual, dado que os patrões os podiam substituir facilmente sempre que se manifestassem contra as suas prepotências. E não dispunham, como os artesãos, de uma tradição organizacional na qual se inspirar para formar estruturas de luta eficazes e duradouras.

Ao analisar o desenvolvimento das organizações sindicais, verificámos que os chapeleiros possuíam ainda muitos elementos da ética artesanal, centrada na exaltação do trabalho bem feito, nos valores da autonomia e da solidariedade e na luta pela independência. As associações de classe não se limitaram aos seus tradicionais fins mutualistas, mas dedicaram-se também à organização de greves e outras formas de luta.

Escolhemos os chapeleiros oitocentistas para analisar a problemática das resistências artesanais à proletarização e a sua posição em relação ao proteccionismo. Vimos, a começar, a forma como enfrentaram o patronato, em lutas frequentemente causadas pelo novo tipo de relações laborais.

³⁷⁴ Como afirmámos, a única forma de conhecimento do que pensariam as bases foi feita através das controvérsias publicadas nos jornais operários onde o «outro» a quem se dirigem os artigos é entrevisto. Sobre os dois níveis de referência normativa, o «situacional» e o «abstracto», ver F. Parkin, *Inequality and Political Order*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1968; ver também o papel que o *habitus* desempenha ao nível dos comportamentos em P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris, Droz, 1972.

Uma análise pormenorizada das origens e reivindicações das suas greves permitiu-nos verificar até que ponto a questão do poder no local da produção era central. Paralelamente às reivindicações salariais, e talvez até mais frequentemente, muitas das greves iniciais foram suscitadas pelos novos regulamentos fabris, por inovações tecnológicas, pelas inesperadas tentativas patronais para controlar o acesso à profissão ou por alterações a formas de pagamento tradicionais. Subjacente à maioria das lutas estava, em geral, um desesperado esforço para manter os postos de trabalho e o *status*. As suas lutas não se limitaram a reivindicações quantitativas, mas foram também suscitadas pela degradação dos aspectos qualitativos da profissão — em especial pelo parcelamento das tarefas e pela degradação do ambiente de trabalho.

A submissão destes trabalhadores só foi possível devido à mecanização. Ao retirar-lhes saber, a máquina retirava-lhes poder. O tradicional controlo do mercado de trabalho, privilégio pelo qual os chapeleiros se haviam batido ao longo dos séculos, abre crescentes brechas, permitindo que novos trabalhadores, miseráveis, desqualificados e dóceis, os viessem substituir.

Apesar de a introdução das máquinas na indústria se ter verificado de acordo com um ritmo lento e sincopado, em nítido contraste com a rapidez do processo inglês, ela não deixou de levantar resistências. O ludismo, mesmo quando reprimido, era uma tentação permanente para as velhas aristocracias operárias.

Tentação que rebentaria em violenta agressão verbal contra os patrões «mecânicos», principalmente a partir da promulgação da pauta de 1892. À tese tradicional de que era imoral a utilização da máquina, pois tal facto causava miséria e dor, segue-se a afirmação de que o trabalho feito à máquina era imperfeito e, depois, a de que as fábricas mecanizadas iriam à falência, ambas tentando colocar o problema de uma perspectiva aparentemente «altruísta». Mas a máquina viria principalmente a ser criticada pelos seus efeitos nos próprios trabalhadores — causava desemprego, quebrava a solidariedade operária, estrangulava as reivindicações e criava um novo tipo de disciplina. E, mais importante que tudo, retirava-lhes a antiga autonomia no local de produção.

Vimos também que o discurso culto dos dirigentes chapeleiros estava mais aberto aos ideais iluministas do que o das suas «bases», mais apegadas ao imediato e ao concreto e com menos apetência por controvérsias teóricas. A tese da aceitação dos sacrifícios presentes em nome de uma luta «esclarecida» visando a ulterior expropriação das odiadas máquinas encontrava mais eco nos dirigentes do que nas «bases». A argumentação operária sobre a máquina não constituía um todo homogéneo e articulado. Na verdade, continha, por um lado, a nostalgia de um passado mais ou menos mitificado, a contestação de um presente duro e impiedoso, e, por outro lado, sonhos igualitários e fraternos. A visão operária da máquina será frequentemente equívoca, oscilando entre a aceitação e a rejeição, respeitando a ideologia tecnicista da época e angustiando-se, ao mesmo tempo, com os seus efeitos negativos. Em muitos textos é visível uma admiração genuína pelo progresso e o reconhecimento de que, sem capitalismo e proletarização, o estágio superior do socialismo não poderia surgir. Mas isso não impediu, na prática, o endurecimento das lutas contra a máquina.

A constatação das resistências materializadas nas lutas dos chapeleiros não deve, contudo, fazer esquecer o inverso, isto é, os momentos em que os pontos de convergência entre patrões e operários foram determinantes.

Momentos de convergência frequentemente difíceis de detectar, exactamente porque silenciosos e passivos. Momentos «vergonhosos» para uma historiografia que prefere moralizar a conhecer. Mas momentos importantes a ter em conta na análise do desenvolvimento das classes operárias dos países «periféricos».

Não obstante constituírem os chapeleiros um grupo lutador, denotando possuir, em certas áreas, uma «cultura» autónoma, depararam-se-lhes fortes obstáculos à formulação de uma estratégia independente. A sobrevivência da economia nacional em face da concorrência externa esbatia os contornos do antagonismo interno, uma vez que qualquer melhoria parecia depender da prosperidade da indústria, visivelmente atacada pela concorrência estrangeira.

Ao longo deste artigo analisámos, com algum detalhe, a forma como, durante as décadas de 1880-90, a reivindicação a favor do protecçãoismo pautal constituiu a base sectorial para uma aliança com os patrões, base que desapareceria, no entanto, com o abandono, no final do século, por parte das autoridades governamentais, da política livre-cambista. A partir de 1892, a desilusão com a partilha dos benefícios da pauta, juntamente com a crescente mecanização, tenderia cada vez mais a opor operários e industriais.

Um outro aspecto brevemente abordado foi a evolução da forma como este grupo profissional encarava o Estado. Se, até 1892, o Estado era por vezes visto como um alvo a atacar (conjuntamente com os industriais estrangeiros e na exacta medida em que os favorecia), surge, depois da promulgação da pauta e da revelação da «maldade» dos industriais, como o último bastião que os poderia proteger. Como outros grupos ameaçados pelo progresso tecnológico, também os chapeleiros acabariam por pedir ao Estado-Providência que os amparasse, na convicção desesperada de que aquele poderia regulamentar o instrumento causador das suas desgraças — a máquina — e controlar a ambição insaciável e destruidora do seu adversário — o patrão.

ANEXOS

Anexo 1 — TIPOS DE CHAPÉUS, PROCESSOS DE FABRICO E HIERARQUIA PROFISSIONAL

Ao longo de todo o século XIX¹ fabricavam-se fundamentalmente dois géneros de chapéus — de seda e de feltro². Os primeiros eram feitos de pelúcia de seda, ou seja, com uma espécie de veludo muito felpudo de um dos lados. Por seu turno, o feltro dividia-se em dois grandes grupos: o feltro de lã (de cabrito ou cordeiro) e o de pêlo (de castor, lebre ou coelho), produzido por empastamento. A chapelaria de feltro de lã era de qualidade inferior, sendo produzida para as classes com menor poder de compra. As espécies «nobres» eram quase todas de feltro de «pêlo» e era nesta esfera que se haviam introduzido no estrangeiro algumas inovações tecnológicas.

Em Portugal fabricavam-se chapéus de feltro de pêlo desde, pelo menos, o tempo do marquês de Pombal: havia sido um mestre francês que introduzira no nosso país os «chapéus de castor branco, de forma alta, pêlo comprido», abreviadamente conhecidos por «chapéus cobertos». Este mestre estrangeiro, de nome G. Milliet³, ensinara a sua técnica a alguns aprendizes, que se vieram a estabelecer mais tarde por contra própria. Os «chapéus cobertos» constituíram, entre nós, a base técnica tradicional da chapelaria de feltro, distinguindo-se por serem chapéus cobertos antes de gomados. (A goma usada era obtida a partir da resina das árvores, desconhecendo-se ainda a goma impermeável que viria depois a alterar o processo de fabrico.)

Esta chapelaria de feltro, que se pode designar como tradicional, sofreu um rude golpe, em princípios da década de 1830, não só com o aperfeiçoamento dos chapéus de pelúcia de seda franceses, como também devido à introdução, pela mesma altura, dos «chapéus flamões». De origem belga, estes últimos eram chapéus de feltro, de pêlo comprido, manipulados à força de escova, de forma alta, tratados com goma impermeável, aplicável antes de cobertos. Segundo nos diz um dos grandes industriais de chapelaria da época, A. Roxo, o processo de fabrico dos flamões era muito diferente do utilizado na produção dos tradicionais «chapéus cobertos» portugueses, o que viria obviamente a provocar uma grande desorientação na nossa indústria chapeleira, incapaz de acompanhar os aperfeiçoamentos e os progressos técnicos estrangeiros.

A partir dos «chapéus flamões» desenvolver-se-ia um tipo de chapéus de veludo, ou castor-veludo, isto é, chapéus baixos de feltro de pêlo de lebre do Norte, chamados de «veludo» somente por analogia, devido a serem muito macios, e não por a matéria-prima ser de facto confeccionada a partir de fibras têxteis — seda, linho, algodão, como é o caso do verdadeiro veludo. O processo de fabrico destes chapéus de «veludo» nada tinha também a ver com o fabrico do veludo propriamente dito; no caso dos chapéus, o pêlo era levantado do pano do chapéu por meio de uma escova muitíssimo áspera, durante o trabalho que levava à caldeira de fula, sendo depois cortado por meio de uma máquina na altura pretendida.

Dentro da espécie dos «flamões» (a que pertence a subespécie do «veludo») havia ainda os chapéus «mesclos», na composição de cujo feltro entravam pêlos de diversas cores fixas. Em Portugal, este trabalho era muito deficiente, tendo-se procurado fazer as mesclos com feltros de lã, mas o processo não havia resultado. Só mais tarde, por volta de 1865 se começaram a vencer algumas das dificuldades deste processo.

¹ Muitos dos elementos que se seguem foram extraídos do relatório de Agostinho Roxo, de 1865, e de *O Chapeleiro* de 4 de Agosto e 1 de Setembro de 1912. Em Portugal, entre o século XV e o século XVIII, fabricaram-se principalmente «sombrieros» e «carapuças», os primeiros, de abas largas (e assegurando uma grande sombra, donde o termo usado), os segundos, de fazenda escrespada. Braga era o centro tradicional dos chapéus de lã (centro mencionado, por exemplo, por J. Ratton, nas suas *Recordações*, como o único local onde existia indústria de chapelaria ao tempo do terramoto). Este tipo de chapéus, bastante baratos, devido ao facto de a matéria-prima ser local, tiveram largo consumo nos séculos XVII e XVIII, exportando-se também para o Brasil e a Galiza. A exportação para Espanha viria, depois de 1750, a ser dificultada pelo Governo espanhol, como represália contra o facto de o Governo português ter proibido a compra de sardinha espanhola (*O Chapeleiro* de 1 de Setembro de 1912). Para o tipo de chapéus fabricados do século XVII ao século XIX consultar os desenhos incluídos na *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, ou os modelos guardados no Museu do Trajo.

² Não se mencionará aqui a indústria dos chapéus de palha, guarda-sóis ou bonés, por laterais em relação à produção clássica de chapéus.

³ J. Serrão e G. Martins, *Da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 71.

A preparação das peles para a extracção do pêlo (à base de azotato de mercúrio) não fazia parte do processo de fabrico de chapéus de feltro propriamente dito. Algumas fábricas dispunham, é certo, duma oficina para este efeito, mas muitas outras completavam frequentemente a produção própria, quer comprando a oficinas que se dedicavam exclusivamente ao fabrico desta matéria-prima, quer importando-a. Colocadas sobre um cone e estendidas ao máximo, as peles eram fendidas longitudinalmente, na sua face ventral, por um golpe de faca dado pelo operário, sendo as duas partes depois amontoadas, após o que as peles eram desembaraçadas da penugem, operação designada de *l'éjarrage*, trabalho geralmente confiado a operários que, tomando as peles sobre os joelhos, as raspavam com uma faca⁴.

Esta primeira fase do fabrico dos chapéus de feltro, que começava com a abertura e limpeza do pêlo animal, passou mais tarde a poder ser efectuada por meio duma máquina chamada *souffleuse*, que funcionava por meio de sopro. Seguidamente, o processo diferenciava-se, segundo o grau maior ou menor de mecanização da oficina ou da fábrica — no caso de uma fábrica menos mecanizada, a feitura dos «sacos de feltro», operação que antecedia a de «enformar», processava-se manualmente; nas fábricas mais mecanizadas, o trabalho manual era em parte substituído por uma máquina, a *bastisseuse*, que viria a ser introduzida em Portugal no último quartel do século XIX.

Nas oficinas inteiramente manuais, no caso da chapelaria de lã (em que a mecanização só muito tarde se introduziria), começava a lã por ser escaldada em caldeiras de cobre durante doze horas, depois era lavada em água fria e corrente, após o que era posta a secar ao sol, sendo escolhida, cortada e cardada até ficar bem lisa. Depois era «arcada», isto é, dividida pelas pancadas de uma corda de tripa retesa por meio de um arco de madeira suspenso no tecto. Depois de arcada era fácil empastá-la, e com ela se formavam, em moldes de papelão, ou linho grosseiro domado, as «capetas», isto é, as peças de cuja união saía o chapéu. Seguiu-se a operação chamada «bastir», que consistia em unir, sobre uma calota esférica de cobre, aquecida por um fogareiro sotaposto, as capetas ou capuzes, comprimindo-as e humedecendo-as entre um pano de linho grosso, até tomarem consistência e aderirem entre si. O chapéu neste estado dizia-se «bastido» e estava pronto a ser «infurtido». Os operários mergulhavam o chapéu numa caldeira de cobre cheia de água a ferver com bitartarato de potassa e depois batiam-no e comprimiam-no fortemente até que ele ficasse reduzido a cerca de um terço do seu volume. Depois de infurtido era tinto por imersão durante doze a dezoito horas na tinta a ferver, após o que era lavado, seco, investido em forma de madeira e passado a cola; depois de seca a cola era lavado a sabão, engomado ou alisado a ferro quente e finalmente debruado e forrado⁵.

Antes da mecanização, um dos mais importantes subgrupos em que se dividia a profissão dos chapeleiros eram os fulistas, que tinham de ser capazes de distinguir e trabalhar as matérias-primas. Por exemplo, no caso do pêlo, tinham de saber distinguir o pêlo de coelho, de lebre, de castor, etc., e de os saber ligar para fabricar um chapéu. Isto era uma tarefa difícil, exigindo uma longa aprendizagem⁶, tendo os fulistas de conhecer as qualidades de todas as espécies de pêlos para determinarem previamente as dimensões das «capadas» que deviam «arcar» e em seguida «partir»; além disso, estes trabalhadores tinham ainda de conhecer pelo cheiro o «segredo», isto é, a composição química que dava aos diversos pêlos as qualidades de «entrar» e «feltrar» (fazer o feltro consistente, «encartado», e pouco poroso, «apertado»). Os fulistas eram assim indivíduos altamente especializados, constituindo no século XIX o topo da hierarquia profissional dos chapeleiros. Logo seguidos dos apropriagistas, os fulistas constituíam, assim, dentro da profissão, o grupo mais privilegiado, enquanto as mulheres (afinadeiras, esmurçadeiras, forradeiras, etc.) constituíam a base da pirâmide profissional.

A esta hierarquia vertical sobrepunha-se ainda outra, por ramos de produção, que contrapunha os aristocratas «do pêlo» aos operários «do grosso». Para ambas as hierarquias⁷ nos remete a seguinte descrição de um romancista de S. João da

⁴ O *Chapeleiro* de 24 de Setembro de 1911 e de 112 de Novembro de 1911, no qual se chama a atenção para o carácter insalubre da atmosfera nestas oficinas.

⁵ *Inquérito Industrial* de 1881 (descrição do processo de fabrico em uso na fábrica de D. F. Valença, de Oliveira de Azeitões).

⁶ Infelizmente, não nos foi possível obter dados sobre a duração precisa do período de aprendizagem ao longo do século XIX, mas todas as fontes concordam em que ele era, em termos relativos, bastante longo antes da mecanização da indústria. Segundo o *Inquérito Industrial* de 1881, o período de aprendizagem (na fábrica de A. Roxo) era de quatro a cinco anos.

⁷ A referida dualidade corresponde à divisão entre sectores «honrosos» e «desonrosos» existente na indústria inglesa durante a primeira metade do século XIX, em que os primeiros se dedicavam

Madeira, a propósito de uma reunião de chapeleiros (que se poderá talvez datar do período da primeira guerra mundial), em que, não só as hierarquias paralelas, como a inversão completa do *status* dos fulistas provocada pela mecanização, aparecem nitidamente. Aos apropriagistas chama-lhes «a fidalguia da classe», afirmando que eram «os melhores encadernados, de gravata, até corrente de prata este ou aquele», enquanto descrevia os fulistas nos seguintes termos: «[...] figuras de fadiga mais apagadas, pálidas do vapor tóxico das fulas, metidos em si mesmos, como que concientes do rigor da sua insignificância como membros da classe. Ostentavam estes, nas mãos, todos e cada um, unhas negras deformadas e grossas, muito roídas dos ácidos, a rematar os dedos escaldados.» Finalmente, sobre os trabalhadores da lã, diz que eram «os mais menos, os párias dos párias, muito inseguros de si, visivelmente envergonhados entre a mais camaradagem»⁸. Mas, durante todo o século XIX, os fulistas constituíram a aristocracia dentro deste grupo de trabalhadores, já de si geralmente privilegiados. Aliás, como sucedia com grupos similares⁹, todas as indicações de que dispomos nos levam a pensar ter existido entre eles uma forte reprodução intergeracional. A maioria dos chapeleiros oitocentistas era, em geral, composta de filhos ou netos de artesãos urbanos, muitas vezes de chapeleiros.

Durante todo o período em análise permanecerá no seio da classe dos chapeleiros uma verdadeira e rígida hierarquia entre o trabalho «fino» de feltro e o «grosso» da lã, com trabalhadores auferindo salários bem diferenciados e com *status* diversos¹⁰. Os fulistas, primeiro, e, depois, os apropriagistas do «fino» formavam grupos relativamente prósperos e respeitados no interior da «classe», perante quem os outros membros se comportavam com um misto de respeito e inveja. Uma outra grande divisória separava ainda (mas tal aspecto exigiria uma investigação mais aprofundada) os trabalhadores masculinos especializados, que, apesar das suas divergências internas, formavam um todo, e os trabalhadores não especializados (os carregadores, mulheres, ajudantes), constituindo a «ralé» da profissão e que, em parte devido ao seu mutismo e invisibilidade, raramente aparecem nos jornais operários.

É mais uma vez o romance de Silva Correia que nos dá um retrato das condições de trabalho na oficina. Apesar dos evidentes riscos de uma interpretação à letra, vale a pena, pensa-se, transcrever o que ali se conta quanto ao quotidiano do fulista. Na secção de fula, do «fino», relata o escritor¹¹, havia, ao centro da vasta sala, dois tanques em octógono regular, com um metro e tantos de altura, ambos circundados por um degrau corrido, onde se empoleiravam os operários. Ao centro de cada tanque havia um caldeirão de cobre, contendo uma mistura «acremente odorífera», com vitríolo à mistura e que era mantida em ebulição por um jacto contínuo de vapor canalizado e regulado pelos operários presentes, substituindo o vapor o primitivo sistema de fornalha debaixo do tanque, ainda em uso na indústria da lã. As bordas dos tanques eram guarnecidas por tábuas largas assentes horizontalmente, tábuas essas onde trabalhavam os chapeleiros.

Assim, em cada uma das oito faces da figura geométrica do tanque, um homem, debruçado ao centro, «sapatilhas de madeira cingidas por correias e cada uma das mãos de unhas empoladas e negras», trabalhava a peça, que lhe chegava informe do arco¹². O arco (que cedo foi substituído por uma máquina) consistia numa câmara arredondada, com cerca de 1 m³, dentro do qual várias ventoinhas, por sucção centrífuga, faziam aglomerar à superfície das redes, em larga pasta em feltro de meia-lua, as gramas de pêlo indispensáveis à manufactura de cada metade do feltro. O pêlo era introduzido por intermédio de uma «bocarra» que devorava a lã, formando a pasta, que era depois empilhada. Esta mole informe transitava posteriormente para uma maquina rudimentar onde, mercê da rotação excêntrica de dois rectângulos sobrepostos horizontalmente, a pasta adquiria maior consistência. Só depois de este processo ter terminado reuniam os fulistas as duas pastas de feltro numa peça única. Nas palavras do romancista, o fulista «ora a estendia [a peça] na borda do tanque e a amaciava cuidadosamente com as espátulas de madeira; ora a mergulhava na água fervente, retirando-a logo a seguir; ora a

aos ramos de luxo e os segundos à produção, dentro da mesma indústria, de produtos de inferior qualidade.

⁸ J. Silva Correia, *op. cit.*, p. 38.

⁹ Ver, por exemplo, J. W. Scott, *op. cit.*

ou G. Stedman Jones, *op. cit.*, para exemplos semelhantes entre os artesãos ingleses.

¹⁰ Ver, por exemplo, E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, cit., p. 277.

¹¹ Infelizmente, o autor não era ele próprio, conforme conseguimos apurar, um chapeleiro, mas um membro da pequena burguesia radical de S. João da Madeira.

¹² Vindas do arco, as peças chegavam à fula moles e frouxas. O arco só era usado nas instalações mais antiquadas, pois em muitas delas haviam sido já substituídas, no final do século XIX, por máquinas produzindo o feltro numa só peça.

elevava à altura dos olhos, em busca de corpúsculos adventícios [...]. No intervalo destas tarefas, o operário enrolava a sua peça na tábua da fula e, no típico jeito das mulheres em lavadouro, esforçava-se por comprimir, debaixo das sapatilhas manuais, a sua peça enrolada, de que, finalmente, saía o feltro»¹³.

O ambiente de trabalho de fula havia sido sempre denunciado como muito penoso — com altas temperaturas, produtos tóxicos, humidade, etc. O pavimento era geralmente térreo, negro e viscoso e «os chapeleiros, seminus, com um avental grosseiro à cinta para os resguardar contra a acção corrosiva dos sulfuretos»¹⁴, trabalhavam em condições difíceis¹⁵.

Estes processos, quase inteiramente manuais, que acabámos de descrever dominavam ainda largamente a indústria provinciana dos chapéus de lã em 1881, embora estivessem já em vias de extinção nos grandes centros manufactureiros.

Nas fábricas em que já se haviam introduzido algumas máquinas, o pêlo começava por ser «aberto» e «limpo» por meio duma máquina — a *souffleuse* —, após o que passava aos arcos mecânicos (ou *arçonneuses*), espécie de prensas que formavam as «capadas», isto é, camadas de pêlo já bastante compactas, constituindo as peças de cuja união saía o chapéu. Seguiu-se a operação de «bastir», que consistia em comprimir humedecendo-as, as capadas sobre um cone metálico (ou uma calota esférica), geralmente aquecendo, até tomarem consistência e aderirem entre si. O chapéu neste estado dizia-se «bastido»: era ainda um simples saco de feltro, que seguidamente ia a «infurtir», ou seja, era mergulhado em tanques com água a ferver acidulada com ácido sulfúrico («fulosas»), depois submetidos aos «fulões» de martelo ou de cilindro. A operação de «fula» consistia, como se viu, em amaciar e apertar o feltro, batendo-o com pisões dentro dum recipiente com água e greda. Depois disto, os oficiais fulistas rematavam-no para a primeira «enformação», quer manual, quer mecânica. O chapéu já feito (enformado) ia então às estufas, onde secava, e depois era «afinado», manual ou mecanicamente (neste último caso usando uma máquina *ponceuse*, ou *raseuse*, vulgarmente designada por «arrasadeiras»). Era nesta fase da produção que o chapéu adquiria lustro, após o que era finalmente engomado.

A partir daqui, o chapéu estava pronto para a «apropriação», ou seja para os acabamentos — colocação de forros, remate com fitas, debruns, etc. No caso dos chapéus pretos, na fase imediatamente anterior à apropriação, voltavam ainda a tingir, tendo de ser de novo enformados, secos, engomados, só então passando à «apropriação».

Nas fábricas mais mecanizadas, a operação de «bastir» era feita mecanicamente: depois de aberto e limpo pelas *souffleuses*, o pêlo dava imediatamente entrada na *bastisseuse*, que o projectava sobre um cone metálico em movimento giratório, de modo que se formassem sobre ele, inteiriças, as camadas de feltro, que simultaneamente iam sendo banhadas com água a ferver por um crivo lateral. Do cone da *bastisseuse* saía o saco de feltro já formado, que passava depois aos hidreextractores. Seguidamente, o pêlo era desbastado e amaciado, isto é, «esmorçado», em cima de mesas aquecidas a vapor, iniciando-se então a operação da fula propriamente dita.

A primeira alteração no processo de produção da chapelaria portuguesa deu-se com a introdução da máquina a vapor na indústria (a primeira em 1863, a segunda em 1879), que permitiu mecanizar algumas das fases centrais do fabrico — a limpeza e a abertura do pêlo (*souffleuse*), a feitura das capadas (*arçonneuses*), a afinação dos chapéus (*ponceuses* ou *arrasadeiras*), o corte do pêlo dos chapéus flamões (*tondeuses* ou *tosquiadeiras*).

A mecanização da operação de bastir corresponde a uma época posterior: em 1881 continuava de facto a processar-se manualmente em fábricas que já se encontravam equipadas com máquina a vapor e dotadas de outras pequenas máquinas. Era o caso da fábrica de A. Roxo em Lisboa, ou da Real e Imperial Chapelaria a Vapor, no Porto, que empregava 188 pessoas e possuía duas máquinas e duas caldeiras a vapor. De resto, de entre as dez chapelarias do Porto classificadas como «oficinas» no *Inquérito Industrial* de 1881, todas elas utilizavam *arçonneuses* e *souffleuses* (embora só em dois casos fossem aquelas movidas a vapor).

¹³ J. Silva Correia, *op. cit.*

¹⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 152.

¹⁵ Não admira, portanto, que a duração de vida de um fulista fosse muito curta, morrendo muitos com pneumonias e intoxicações mercuriais. Ver a monografia sobre a indústria de chapelaria em *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 61, 1911.

Anexo 2 — GREVES DOS CHAPELEIROS (1864-1914)(a)

Data	Local	Extensão	Duração	Resultado
1864(?)	Lisboa	1 empresa	?	?
1871 (Agosto)(b)	Porto	?	?	?
1877 (Março)	Porto	1 empresa	Uns dias	Vitória
1877 (Abril?)	Lisboa	1 empresa	?	?
1877 (Novembro)	Porto	1 empresa	1 mês?	Vitória?
1877 (Dezembro)(b)	Braga	1 empresa	?	?
1880(?)	Porto	?	?	?
1887 (Fevereiro)	Porto	1 empresa	?	?
1887 (Abril)	Porto	1 empresa	?	?
1889 (Fevereiro)	Lisboa	1 empresa	?	?
1889 (Junho)	Porto	1 empresa	?	?
1889 (Julho)	Porto	Greve geral	5 meses	Vitória
1890 (Dezembro)	Porto	1 empresa	?	?
1893 (Julho)	Porto	Greve geral	3 meses	Derrota
1894 (Junho)	Lisboa	1 empresa	?	?
1895 (Maio)	Lisboa	1 empresa	?	?
1900 (Outubro)(b)	Lisboa	Greve geral	?	?
1902 (Dezembro)(b)	?	?	?	?
1903 (Junho)	Porto (greve de solidariedade com os tecelões do Norte)			
1904 (Agosto)	São João da Madeira	1 empresa	?	?
1904 (Agosto)	Lisboa	1 empresa	?	?
1905 (Maio)	Porto	1 empresa	?	?
1905 (Maio)	Lisboa	1 empresa	?	?
1905 (Agosto)	Porto	1 empresa	?	?
1909 (Julho)	Lisboa	1 empresa	6 meses	Vitória parcial
1914 (Dezembro)	São João da Madeira	1 empresa	Uns dias	Derrota

(a) Esta lista não se pretende de forma alguma exaustiva, uma vez que uma consulta aprofundada a outras fontes nos daria certamente conta de conflitos por ora desconhecidos. Dada a ausência de trabalhos de investigação sobre greves em Portugal, é praticamente impossível obter-se um quadro exacto do número de greves ocorridas.

(b) Greves mencionadas em Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas* (I), Lisboa, Publicações Europa-América, 1979. Esta obra não menciona algumas das greves chapeleiras de que temos conhecimento, enquanto inclui outras que as fontes por nós utilizadas não registam.